



Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura

Trajetórias universitárias e Maternidade:

a condição da mulher mãe no ensino superior

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a Andréia Clapp Salvador

Rio de Janeiro
julho de 2024



Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura

Trajetórias universitárias e Maternidade:

a condição da mulher mãe no ensino superior

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof^a Andréia Clapp Salvador

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof^o Rafael Soares Gonçalves

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof^a Rosana Rodrigues Heringer

UFRJ

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2024

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura

Graduou-se em Pedagogia pela Universidade Anhanguera-UNIDERP em 2023, cursou Especialização em Psicopedagogia pela Universidade FAVENI no período de 2021 a 2022. Atualmente é graduanda em Sociologia pela FAVENI, mestranda em Ciências Sociais na PUC-Rio e Pesquisadora no Grupo de Pesquisa em Ações Afirmativas e Reconhecimento. Atuou como organizadora no II Colóquio Maternidade e Universidade e pela Universidade Federal Fluminense/ UFF em 2020, no II Seminário Nacional sobre Maternidade: Mães, Universidade e Pandemia também pela Universidade Federal Fluminense/ UFF em 2020 e no III Seminário Maternidade e Universidade pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2023. Atualmente é oficinaira no Ciclo de Proteção Social CEDAPS/Fundação Vale. É membra no Núcleo virtual em pesquisa em gênero e maternidade, o Núcleo Materna/ UFRJ e Defensora dos Direitos Humanos no Coletivo de Proteção à Infância Voz Materna.

Ficha Catalográfica

Moura, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza

Trajetórias universitárias e maternidade : a condição da mulher mãe no ensino superior / Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura ; orientadora: Andréia Clapp Salvador. – 2024. 101 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2024. Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Trajetória universitária. 3. Maternidade. 4. Afiliação. I. Salvador, Andréia Clapp. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Povoada
Quem falou que eu ando só?
Nessa terra, nesse chão de meu Deus
Sou uma mas não sou só

Povoada
Quem falou que eu ando só?
Tenho em mim mais de muitas
Sou uma mas não sou só

(Povoada, Sued Nunes)

Às minhas ancestrais, que foram negadas ao
exercício das ciências. Eu as honro e as carrego comigo
nessa jornada descobertas, conquistas e realizações.

Agradecimentos

À professora e orientadora Andréia Clapp Salvador, por sua humanidade, atenção, sensibilidade, educação e acessibilidade. Por nunca ter se furtado a atender minhas ligações/mensagens. Por ser presente... por sua inteligência e capacidade ímpar de compreender e conectar seus orientandos a suas pesquisas. A você meu muito obrigado por ter transformado essa militante ansiosa e inquieta em uma pesquisadora.

Agradeço ao GPPAR, pelas riquíssimas tardes de debates e pelos seminários que tanto contribuíram para minha evolução intelectual e ao Departamento de Serviço Social, especialmente a Joana, por toda a paciência, atenção, auxílio e escuta atenta nas tantas e tantas vezes que a solicitei.

A Juliana Marcia, a mulher mais brilhante e resiliente que já tive a oportunidade de conhecer, por todo incentivo, amizade, torcida, orientação e companheirismo. Agradeço pelas trocas sinceras, pelos vídeos engraçados de capivara que me faziam rir em tempos de estresse, pela mão forte que segurou a minha durante toda essa jornada.

As colegas de curso, Mariana Horta, Iany, Ana Paula e Maria, pelas trocas, acolhida e incentivo durante os difíceis tempos de pandemia e pós-pandemia.

Aos professores que tão atenciosamente acolheram essa pedagoga aos estudos e conceitos do Serviço Social. Um agradecimento especial à Professora Valeria Bastos e ao professor Rafael Soares.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo incentivo ofertado através da concessão da Bolsa de Mestrado Nota 10.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço à banca, pela atenção e disponibilidade para avaliar esse trabalho.

Ao meu companheiro Marcos e a minha sogra Madalena, por terem sido minha rede de apoio. Ao Marcos, especialmente, por ser um dos maiores incentivadores da minha carreira acadêmica. E aos meus filhos, que são a razão do meu viver.

Resumo

Moura, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza; Salvador, Andreia Clapp. **Trajetórias universitárias e Maternidade: a condição da mulher mãe no ensino superior**. Rio de Janeiro, 2024, 101p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Considerando que o sucesso no acesso aos espaços universitários não trouxe igualdade de oportunidades para as mulheres mães, essa investigação traz para a discussão como os caminhos percorridos pelas mães universitárias podem nos indicar a real condição dessa “estudante não tradicional” dentro da academia. Observando a dinâmica das relações das mulheres mães universitárias dentro dos espaços universitários, no que tange os limites da “afiliação” ou a sua não atribuição, este trabalho analisa como as violências simbólicas, a falta de estrutura, de reconhecimento e de políticas afirmativas voltadas ao grupo das mulheres mães universitárias não só impactam a vida acadêmica, mas funcionam como marcador de opressão que atua diretamente como empecilho para a integração e “afiliação” das mulheres mães universitárias ao espaço acadêmico e no fazer acadêmico. Para compreender a condição da mulher mãe estudante essa dissertação ouviu, através de entrevista semiestruturada, 08 discentes mães da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O embasamento teórico se deu por revisão bibliográfica de autores que abordam permanência universitária, trajetória universitária, história social da mulher e a maternidade.

Palavras-chave

Trajetória universitária; Maternidade; Afiliação.

Abstract

Moura, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza; Salvador, Andreia Clapp (Advisor). **University trajectories and maternity: the condition of women mothers in higher education.** Rio de Janeiro, 2024. 101p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Considering that success in accessing university spaces did not bring equal opportunities for women mothers, this investigation brings to the discussion how the paths taken by university mothers can indicate the real condition of this “non-traditional student” within academia. Observing the dynamics of the relationships of female university mothers within university spaces, regarding the limits of “affiliation” or its non-attribution, this work analyzes how symbolic violence, the lack of structure, recognition and affirmative policies aimed at group of university women mothers not only impacts academic life, but works as markers of oppression that directly act as obstacles to the integration and “affiliation” of university women mothers to the academic space and academic activities. To understand the condition of female student mothers, this dissertation interviewed, through semi-structured interviews, 08 student mothers from the Federal University of Rio de Janeiro. The theoretical basis was based on a bibliographical review of authors who address university tenure, university trajectory, the social history of women and maternity.

Keywords

University trajectory; Maternity; Affiliation.

Sumário

Introdução	12
1. Trajetórias das mulheres mães universitárias: as desigualdades no contexto da academia	22
1.1 Sobre as desigualdades de gênero no contexto universitário	23
1.2 O enquadramento histórico de exclusão da mulher mãe no contexto universitário: breve análise	30
1.3 “Os excluídos do interior” e a questão da trajetória das mães universitárias: uma perspectiva Bourdieusiana em diálogo	33
2. Maternidade na Academia: Sobre os Diálogos, Desafios e primeiras Descobertas no Caminho do Conhecimento”	38
2.1 Caminhos metodológicos	39
2.2 A entrada no campo	41
2.3 Perfis e Perspectivas: Mapeando as Histórias de Mães Estudantes na Universidade	43
3. Vozes Maternas na Academia: A construção da condição da mulher mãe universitária, suas percepções e experiências	52
3.1 Descobrimo o mundo acadêmico: expectativas, trajetória e primeiras impressões	52
3.2 Descobrimo o mundo acadêmico “enquanto mãe”: sobre as dinâmicas de permanência	55
3.3 Afiliada ou “não afiliada”? Sobre opressão no campo acadêmico e o dilema do pertencimento	59
3.4 Desafios e dificuldades das mulheres mães na academia	65
3.5 Ações afirmativas e permanência das mulheres mães estudantes	70
3.6 Nem tudo foi ruim: sobre existência, resistência e encontros	79

4. Considerações finais	83
5. Referências bibliográficas	91
Anexo A	97
Anexo B	98
Anexo C	100

Lista de Siglas

UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
CR	Coeficiente de Rendimento
GENI	Grupo de Estudo dos Novos Illegalismos
UFF	Universidade Federal Fluminense
CONSUNI/UFRJ	Conselho Universitário da UFRJ
PNAD	Pesquisa nacional por Amostra de Domicílio
PR7	Pró-reitora de políticas estudantis da Universidade Federal do Rio de Janeiro
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação
UFABC	Universidade Federal do ABC

Lista de Figuras

Figura 1	Print da página do Projeto “Mães na universidade”	21
Figura 2	Mosaico de elaboração própria com imagens das matérias citadas	25
Figura 3	Coletivos de Pais de Mães da UFABC denuncia que mãe estudante foi barrada em entrar no <i>campus</i> com a filha e pede providências	26
Figura 4	Descrição do Auxílio Educação Infantil	71
Figura 5	Primeira página da Resolução nº2/2019	75
Figura 6	Nuvem de palavras de elaboração própria criada no site Wordcloud.com as palavras mais citadas pelas entrevistadas ao serem perguntadas o que foi bom em suas trajetórias universitárias	79

Lista de Gráficos

Gráfico 1	A: Efeito de gênero em submissões; B: Efeito de gênero no cumprimento de prazos; C: Efeito parental nas submissões; D: Efeito parental no cumprimento dos prazos	27
Gráfico 2	O impacto de gênero, paternidade no cumprimento de prazos durante a pandemia de COVID-19	28
Gráfico 3	Infográfico informativo de elaboração própria com informações coletadas para compor o perfil das entrevistadas – Perfil das entrevistadas	46
Gráfico 4	Infográfico informativo de elaboração própria com informações coletadas para compor o perfil das entrevistadas – Perfil das entrevistadas	47
Gráfico 5	Infográfico informativo de elaboração própria a partir dos documentos de resultado de seleção de auxílios de benefícios referentes aos editais 96/2020, 123/2021-1, 869/2021-2, 371/2022-1, 771/2022-2, 351/2023-1 e 965/2023-2	73

Lista de Tabelas

Tabela 1	Perfil das entrevistadas	43
----------	--------------------------	----

Introdução

Essa dissertação apresenta, ao longo de seus capítulos, a construção da compreensão da condição da mulher mãe estudante dentro da universidade. Para isso observei e analisei horas de entrevistas semiestruturadas, com relatos extremamente sensíveis, cedidas por 08 mulheres mães estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que são extensionistas no Projeto de Extensão Mães na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Observar as trajetórias universitárias das mães estudantes através de seus relatos, no que tange a busca pela compreensão da relação entre as dinâmicas universitárias e a vivência acadêmica desse grupo, possibilitou a essa investigação analisar como se constrói esse percurso, quais são os processos que possivelmente permeiam a sensação de não pertencimento, de sofrimento, de possíveis quadros de baixo rendimento acadêmico e a dificuldade em sua trajetória, permanência e afiliação (Bourdieu & Champanhe, 2011; Bourdieu & Passeron, 2014; Zago^a, 2006; Coulon, 2008) às instituições de ensino superior, e quais foram os mecanismos de superação e resistência a esses processos de exclusão.

Para realização da tarefa de compreender o universo das mães estudantes, no que tange a suas trajetórias e condições, além de entrevista semiestruturada, essa dissertação revisou não só obras, estudos, artigos e trabalhos de diversos autores que abordam os temas de permanência estudantil, trajetória estudantil, afiliação, Maternidade e Universidade, história social da mulher e da maternidade, mas também realizou uma minuciosa revisão nos documentos e resoluções da Pró-reitoria de políticas estudantis da UFRJ.

Os capítulos 1 e 2 oferecem ao leitor, além da apresentação das entrevistadas, o aprofundamento dos conceitos brevemente apresentados nessa introdução e obtidos a partir das revisões bibliográficas de autores como Coulon (2008), Mendes (2020); Bourdieu & Champanhe (2011); Bourdieu & Passeron (2014); Zago^a (2006); Staniscuaski (2020); Urpia (2009); Urpia e Sampaio (2011), Silva^a (2017; 2020); Moura e Silva (2024); Lerner (2019); Badinter (1985); Zago (2021), Abreu (2021) entre outros.

No capítulo 3, é apresentada a metodologia para realização da dissertação, em que narro como se deu minha entrada no campo de pesquisa, como foi organizada a coleta das entrevistas e o perfil das entrevistadas. O capítulo 4, "Vozes maternas na academia: a construção da mulher mães universitária, suas

percepções e expectativas”, subdividido em 06 (seis) pontos, mergulha nos relatos cedidos pelas entrevistadas e que, ao longo de suas análises, torna possível construir o cenário que imprime a condição da Mulher Mãe Estudante dentro da UFRJ. Os subcapítulos estão intitulados da seguinte maneira: *Descobrimo o mundo acadêmico: expectativas, trajetórias e primeiras impressões; Descobrimo o mundo acadêmico enquanto mãe: Sobre dinâmicas e permanência; “Afilhada” ou “Não afiliada”: Sobre opressões no campo acadêmico e o dilema do pertencimento; Desafios e dificuldades da mulher mãe na academia; Ações Afirmativas e permanência das mulheres mães universitárias; e Nem tudo foi ruim: sobre existências, resistências e encontros.*

Posso dizer que não escolhi o tema desta pesquisa, fui escolhida por ele e explico o motivo dessa incomum afirmação. Sou uma pesquisadora militante, isso quer dizer que, antes de ser uma pesquisadora, eu sou uma militante da causa feminista e materna. Como militante, estive totalmente emergida no universo de luta feminista e materna. Integrei-me em diversos trabalhos, grupos, coletivos. Nessa trajetória, ouvi muitas mulheres mães universitárias e seus relatos atravessados por “sofreres” que contam como os processos históricos de negação ao acesso à educação superior – mesmo que já superados – atuam para a construção de um ambiente universitário que não promove a “afiliação” da mulher mãe. A questão de pesquisa transcendeu minha preocupação pessoal como ativista, destacando a urgência de investigar a experiência, a trajetória, a condição acadêmica dessas alunas: se os obstáculos à inserção/participação no ensino superior já haviam sido superados porque algumas mulheres mães carregavam consigo um dilema de pertencimento a esses espaços.

O acesso à universidade já foi superado pelas mulheres, conforme demonstrado por Neves, Sampaio e Heringer (2018). Corroborando com as autoras, o levantamento *Estatística de gênero: indicadores sociais de mulheres no Brasil* (IBGE, 2018) aponta que as mulheres representam maioria no ensino superior. Ademais, se as barreiras outrora impostas às mulheres, em especial mulheres mães, para acesso ao ensino superior foram superadas, porque encontramos relatos, estudos e levantamentos que demonstram que mulheres mães não incomumente perpassam por trajetórias universitárias dolorosas? Nessa direção, encontramos as colaborações de Zago^a (2006, p. 228), que refletem sobre o que vem após o acesso das mulheres à universidade. Zago indaga que a “análise sobre a presença de grupos sociais antes excluídos do sistema de ensino levanta necessariamente a questão: o acesso à universidade, sim; e depois?”. Nesse caminho, a pergunta central desta investigação se revela

sobre “como as dificuldades cotidianas encontradas nas trajetórias universitárias das estudantes mães se constituem?”. E “quais são os impactos em sua vivência acadêmica?”.

Segundo Coulon (2008, p. 31), a entrada no ensino superior não representa a afiliação do estudante a esse espaço. A afiliação, para Coulon, se trata de um conjunto de regras que o estudante precisa cumprir para que sua integração no mundo universitário seja realizada. Coulon descreve três passagens para que o recém-chegado se afilie, sendo elas: o estranhamento, a aprendizagem e, por fim, a afiliação. Dessa forma, o aluno adquiriria o *habitus*¹ estudantil. Coulon (2008, p. 31;32) chama de “ofício do estudante” esse fazer, quase profissional, em busca da afiliação. As mulheres mães universitárias não estariam fora dessa lógica, o que quer dizer que as mulheres mães, assim como qualquer outro estudantes de nível superior, precisam se afiliar para acessar o *status* de estudante.

Sociólogos como Bourdieu & Champagne (2011) alertam para como a inserção de grupos historicamente vulneráveis e com desigualdades educacionais no ensino superior não indicam propriamente a inclusão desses sujeitos a esse espaço, que praticam assim formas mais brandas e abstrusas de exclusão. Ao revisitar esses autores, voltei minha atenção a uma investigação cujo foco é a trajetória e a permanência de mulheres mães. A partir da pergunta “Como se constitui a trajetória universitária de mães-estudantes?” e a partir da minha inserção na rede de coletivos maternos, quando identifiquei as dificuldades vividas pelas estudantes da UFRJ em relação a ser mãe e estudante dentro da universidade, fui conduzida à terceira pergunta desta pesquisa, que vai de encontro aos limites da afiliação e de como ele pode ser parte dos próprios processos que dificultam a afiliação das sujeitas analisadas ao indagar “Quais as principais implicações apontadas pelas mulheres mães estudantes para a sensação de não pertencimento / integração / afiliação ao espaço universitário?”.

Diante das entrevistas realizadas para essa dissertação, busquei compreender os impactos, processos e dinâmicas que permeiam a trama de desigualdade e violência simbólica² que envolvem essas sujeitas e a academia.

¹ Para Bourdieu, as “estruturas constitutivas de um tipo particular de meio [...] que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem o *habitus*”, que funciona como ‘sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” (Bourdieu, 1994, p. 60).

² O conceito de violência simbólica discorre sobre processos e mecanismos que impõe e perpetua valores culturais estabelecidos. Para Bourdieu & Passeron (2014), a violência simbólica legitima a cultura dominante, e quando naturalizada, eleva grupos dominados a internalizar a violência, tirando dos mesmos a capacidade de se opor, fazendo com que olhem para si como vítima, desprovidos de qualquer potencialidade.

Nessa perspectiva, considere a construção do conceito da “não afiliação”, como força de categorizar processos que atuam nos impedimentos da afiliação dessas sujeitas, se valendo das contribuições referentes à trajetória (Zago^a, 2006; Silva^a, 2017;2020; Zago, 2020; Urpia, 2009; Urpia e Sampaio, 2011) e permanência / sucesso acadêmico (Bourdieu & Champanhe, 2011; Bourdieu & Passeron, 2014; Coulon, 2008).

A partir dessas indagações, busquei observar e analisar o tema da permanência através da perspectiva do que seria – constituiria – uma possível “não afiliação” às instituições de ensino superior, compreendendo isso como um dos marcadores que – balizado por múltiplos instrumentos de opressão – poderiam vir a contribuir com a sensação de não pertencimento das mães estudantes ao espaço universitário e como essa condição poderia estar associada às dificuldades encontradas aos “sofreres” relatados³, a difícil trajetória dessas sujeitas, muitas vezes violentadas de forma sutil, e por vezes violentadas de forma concreta. A “não afiliação” se apresentou, desta forma e neste estudo, como um conceito antagônico à “afiliação” e configura-se na forma dos agentes e princípios opostos, incompatíveis, contrários ao processo para “afiliação” que, conforme Coulon (2008) correm com a superação do tempo e estranhamento, com a adaptação e acomodação do tempo e aprendizagem, e por fim com a afiliação, conceito que atribuído ao estudante que passa do *status* de “estudante amador” para “estudante profissional”, recebendo a legitimação e o reconhecimento dos saberes adquiridos. Observando o que nos traz o sociólogo e etnometodólogo Alain Coulon (2008), o ingresso na acadêmica exige do recém-discente um esforço na aprendizagem do “ofício de estudante”. Em “A condição do estudante: a entrada na vida universitária”, Coulon (2008, p. 31) apresenta já nas páginas iniciais que a primeira tarefa que um estudante deve realizar quando ele chega à universidade é aprender o “ofício de estudante” e continua:

Aprender o ofício de estudante significa que é necessário aprender a se tornar um deles para não ser eliminado ou auto-eliminar-se porque se continuou como um estrangeiro neste mundo. A entrada na vida universitária é como uma passagem: é necessário passar do estatuto de aluno para estudante. (Coulon, 2008, p. 31)

Segundo Coulon (2017, p. 1242), em seu estudo sobre a “afiliação”, a integração do aluno “trata-se, então, de fazer com que o estudante entre no

³ Refiro-me aos relatos cedidos na entrevista realizada para essa dissertação.

mundo das ideias, de ajudá-lo a se afiliar ao novo mundo em que ingressou”. O aluno deve “aprender a instituição do saber” (Coulon, 2008, p.38). Nessa perspectiva o autor analisa e teoriza a partir dos desdobramentos relacionados ao saber e as regras, que, segundo Coulon (2008), na universidade, não são as mesmas que as do Ensino Médio. Neste esforço de transição entre o ensino médio e o ensino superior o sociólogo apresenta o conceito de “afiliação” como a integração desse aluno ao reconhecimento social atribuído a legitimação dos saberes adquiridos, e nessa lógica, aos discentes que não conseguem exercer o “ofício de estudante”, restaria o fracasso e evasão.

Apesar do fato de que Coulon (2008) aborda com extrema competência a necessidade e os meios para uma promoção da “afiliação” como forma de introduzir o aluno ao ofício do estudante, ele não considera (por não ser seu sujeito de análise) as especificidades, dificuldades e conflitos do grupo em que as estudantes mães estão possivelmente inclusas, o grupo de sujeitos oprimidos e excluídos historicamente (Mendes, 2020).

Servindo-me do conceito de “afiliação” lanço olhar sobre a trajetória das mulheres mães universitárias, observando as dificuldades e desafios latentes nele, entendendo, dessa forma, os limites do conceito de “afiliação” o próprio agente ativo da “não afiliação”. Observando as dinâmicas em relação ao “ofício do estudante”, a partir dos estudos de Coulon, essa pesquisa analisa em seu cerne as trajetórias das mulheres mães estudantes e as questões acerca da permanência, no que tange o movimento de “não afiliação” como um possível marcador para o sentimento de não pertencimento e de possíveis obstáculos encontrados por esse grupo ao longo de sua trajetória acadêmica. Nos atentamos as colaborações produzidas pelos estudos de Uripia (2009), Uripia e Sampaio (2011), Silva^a (2017; 2020) e Zago (2021) ao indicarem que as dificuldades da conciliação da maternidade com a graduação e como a falta de estrutura das universidades tem levado algumas mulheres a se frustrarem, ou, em última instância, se afastarem da formação de nível superior. As referidas autoras ainda apontam que as mães carecem de olhar mais especializado que compreenda os caminhos que incidem sobre a permanência e a integração – “afiliação” – das mães universitárias.

Vale ressaltar que, conforme veremos no decorrer desta dissertação, embora os trabalhos concentrados no Programa de Assistência Estudantil tenham colaborado para a permanência de alguns grupos em vulnerabilidade, esforços voltados para uma real integração materno-estudantil ficam pelo caminho e isso se reflete também na sensação de “não afiliação”, não

pertencimento e, conseqüentemente, no desempenho e até mesmo na carreira acadêmica das estudantes mães durante sua vida acadêmica.

Essa dissertação também lança olhar sobre o cenário das desigualdades de gênero e parentalidade no contexto acadêmico. As desigualdades de gênero e parentalidade tem sido amplamente pesquisada por grupos que se debruça, nos estudos da maternidade científica. Em 2020, um artigo desenvolvido pelo Parent in Science (Staniscuaski et al., 2020) apresentou um levantamento sobre o rendimento acadêmico que relacionava o volume de artigos científicos submetidos e cumprimento de prazos acadêmicos por homens e mulheres, pais e mães, mulheres NÃO mães e mulheres mães, e apontou que estamos longe de alcançar real paridade de oportunidades. Os resultados apresentados explicitaram um cenário de preconceito e de violência sutil, do ambiente universitário e da universidade para com a sujeita mãe, que não se finda no término da graduação, apresentando-se, conforme vimos, também na pós-graduação e em nas trajetórias das carreiras docentes. Embora o artigo não tenha se aprofundado no que há por trás das dificuldades dessas estudantes e pesquisadoras, ele apresenta um panorama dos possíveis impactos dessas violências em suas vidas e carreiras acadêmicas.

Dito isto, cito, para proporcionar melhor entendimento do cenário de violência contra mulheres mães universitárias, casos recorrentes e amplamente divulgados na mídia de humilhações, negação, e formas sutis de violência envolvendo mães universitárias. Alguns desses episódios narram como um professor expulsou a aluna da sala de aula por estar com o filho, outro caso anunciam a violência sutil através da negativa em poder alimentar os filhos no bandeirão da universidade. O que todos esses casos têm em comum e o fato de que revelam as não práticas/assistências afirmativas para integração das estudantes mães, em especial mulheres mães racializadas e/ou em situação de vulnerabilidade social, dentro das instituições de ensino superior. O trabalho dessa dissertação, no que tange as diferenças de parentalidade, relaciona a condição da mulher mãe universitária a dinâmicas sociais de invisibilização, discriminação e subalternização dessas sujeitas, tornando urgente o debate sobre pertencimento e afiliação.

Estudos que investigam a trajetória e permanência das mães universitárias têm crescido nas universidades, porém ainda temos um longo caminho para categorizar as dinâmicas que cercam a condição da mulher mãe universitária. Assim, essa pesquisa, conforme já citado e aqui reforçado, observa essas dinâmicas a partir da “afiliação” (Coulon, 2008) e seus limites, e até mesmo de

sua negativa. A “não afiliação” aos espaços universitários para esse grupo em específico, e não obstante, aqui é observada como um antagônico da “afiliação”, ocorrendo quando o próprio regramento da “afiliação” se torna um obstáculo para o pertencimento e para a permanência, direcionando assim a busca pelo pertencimento/permanência a ações individuais ou de coletivos maternos. Expor a condição da mulher mãe universitária se torna primordial para a compreensão dessas dinâmicas segregacionistas existentes no seio dos espaços universitários.

Considerações iniciais sobre Universidade, Maternidade e escolha das entrevistadas

As políticas de ação afirmativa⁴ tratam do acesso de grupos em condição de desigualdade e também dos debates pertinentes ao reconhecimento desses grupos, e nessa perspectiva, considerando que a questão da estudante mãe universitária é uma questão a ser enfrentada por aqueles que trabalham para ampliação das políticas afirmativas que caminham na direção da permanência estudantil, faz-se necessário analisar a fundo os motivadores que atuam como empecilhos à permanência ou ao bom aproveitamento acadêmico do grupo de alunas observadas e analisada nesta investigação.

Marcadores como raça e vulnerabilidade econômica tendem a ser das principais questões quando nos debruçamos sobre estudos de permanência estudantil, contudo, entendendo que o recorte de gênero⁵ pode trazer questões diferenciadas às estudantes. No caso das mulheres, a maternidade, especialmente a não planejada, pode tornar-se um dos elementos que atua como dificultador para permanência das estudantes mães, em específico, nos espaços de disputa que historicamente foram ocupados por grupos hegemônicos masculinos, e onde o poder simbólico⁶ se faz presente nas representações cotidianas das relações sociais.

⁴ Segundo Clapp (2011, p. 38), “A política afirmativa é [...] reconhecida como um instrumento político voltado para a inclusão de grupos subordinados ou subalternizados” e tem “princípios pautados numa proposta de reconhecimento da diferença [...] como estratégia de enfrentamento de uma situação de desigualdade”.

⁵ O termo “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (Scott, 1995, p. 75).

⁶ O Poder Simbólico, segundo Bourdieu (2004, p. 7-9), é um “poder invisível”. O autor discorre que esse PODER “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que são não querem saber que lhe estão sujeitos ou que o exerce”.

Investigar as questões que cercam desde a sensação de estranhamento até o abandono acadêmico por parte das mulheres mães, através de uma análise que considere a raiz da exclusão feminina e materna nos espaços universitários, observando como a matriz cultural patriarcal atua dentro das universidades, nos possibilita compreender conceitos subjetivos carregados por um “fazer pela ótica do sistema dos homens” e impostos à figura da mulher mãe e como eles contribuem para a normalização de sutis formas de violências, que agem de encontro com a manutenção da hegemonia masculina nesses espaços.

Essas são questões que se tornam marcadores importantes desta pesquisa, onde mulheres mães estudantes, seja pela falta de acolhimento às suas especificidades dentro dos ambientes acadêmicos, seja por imposição sociocultural, seja pela invisibilidade da incidência da maternidade dentro do sistema patriarcal/capitalista como uma intersecção, têm em sua subjetividade materna um cotidiano de violência e exclusão do “sujeito coletivo mãe” (Moura; Silva, 2024). Por vezes, esse lugar social direciona essas mulheres para uma luta que pode ser solitária, por outras vezes, impulsiona a luta coletivizada, porém em algumas instâncias são tão normalizados que nem mesmo é possível perceber-se como uma vítima de violência simbólica. Com isso, ao analisar esse grupo e suas vivências especificamente dentro dos espaços universitários, a pesquisa procura indicar um caminho para se pensar e desenvolver políticas afirmativas de permanência para mulheres mães no ensino superior.

Objetivos

O Objetivo Geral desta investigação é compreender a relação entre dinâmicas acadêmicas e implicações nas trajetórias das mães universitárias. Sendo os objetivos específicos voltados a analisar a trajetória das mulheres mães universitárias no que se refere às dinâmicas da permanência estudantil, apresentar como o enquadramento histórico de opressão / privação da mulher reflete nas trajetórias das mães universitárias, observar estratégias elaboradas pelas mães estudantes para garantir permanência na universidade e examinar as principais dificuldades relacionadas ao cotidiano acadêmico das mães estudantes.

A escolha das entrevistadas

Para apresentar o presente estudo optei pela pesquisa qualitativa, com uma atenta

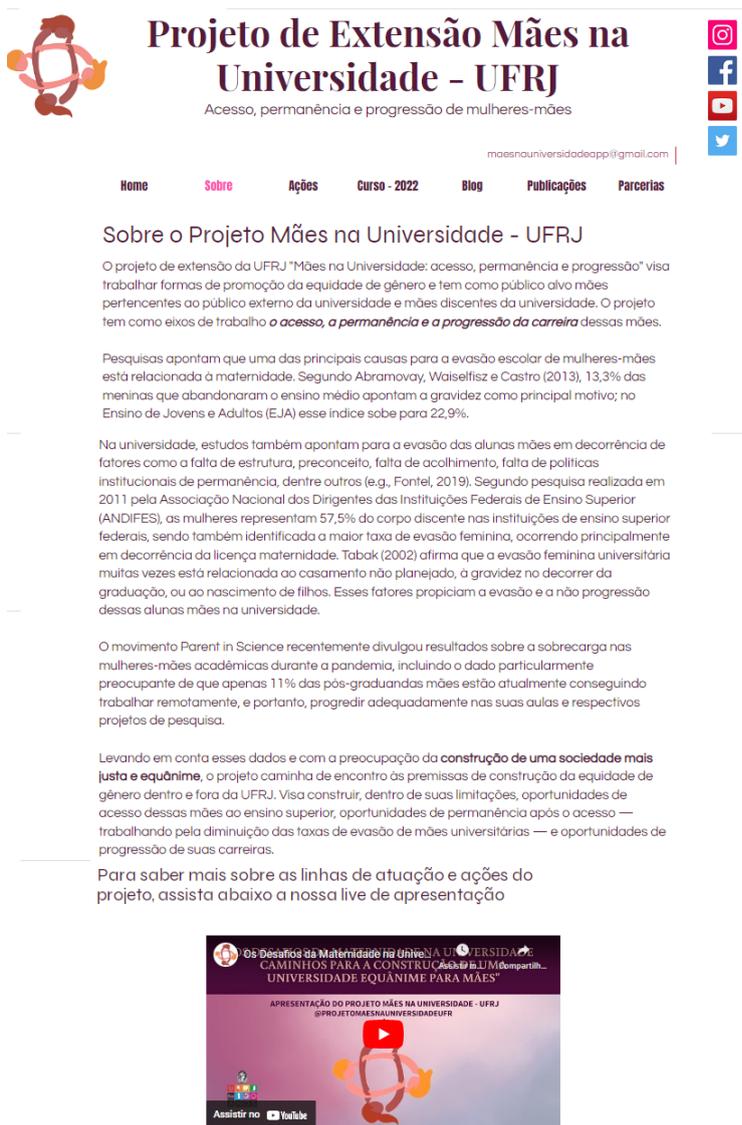
revisão bibliográfica e entrevista semiestruturada. A dissertação conta com a entrevista de oito estudantes mães da graduação extensionistas do Projeto de extensão “MÃES NA UNIVERSIDADE” da UFRJ⁷. A escolha desse grupo se deu pela minha inserção no projeto através dos grupos de estudo materno e da aproximação com o Núcleo Materna em 2023 (um dos coletivos que compõe o projeto), onde atuei na organização do III Seminário Maternidade e Universidade e da Zine Maternas, ambos cancelados pela UFRJ. Durante a interação com os grupos observei que as falas das mulheres mães universitárias estavam repletas de sentimentos de tristeza, sofrimento e frustração com as inflexibilidades e exigências acadêmicas. A partir dessa escuta percebi a importância de obter informações mais qualificadas e organizadas acerca desses viveres e das dificuldades desses viveres dentro da academia. Desta forma, propus a presente pesquisa e realizei entrevistas semiestruturadas com as mulheres mães universitárias que estivessem sendo atendidas pelo Projeto “Maes na universidade” e que tivessem verbalizado em nossos encontros que consideraram a necessidade de obter ajuda / orientação / acolhimento específico para suas demandas de mães estudantes universitárias. Dessa forma, a entrevista foi realizada neste campo pela escolha em analisar o relato de mulheres mães universitárias, da graduação, que tivessem algum grau de proximidade das discussões acerca do tema da maternidade e universidade.

A entrevista conta com levantamento do perfil das alunas (ANEXO A), considerando idade, curso, cor / raça / etnia, rede de apoio (parental ou paga), quantos filhos têm e a idade, se é estudante e situação socioeconômica. Já a entrevista semiestruturada (ANEXO B) busca coletar das participantes informações que colaborem com a compreensão de como as dinâmicas próprias da vida acadêmica se conflitam com as trajetórias universitárias das sujeitas analisadas.

O projeto de extensão “MÃES NA UNIVERSIDADE” é uma iniciativa que “visa trabalhar formas de promoção da equidade de gênero e tem como público-alvo mães pertencentes ao público externo da universidade e mães discentes da universidade” (Projeto mães na universidade, online, 2022), e promove ao longo dos semestres diversos encontros, aulas, seminário e acolhimento.

⁷ O projeto de extensão “MÃES NA UNIVERSIDADE” constitui-se iniciativa direcionada à promoção da equidade de gênero, com um enfoque específico nas mães que compõem tanto o público externo quanto o corpo discente da instituição Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Figura 1 – Print da página do Projeto “Mães na universidade”



Projeto de Extensão Mães na Universidade - UFRJ
Acesso, permanência e progressão de mulheres-mães

maesnauniversidadeapp@gmail.com

Home Sobre Ações Curso - 2022 Blog Publicações Parcerias

Sobre o Projeto Mães na Universidade - UFRJ

O projeto de extensão da UFRJ “Mães na Universidade: acesso, permanência e progressão” visa trabalhar formas de promoção da equidade de gênero e tem como público alvo mães pertencentes ao público externo da universidade e mães discentes da universidade. O projeto tem como eixos de trabalho o **acesso, a permanência e a progressão da carreira** dessas mães.

Pesquisas apontam que uma das principais causas para a evasão escolar de mulheres-mães está relacionada à maternidade. Segundo Abramovay, Waiselfisz e Castro (2013), 13,3% das meninas que abandonaram o ensino médio apontam a gravidez como principal motivo; no Ensino de Jovens e Adultos (EJA) esse índice sobe para 22,9%.

Na universidade, estudos também apontam para a evasão das alunas mães em decorrência de fatores como a falta de estrutura, preconceito, falta de acolhimento, falta de políticas institucionais de permanência, dentre outros (e.g., Fontel, 2019). Segundo pesquisa realizada em 2011 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), as mulheres representam 57,5% do corpo discente nas instituições de ensino superior federais, sendo também identificada a maior taxa de evasão feminina, ocorrendo principalmente em decorrência da licença maternidade. Tabak (2002) afirma que a evasão feminina universitária muitas vezes está relacionada ao casamento não planejado, à gravidez no decorrer da graduação, ou ao nascimento de filhos. Esses fatores propiciam a evasão e a não progressão dessas alunas mães na universidade.

O movimento Parent in Science recentemente divulgou resultados sobre a sobrecarga nas mulheres-mães acadêmicas durante a pandemia, incluindo o dado particularmente preocupante de que apenas 11% das pós-graduandas mães estão atualmente conseguindo trabalhar remotamente, e portanto, progredir adequadamente nas suas aulas e respectivos projetos de pesquisa.

Levando em conta esses dados e com a preocupação da **construção de uma sociedade mais justa e equânime**, o projeto caminha de encontro às premissas de construção da equidade de gênero dentro e fora da UFRJ. Visa construir, dentro de suas limitações, oportunidades de acesso dessas mães ao ensino superior, oportunidades de permanência após o acesso — trabalhando pela diminuição das taxas de evasão de mães universitárias — e oportunidades de progressão de suas carreiras.

Para saber mais sobre as linhas de atuação e ações do projeto, assista abaixo a nossa live de apresentação

Assistir no YouTube

Fonte: Site do Projeto de extensão Mães na universidade - UFRJ

Com foco no acesso, na permanência e na progressão da carreira das mães atendidas, o projeto conta com o apoio da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e tem como parceiros o Coletivo Mães da UFRJ e os grupos de pesquisa Núcleo Materna e Parent in Science. Até o segundo semestre de 2023, período em que realizei as entrevistas, o projeto contava com um total de 15 participantes, sendo 08 (oito) extensionistas do programa (que serão entrevistadas na investigação presente) e 07 (sete) coordenadoras.

1

Trajétórias das mulheres mães universitárias: as desigualdades no contexto da academia

Trajétória - Significado de Trajetória - substantivo feminino

*A distância (espaço) que precisa ser percorrida para se chegar a outro lugar; percurso ou trajeto. [Física] Espaço percorrido por um projétil em movimento de seu ponto de partida ao de chegada. [Física] quando em movimento, o caminho percorrido por um corpo e/ou partícula. O ato de passar ao longo desse caminho. [Figurado] Caminho percorrido; trajeto. [Figurado] Sucessão dos acontecimentos que fizeram parte da existência de algo ou alguém; carreira. Etimologia (origem da palavra **trajetória**). Trajeto + ória. (Dicionário online de Português, online, 2023)*

O conceito de trajetória, que se originou nos estudos da física para determinar o movimento de um corpo de um ponto ao outro, se figura nessa investigação como um dos elementos de análise dos relatos das vivências das mulheres mães estudantes em seu percurso acadêmico.

O uso do conceito de trajetória pode ser percebido em diversas áreas do saber pelo caráter de sintaxe da palavra. Nos estudos da Sociologia da Educação, que discutem percurso escolar, é essencial para a investigação da permanência. Zago^a (2009) aponta que acompanhar a “situação escolar, num período considerável de tempo, nos permitiu observar o caráter dinâmico da formação dos percursos, tal como sua lógica não linear, feita de ingressos, interrupções e retornos”. Para Nogueira e Fortes (2004, p. 58), “a noção de trajetória não está definida de modo unívoco”, sendo possível a aplicação desse conceito de forma semelhante ao uso feito em “outras áreas do conhecimento e o senso comum” e que “na linguagem cotidiana” é utilizada para descrever o caminho, o percurso, a trajetória de alguém ou de algo. Nessa perspectiva, Nogueira e Fortes (2004, p 59-60) afirmam que a “noção de trajetória escolar diz respeito, então, aos percursos diferenciados que os indivíduos realizam no interior do sistema de ensino”. Esses percursos podem ser caracterizados, em termos absolutos, como mais ou menos sucedidos.

A concepção da ideia de trajetória nos estudos que analisam percursos escolares não é nova, como afirma Queiroz, Nogueira e Forbes (2014). Os autores esclarecem esse ponto ao dizer que a “noção de trajetória não é nova. Na verdade, ela está e sempre esteve presente em todos os estudos que buscam analisar,

numa perspectiva diacrônica, a relação entre a origem social e a participação no sistema escolar” (Queiroz *apud* Nogueira e Fortes, p. 60-61, 2004).

No contexto da investigação das trajetórias das mães estudantes Urpia (2009) nos provoca sobre a necessidade de mover esforços para “ampliar nosso olhar em direção a um “*tipo*” de estudante praticamente intocado nas discussões sobre universidade: as estudantes-mães” na busca de

Investir na pesquisa dos métodos utilizados por esses sujeitos na rotina das atividades práticas vivenciadas no seu cotidiano, na tentativa de se familiarizar com o ambiente acadêmico, interagir com seus membros e finalizar com sucesso seus estudos, seja na condição de um estudante dito “tradicional” ou “não-tradicional”. (Urpia, 2009, p. 50)

Adotar como opção o conceito de trajetória universitária como elemento de análise para observar os fenômenos sociais que se apresentam no curso da vida acadêmica e que se relacionam com as condições que se dá – ou não – a permanência de estudantes no ensino superior é um recurso amplamente utilizado.

1.1

Sobre as desigualdades de gênero no contexto universitário

Para se compreender a condição da mulher mãe estudante e o contexto em que ocorrem as desigualdades visíveis e invisíveis de sua trajetória universitária, é preciso olhar de forma atenta as reproduções sociais de violência simbólica impressas nos relatos das entrevistadas e na investigação do *habitus* acadêmico e social, no que se refere ao trato da aluna mãe universitária.

A mãe, como trabalhadora doméstica e, em boa parte das vezes, exclusiva cuidadora das filhas (os) e outros entes da família, materializa no íntimo de seu lar séculos de subordinação/opressão e privação feminina, e respondem, mesmo que inconscientemente, a todos os signos e símbolos de estereótipos relacionados à maternidade, conforme entendida e ensinada dentro dos sistemas de opressão patriarcal, colonialista e capitalista.

Chafurdada em dificuldades que perpassam pelos recortes de raça/etnia e classe e que se misturam com as dificuldades cotidianas que essas estudantes-mães encontram ao se depararem com pouca infraestrutura que atenda, acolha e reconheça as especificidades dessas *estudantes não tradicionais* (Urpia, 2019; Silva, 2021), esse grupo tem suas trajetórias universitárias marcadas por

desigualdades e desafios. Nessa perspectiva, seria essa falta de infraestrutura, de acolhimento e de reconhecimento o próprio modo de opressão dessas sujeitas.

Como demonstra a investigação, uma grande agonia se instaurou em parte das mulheres mães estudantes no período da pandemia. Com a impossibilidade de saírem do isolamento social e a rigidez de prazos para submissões e entregas de trabalhos acadêmicos, de um grande volume de aulas remotas, junto à extrema carga das múltiplas jornadas dessas estudantes e a incapacidade das instituições de ensino superior em compreenderem a maternidade e suas expressões – dadas nos moldes patriarcais e capitalistas –, os resultados dessas dinâmicas refletiram-se de forma preocupante no que tange os processos de "afiliação" dessas alunas.

Não distante disso, em uma universidade sem pandemia, as desigualdades e segregações das mulheres mães estudantes, mesmo que normalizadas, eram visíveis aos olhos. Não incomumente matérias jornalísticas em veículos de grande mídia noticiavam atos de pura misoginia e ódio à mulher mãe universitária, e claro desrespeito pelo exercício da maternidade no espaço universitário. Em 2017, um professor de sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Alípio Sousa Filho, constrangeu a aluna Waleska Maria Lopes, ao proibi-la de assistir às suas aulas acompanhada da filha de cinco anos⁸. "Me senti muito mal. Minha filha perguntou se não podia mais assistir às minhas aulas. Se era por causa dela. É uma grande humilhação. A única família dela sou eu. Ela só tem a mim. Foi terrível", revelou Waleska em declaração ao jornal. Em 2022, Laura Santos, mãe universitária no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Minas Gerais, foi expulsa da sala de aula por levar sua filha de 6 meses⁹. "Pessoas não matriculadas não podem ficar em sala", essa teria sido a justificativa da professora ao ser questionada sobre os motivos da expulsão. Por outro lado, ao procurar a Vice-reitora, Laura ouviu que não havia uma lei que proibisse a entrada de crianças em universidades, porém tão pouco havia uma que liberasse. Porém, havia um estatuto, o estatuto da Universidade Estadual de Minas Gerais, que não recomenda a presença de crianças nos campos da universidade.

⁸ <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/professor-proibe-aluna-de-assistir-aula-acompanhada-da-filha-de-5-anos-na-ufrn.ghtml>

⁹ https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/10/21/interna_gerais,1410431/aluna-da-uemg-e-expulsa-da-sala-de-aula-por-levar-filha-de-seis-meses.shtml

Figura 2 – Mosaico de elaboração própria com imagens das matérias citadas



Fonte: G1 (Online, 2018; 2023); Estado de Minas (online, 2022); Jornal Opção (online, 2019)

Essas reproduções de violência simbólica contra mães universitárias não ocorrem somente nas universidades públicas, a lógica segregadora masculinista que entende que o lugar das mulheres mães não é nos espaços universitários também permeia as instituições privadas. Em 2023, uma mulher mãe universitária, estudante de medicina na Universidade Tiradentes¹⁰, foi repreendida pelo professor ao entrar na sala de aula, com a filha de 4 meses. Na ocasião, o professor da instituição disse à aluna que “as normas da universidade não permitiam que ela (a criança) participasse da dinâmica acadêmica” e que “não

¹⁰ <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/08/23/com-filha-bebe-no-colo-estudante-de-medicina-repreendida-por-professor-durante-aula-disse-que-ela-nao-pagava-mensalidade.ghtml>

poderia assistir à aula com sua filha porque a mesma não pagava mensalidade como os outros estudantes”. Abalada, a aluna procurou a coordenação do curso, que, depois de assisti-la e “permitir” que ela amamentasse sua filha, seguiu a lógica do professor ao afirmar que “as normas não permitem que crianças fiquem na sala de aula”. O mesmo aconteceu com Jéssica Ramos, estudante de Jornalismo, expulsa por levar seu filho à faculdade¹¹. Jessica alegou ainda ter sido orientada a não levar mais o filho de 06 anos para a instituição por entenderem que isso “fere a dignidade da criança”.

Ainda este ano (2024), dias antes de finalizar essa dissertação, o Coletivo de Mães e Pais da UFABC denunciou em suas redes sociais um caso que relataram como recorrente na Universidade Federal do ABC. Uma mãe mestranda foi impedida por um segurança de entrar com sua filha de 02 anos nas dependências da universidade, conforme podemos ver nos *prints* exibidos abaixo:

Figura 3 – Coletivos de Mães e Pais da UFABC denuncia que mãe estudante foi barrada em entrar no campus com a filha e pede providências



Fonte: Perfil do Instagram do Coletivo de Mães e Pais da UFABC (@coativodemaesepaisdaufabc, online, 2024)

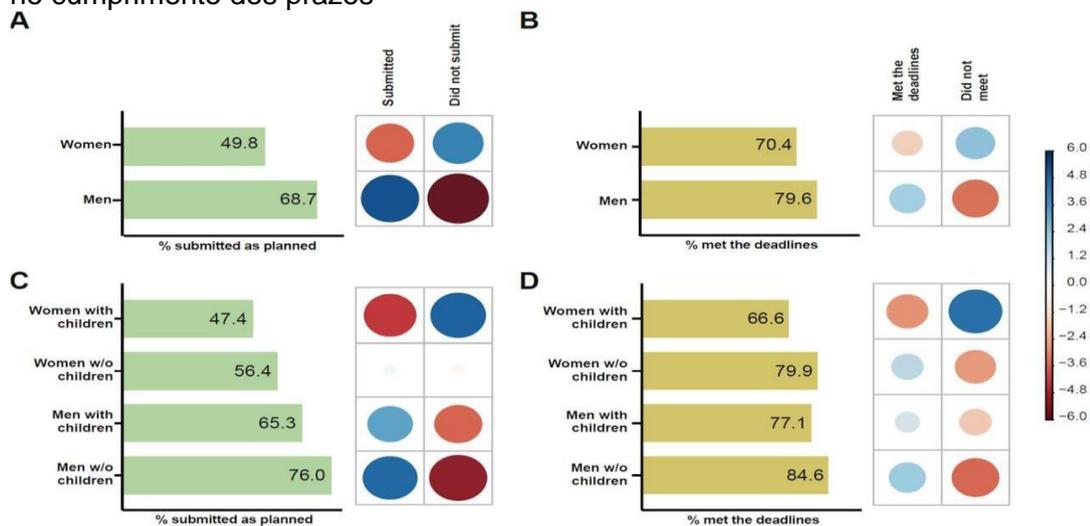
Urpia (2009) e Silva^a (2020) concordam que apesar das garantias de direitos a educação instituída pela constituição Federal de 1988, e dos claros avanços no acesso às universidades, as mulheres ainda encontram dificuldades em suas trajetórias, seja na graduação ou na progressão da carreira acadêmica, e isso se torna ainda mais latente quando torna-se mães. Para Urpia (2009), “os processos de conciliação entre maternidade e vida acadêmica sugerem desvantagens para as mulheres quando estas se tornam mães” e reforça, “mulheres e homens frequentam o mesmo espaço universitário, porém realizam trajetórias educativas

¹¹ <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/aluna-alega-ter-sido-expulsa-de-faculdade-em-goiania-por-levar-filho-para-sala-de-aula-instituicao-nega-214984/>

diferenciadas, com saídas profissionais diversificadas e percursos ocupacionais heterogêneos” (Yannoulas *apud* Urpia, 2009, p. 20).

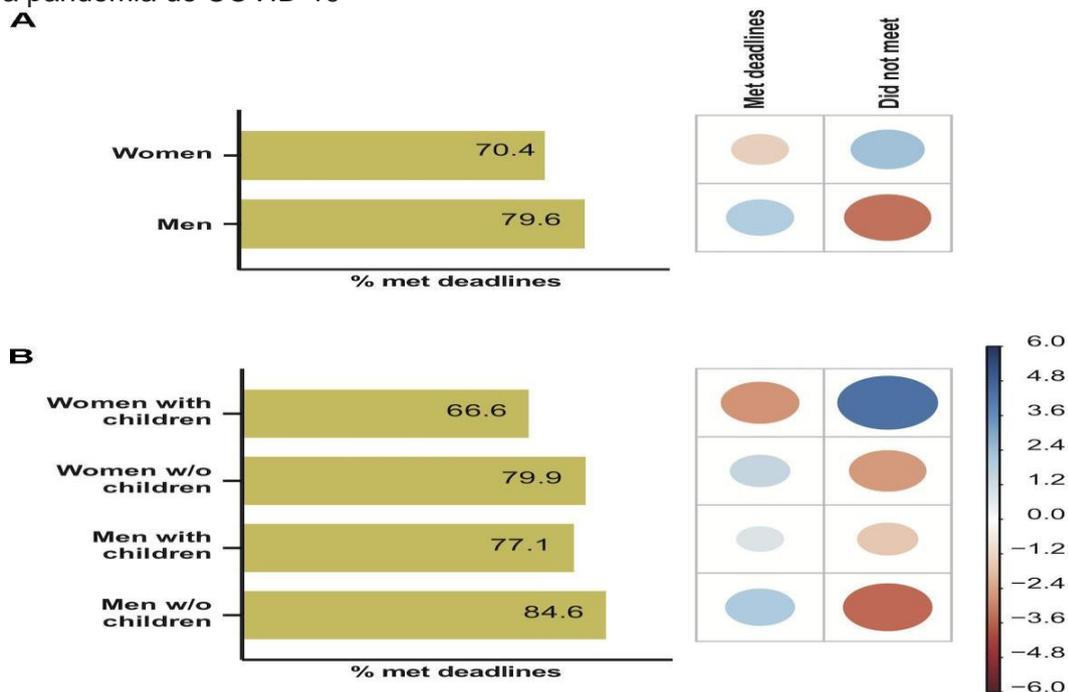
Em um vislumbre do futuro, as mulheres mães universitárias permanecem sem um horizonte com menos desigualdades. Conforme podemos visualizar nos estudos sobre parentalidade na universidade, realizado pelo Parent in Science (2020), o cenário de desigualdade de gênero não melhora conforme a mulher mãe universitária avança no campo acadêmico.

Gráfico 1 – A: Efeito de gênero em submissões; B: Efeito de gênero no cumprimento de prazos; C: Efeito parental nas submissões; D: Efeito parental no cumprimento dos prazos



Fonte: Stanicuaski et al., 2020

Gráfico 2 – O impacto de gênero, paternidade no cumprimento de prazos durante a pandemia de COVID-19



Fonte: Stanicuaski et al., 2020

A pesquisa aponta para a disparidade da produtividade e cumprimentos de prazos de pesquisadores e docentes durante a pandemia onde a “produtividade acadêmica masculina foi menos afetada pela pandemia” em relação à produtividade feminina: “eles eram os mais capazes de enviar manuscritos conforme planejado durante o período de pandemia” (Stanicuaski et al., 2020, *tradução nossa*). Em todas as amostragens, mulheres tiveram resultados inferiores aos dos homens, porém, as mulheres com filhos, sujeitas que estavam tomadas pelos cuidados da família, da casa e dos filhos, tiveram resultados negativos em relação a mulheres sem filhos e significativamente negativos no que se refere à submissão e cumprimento de prazos durante o período da pandemia. Mesmo com alerta de “editores de respeitáveis periódicos sobre o número cada vez menor de manuscritos de autoria de mulheres” não foram observadas, durante a pesquisa, ações que possibilitassem que as discentes mães participassem das atividades acadêmicas sem prejuízo, nem mesmo alguma promoção de debate sobre a situação das discentes e pesquisadoras mães dentro do cenário de isolamento social.

Os dados nos revelam que nos espaços acadêmicos o impacto inicial do desgaste das estudantes mães se torna visível ao ponto em que as violências simbólicas são diárias, normalizadas e validadas pelas instituições de ensino superior, seja por minimização das ações violentas e preconceituosas de docentes

e alunos contra mulheres mães, seja por falta de estrutura e políticas afirmativas de reconhecimento desse grupo. As ações resultam na não sensação de pertencimento, de afastamento das práticas acadêmicas, de obstáculos à “afiliação”, de condições apropriadas para cumprir prazos – o que em nada se refere à capacidade intelectual das estudantes mães e sim ao meio que impossibilita o exercício de seu “ofício de estudante”. Essa percepção foi a mesma que obteve durante o período em que atuou em diversos coletivos maternos universitários, em que se evidenciou especialmente a realidade de mães estudantes frustradas com a academia.

Para além disso, os resultados desse desgaste se refletem também, em algumas ocasiões, em afastamento ou até no trancamento da matrícula, ou mais drasticamente, na evasão ou abandono da carreira acadêmica. A pesquisa não tem o propósito de esclarecer as relações de poder historicamente vigentes entre os que detêm os privilégios de sexo, de classe e de raça e os grupos subalternos e sub-representados como o grupo das mulheres mães estudantes, mas seus resultados clareiam caminhos que nos levam a essa análise. Por esse panorama podemos compreender que não só a falta de creches próximas ou anexadas a suas universidades, a falta de fraldários, mas entre outras coisas, os resultados preliminares explicitam como os espaços acadêmicos não foram desenvolvidos para essas sujeitas, apontando nesse exame como a construção da violência subjetiva colabora para a pedagogia da “não afiliação” ao não possibilitar a inclusão dessas estudantes ao espaço universitário de forma consistente, seja em qual situação for. Para Soares (2021),

Indispensável destacar que o próprio amparo à maternidade também é um direito social e, acompanhado do direito à educação, oportuniza outros direitos, como ao trabalho. Garanti-los é uma questão crucial para o Brasil no enfrentamento das desigualdades de classe, gênero, sexo e raça/etnia.

É necessário reconhecer que a estudante mãe não pode nem deve ser separada de sua filha/filho, pois ela é mulher e estudante e também mãe. Os resultados apresentados nos levantamentos do Parent in Science, mesmo não focados em alunas graduandas, nos apontam como “o peso da maternidade na academia é uma questão mundial, mas o reconhecimento do problema pela comunidade acadêmica é muito recente, e o desenvolvimento de ações e políticas efetivas para resolvê-lo é bastante escasso” (Stanicuaski et al., 2020, tradução nossa).

A estudante mãe encontra imensa dificuldade em se identificar/apropriar dos

espaços acadêmicos, vendo a si própria como “ser alheio”, “não incluso”, “não grato” dentro da universidade, não sendo ela, por muitas das vezes, nem mesmo sujeito central de debates que se debruçam nos temas que acercam as políticas de permanência universitárias, como ficou claro nos números apresentados.

1.2

O enquadramento histórico de exclusão da mulher mãe no contexto universitário: breve análise

Para entender as implicações da temática desta pesquisa é preciso conhecer o contexto histórico que marcou a condição da mulher, e que se relacionam com os conflitos pessoais, culturais e sociais dessas sujeitas. Ademais, as trajetórias das mulheres mães, sabidamente, estão imersas na cultura do mito do amor materno, que se vale de símbolos, signos e socialização que levaram ao processo de invisibilização da sujeita mãe.

Analisando o regime de opressão patriarcal e conhecendo os métodos de subordinação feminina (Lerner, 2019), forjados através da violência simbólica e da subjetividade, também podemos compreender que a “constituição” do “lugar” da mulher, e subseqüentemente, da mulher mãe, se deu em um processo histórico, para atender as demandas oriundas do pátrio-poder.

Com os recursos sexuais e reprodutivos das mulheres apropriados pelos sistema que tinha como norma o privilegio e a hegemonia masculina (patriarcado), o lugar da mulher como propriedade privada (Engels, 2012), consolidados pelo trabalho doméstico e o mito da “mãe exclusiva” (Badinter, 1985) passaram a ser, no ocidente, ferramenta poderosa de controle, emancipação e fortalecimento do sistema patriarcal e, posteriormente, do sistema capitalista, visto que em ambos a máquina do poder e da economia já contava com o trabalho invisível e não remunerado das mulheres – e das mães – conforme especula Federici (2019, p. 44) ao afirmar que “devemos admitir que o capital tem sido muito bem-sucedido em esconder nosso trabalho. Ele criou uma verdadeira obra-prima à custa das mulheres”.

Para garantir a manutenção do poder e do controle, o homem necessitava de recursos subjetivos, psicológicos e pedagógicos para manter mulheres subordinadas ao controle do regime patriarcal. Era necessário que as mulheres e a sociedade acreditassem que as funções maternas eram uma necessidade da espécie e que a mulher que não escolhesse esse caminho seria um “ser” desviante. Para isso os métodos de subjetivação materna foram, ao longo dos

séculos, sendo inseridos na sociedade. Segundo Aita e Facci, a subjetividade é um processo interno e externo, que não se dissocia dos fenômenos culturais:

[...] de acordo com a psicologia histórico-social, são as relações sociais de produção que promovem o desenvolvimento da Subjetividade, e sua formação atrela-se à historicidade dos fenômenos. A Subjetividade, portanto, é constituída por fatores internos e externos, na qual a forma de indivíduo se percebe está relacionada com o modo como os homens estabelecem as relações sociais em contexto específico, decorrente das condições histórico-sociais. (Aita; Facci, 2011, p. 39)

Badinter (1985) nos revela como, a partir do último terço do século XVIII, todos os esforços em construir a maternidade como ideário máximo da mulher fez com que esse grupo assumisse o “papel da boa mãe”. “Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidarem pessoalmente dos filhos e lhes “ordenam” amamentá-los. Elas impõem à mulher a obrigação de ser mãe antes de tudo” (Badinter, 1985, p. 121), sendo assim, no fim do século XVIII, o amor materno parece um novo conceito que norteia mulheres a acreditarem que a maternidade e todo o trabalho exclusivo da mãe representava uma espécie de missão, um único caminho para a realização da feminilidade, e que o “sacrifício materno” consistia na abnegação total de suas particularidades, desejos, ambições e até mesmo de sua humanidade ao se doarem integralmente aos filhos e às responsabilidades do trabalho no espaço privado da família. A maternidade, como sofrimento voluntário, o “padecer no paraíso”, passa a ser norma indispensável para as mulheres. Nessa perspectiva, Moura e Araújo (2004), em seu artigo “Maternidade na história e a história dos cuidados maternos”, nos apresenta como a naturalização do conceito do ser mãe, atualizou seus processos de subjetividade com o passar do tempo, assumindo novas configurações em contextos históricos diferentes. Nesse cenário, temos a visão de um ocidente mergulhado em crenças pautadas no “mito do amor materno” e na “maternidade exclusiva” (Badinter, 1985) criando materialidade a “imaginação” do que deveria ser o sujeito mãe. Essa perspectiva materna desembarcou no Brasil junto com a colônia portuguesas.

Uma vez herdada do ocidente, a visão discriminatória e excludente imputada ao sujeito mãe, durante os anos em que o Brasil esteve sob o domínio colonial, a educação feminina mal figurava-se como uma prioridade. Com a ideia de que a mulher cabia primordialmente os afazeres domésticos, o cuidado e a maternidade, as mulheres eram entendidas como “seres débeis”, incapazes. Esse pensamento foi incorporado à colônia portuguesa, entre muitos aspectos, a partir de concepção que remonta à influência cultural dos árabes na Península Ibérica, que

categorizavam as mulheres em um patamar equiparado ao de crianças e indivíduos mentalmente debilitados, atribuindo-lhes a pejorativa denominação de “sexo imbecil” (Ribeiro, 2000), como cita Abreu (2021):

Para as mulheres, a educação era uma questão ainda impensável. Ribeiro (2000) sinaliza que elas, nesse período, eram entendidas como “*imbecilitus sexus*”, ou seja, o sexo imbecil, categoria à qual pertenciam mulheres, crianças e doentes mentais. Logo, as mulheres não estariam aptas a receber uma educação formal.

Como um pensamento predominante, não era incomum que nobres ironizassem a educação para mulheres. Como exemplo trago a argumentação do Marques de Caravelas em ocasião de debates acerca da Lei Educacional do Brasil de 1827:

Sou também da opinião que se devem reduzir os estudos das meninas a ler, escrever, contar e gramática portuguesa, porque não sei de que lhes possa servir o aprender a prática de frações, decimais e outras operações que não são usuais. Se querem que isso passe, então acrescentem [no projeto de lei] que as mestras lhes ensinem a escrituração de partidas dobradas e singelas [métodos de contabilidade]. A mulher é um ente mui diverso do homem. O que ela deve saber é o governo doméstico da casa e os serviços a ele inerentes, para que se façam boas mães de família. (Westin, 2020)

Mesmo com avanços significativos no acesso da mulher à educação ainda nos deparamos com muitos desafios que remontam a ideia de “maternidade exclusiva e mito do amor materno” (Badinter, 1985).

Na modernidade, com o lugar – ou não lugar – da mulher mãe socialmente e culturalmente confirmados (ou reconfirmados), os sistemas de opressão pavimentaram os caminhos de exclusão da mulher mãe na ciência. Silva (2020, p. 45-46) ressalta que

A maternidade enquanto destino da mulher serviu também para a exclusão sistemática das mulheres do trabalho científico, pois de acordo com Schiebinger (2001, p. 213) a ciência moderna, em sua revolução da ciência sexual, ocupou-se também de estudar a diferença entre os corpos masculinos e femininos e definiu que tais diferenças não se limitavam às genitálias, mas que estavam em cada fibra do corpo, desta forma concluiu-se que o corpo do homem estava para a intelectualidade, enquanto o corpo da mulher estava para a maternidade. A autora destaca que tais estudos acadêmicos não estavam preocupados em repensar a assistência à saúde, mas que estavam projetados para manter as mulheres no lugar que foi definido para elas.

O “excluir” histórico-social da mulher mãe, abordado por Silva (2020), aponta como a invisibilidade materna e a romantização da maternidade podem ter sido o modo de operação, ao decorrer dos anos, desde que a primeira mulher foi

admitida no ensino superior. Silva^a (2020) e Moura e Silva (2024) mencionam processos de subordinação das mães desse grupo, pelos diversos segmentos sociais, acadêmicos e científicos, e evidenciam como os desafios enfrentados por mulheres mães, em especial sobre questões parentais, são influenciados por normas de gênero demarcadas na cultura patriarcal.

Compreender a carga de violência (in)visível existente na subjetividade e no simbólico da sujeita mãe, para essa pesquisa, é fator primordial, pois amplia o entendimento do cenário social em que as sujeitas analisadas se encontram, contribuindo com o objetivo de buscar nas trajetórias da maternidade de cada sujeita suas experiências, sentimentos, forma de ver a si como mulher, como mãe e estudante, pois é importante problematizar, nessas relações, as condições historicamente construídas no patriarcado e que cotidianamente recaem sobre nós mulheres, como forma de segregação sutil dos mais diversos espaços, incluindo os espaços universitários.

1.3

“Os excluídos do interior” e a questão da trajetória das mães universitárias: uma perspectiva Bourdieusiana em diálogo.

Para iluminar a compreensão das questões que circulam as trajetórias das estudantes mães dentro dos espaços de ensino superior e as possíveis complicações em seus processos de “afiliação”, busco diálogo com os conceitos de “permanência estudantil” e “os excluídos do interior”, conforme Bourdieu & Champanhe (2011), Zago^a (2006) e Coulon (2008).

Para Bourdieu & Champagne (2011), o conceito de “excluído do interior” olha para o dinamismo da exclusão através da inclusão. Ao voltar seus estudos empíricos para os Liceus, Bourdieu analisou como a democratização da educação não superou de forma eficiente as desigualdades entre escolarizados e os excluídos da educação. Dessa forma, Bourdieu e Champagne nos revela muito da nossa própria realidade ao descrever que essas instituições de ensino “mantêm em seu seio aqueles que excluem entre a adesão maravilhada à ilusão que ela propõe e a resignação a seus veredictos, entre a submissão ansiosa e a revolta impotente”. Desta forma, para compreender as trajetórias das mulheres mães universitárias pela perspectiva do conceito de “excluídos do interior” e compreender os motivos pelos quais muitas vezes essas mulheres se encontram em lugar que, por vezes, é o de revolta, por vezes, de resignação, tomo “emprestado” o referido conceito, não para usá-lo como mera alusão, mas para

aplicar sua essência analítica às observações das trajetórias do grupo investigado nessa dissertação.

Ao oferecer como proposta nesse estudo a construção e compreensão de como atuaram os processos de “não afiliação”, se torna inevitável observar as trajetórias das mulheres mães brasileiras no que vai além da superficialidade, e nessa perspectiva, são válidos os estudos de Bourdieu & Champanhe (2011) sobre a violência simbólica atuando como agente pedagógico da “exclusão dos incluídos”, e ao versar sobre como essas violências sutis e os conflitos contidos nela atuam como força que garantem as diferenças e privilégios exercidos pelos grupos dominantes sobre os grupos dominados.

Essa perspectiva é central para compreendermos, de forma objetiva, o cenário das universidades no que tange às trajetórias das mães universitárias. É fato que as mulheres brasileiras superaram, há décadas, a negação ao acesso à formação universitária. Segundo Neves, Sampaio e Heringer (2018), o “Brasil acompanhou a expansão mundial das matrículas de ensino superior”, e com um salto significativo nos números de matrículas à composição do cenário estudantil do ensino superior também mudou de configuração, chegando, já em 2015, a representar 60% das cadeiras discentes para mulheres. O acesso já não é uma questão relevante, pois é pauta superada, mas o pertencimento e permanência sim. Dentro desse panorama, é possível entender que muitas mulheres mães acessam o ensino superior, mas têm dificuldade no processo de permanência. Essas dificuldades se apresentam especialmente em relação ao cumprimento das rígidas normas acadêmicas, como atendimento de prazos, atividades, produções acadêmicas entre outros. Muitas dessas estudantes ao não cumprirem religiosamente tarefas “exigidas a uma estudante tradicional”, se sentem frustradas, ou seja, se sentem “não inclusas” a esse espaço.

Nesse contexto, as colaborações de Bourdieu & Champanhe (2011); Zago^a (2006); Coulon (2008) nos permitem olhar para o que as trajetórias das estudantes mães nos trazem nas entrelinhas. Seriam as estudantes mães uma “nova” classe de “excluídos do interior”? Ou apenas sujeitas não lidas dentro dessa perspectiva? Ou ambas? É possível compreender com mais clareza como grupo subalternizado, ao serem perpassados pela interseccionalidade de raça, gênero e classe, que encontram nesse acesso, nessa inclusão, um ambiente estranho, que persiste garantir que os espaços historicamente voltados para as classes abastadas se tornem espaços hostis para as “excluídas do interior”. Nesse contexto Bourdieusiano, é possível analisar essa dinâmica como uma das características dos processos de “não afiliação” das estudantes mães ao espaço

universitário, já que a instituição de ensino passa a promover a exclusão de forma continuada, a partir da inclusão daqueles que excluem, o que causa, de forma quase que coercitiva, a permanente sensação de não pertencimento desse grupo aos espaços universitários, o que faz com que os apontamentos de Coulon na engenharia da “afiliação” não atendam de forma efetiva a todos os grupos que compõem a população universitária.

Resgatado por Spivak (2010) em sua obra “Pode falar o subalterno?”, a marxista nos apresenta conceito de subalternidade como termo que se refere às “camadas mais baixas da sociedade, dos impossibilitados de se tornarem membros plenos do estrato social dominante”. Para Spivak (2010), é central e urgente a necessidade de retomar “o significado que Gramsci atribui ao se referir ao “proletariado’, ou seja, aquele cujo voz não pode ser ouvida”. Desta forma, Spivak buscou em Gramsci o aporte teórico que precisava para desenvolver o pensamento crítico e a reflexão sobre o que chamou no subtítulo da primeira versão de sua obra de “Especulações sobre o sacrifício das viúvas” e que traz para o centro de seu estudo a mulher como sujeito subalterno “duplamente obliterado”. Spivak diz:

No contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado. [...]. Se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade. (Spivak, 2010, p. 85)

Ao dialogar com Spivak (2010), entendemos os espaços universitários como espaços de disputa, em que a manutenção da hegemonia dominante inunda as relações, e dessa forma analisar trajetórias, reconhecimento e permanência das mulheres-mães universitárias sem considerar o conceito de subalternidade é calar um grupo inteiro, ou simplesmente não ouvi-lo. As circunstâncias de invisibilidade da mulher mãe estudante pode ser observada pela lente da subalternidade e da sua condição de sujeita duplamente obliterada. A constituição do nosso país se fez pela manutenção de grupos hegemônicos com fortes características colonialistas, e isso impacta todos os sistemas, inclusive no ensino.

Nesse caminho também é possível afirmar que a consulta oral através das entrevistas semiestruturadas permite que as mulheres mães universitárias possam falar – elas falam por elas – sobre suas vivências e experiências, possibilitando que sua voz e sua fala colaborassem, nessa dissertação, com a construção das características da condição da Mulher Mãe estudante no espaço universitário, no que tange suas trajetórias ao serem observadas pela questão do

pertencimento, da “afiliação”, da “não afiliação” e, como demonstrou o resultado dessa pesquisa, da “afiliação parcial”.

Dentro da questão da “afiliação”, ao visitar Coulon (2008), vemos que o cerne de seu estudo está no processo de permanência estudantil, na “afiliação”. Não distante disso, ao se voltar para o cenário brasileiro, Coulon (2017, p. 1241) busca aproximar as experiências francesas com as experiências brasileiras, ao afirmar que:

Desde o início do século XXI, o ensino superior se tornou um tema político na sociedade do conhecimento, mas também um objeto de pesquisa e de reflexão em diferentes domínios, especialmente no campo das ciências da educação e da sociologia. Esse fenômeno pode ser observado em diferentes países, como na França e no Brasil. No que se refere ao Brasil, a emergência de estudos e pesquisas sobre o ensino superior tem uma relação direta com as transformações que esse nível de ensino viveu durante as duas últimas décadas.

Dentro dessa conjuntura, Coulon (ibidem) entende que a democratização do acesso à educação superior não necessariamente está alinhada a uma democratização do saber. “Mesmo entendendo que existem fortes questões raciais e até de gênero permeando o ambiente acadêmico”, Coulon (ibidem) concentra seu foco nas desigualdades “das chances de acesso ao saber” e em como elas permanecem se apresentando como um “fenômeno persistente e inquietante, particularmente presente no primeiro ciclo universitário, principalmente no primeiro ano” pela observação da ruptura do estudante com o ensino médio (Mendes, 2020). Dentro dessa leitura, as contribuições de Coulon não dão conta dos empecilhos das questões históricas forjadas na forma com que sujeitos subalternos são percebidos na nossa sociedade (Ibidem), sujeitos esses aqui observados como mulheres mães universitárias, o que me leva a propor um diálogo com o próprio conceito ao revisar os processos de “afiliação” observando as dificuldades que precisam ser especuladas e analisadas. Dessa forma é possível olhar o conceito de “afiliação” para além de seus limites, e considerar o reconhecimento¹² dos grupos subalternizados – aqui lidos como as estudantes mães invisibilizadas –, uma vez entendendo que ao trazer para discussão o contexto histórico e social dessas sujeitas, que o próprio regramento para a afiliação do estudante, como por exemplo, as questões pedagógicas, de linguagem e códigos, de tempo de adaptação e disponibilidade para o exercício

¹² Clapp (2010, p. 144) destaca que, segundo o pensamento de Fraser, a reivindicação por reconhecimento “se caracteriza pela busca de superação da condição de subordinação social de um grupo determinado e o estabelecimento da condição de integração paritária com outros grupos sociais”.

do “ofício do estudante”, majoritariamente atuam como os agentes característicos da produção de desigualdades.

Maternidade na Academia: Sobre os Diálogos, Desafios e primeiras Descobertas no Caminho do Conhecimento”

Nas suas diferentes formas, os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais e comunicação e interação humana. [...] Instaura-se assim, em princípio, uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou suas experiências, ao passo que, através de suas perguntas abertas e das suas reações, o investigador facilita essas expressões, evita que ela se afaste dos objetivos da investigação permite que o interlocutor aceda a um grau de máximo de autenticidade e profundidade. (Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 193)

Não seria possível, no meu entendimento, apenas por meio de investigação bibliográfica, compreender a profundidade dos conflitos que permeiam as relações entre a academia e as mulheres mães estudantes no que se refere aos processos de pertencimento, permanência e “afiliação”. Nesse caminho, o uso da entrevista semiestruturada se apresentou como um potente canalizador de ricas informações. Dispor de perguntas guias, poder “deixar andar” a “conversa” para que a entrevistada possa falar abertamente (Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 192), preparar uma escuta atenta do que se relata sem perder o objetivo da investigação são possibilidades que o método de entrevista semiestruturada me permitiu recolher materiais para análise sistemática de conteúdo que corresponde, como afirma Quivy e Campenhoudt (1992, p. 195), às exigências de explicações, de estabilidade e de intersubjetividades dos processos investigados nessa pesquisa. Este capítulo apresentará, além da narração de minha trajetória na entrada no campo, as observações, reflexões e análises das entrevistas realizadas com 08 (oito) mulheres mães estudantes da graduação, de áreas distintas do saber, cujas oportunidades e acessos vieram por vias diferentes, mas que se encontram nas trajetórias inquietas e nos sofreres do “ser mães” na universidade. O capítulo se apresenta subdividido em 3 partes, sendo elas: “Caminhos metodológicos”; “A entrada no campo”; “Perfis e Perspectivas: Mapeando as Histórias de Mães Estudantes na Universidade”.

2.1 Caminhos metodológicos

Tendo em mente os objetivos específicos que se relacionam com os fundamentos históricos, teóricos e analíticos relacionais à permanência, trajetória das mulheres-mães universitárias e processos de “não afiliação” desse sujeito, escolheu-se trabalhar com os métodos de pesquisa qualitativa por revisão bibliográfica e entrevista semiestruturada. Segundo Gonçalves e Lisboa:

A pesquisa qualitativa tem sido resgatada nas ciências sociais por se considerar que ela abarca uma relação inseparável entre o pensamento e a base material, entre a ação de homens e mulheres enquanto sujeitos históricos e as determinações que os condicionam, entre o mundo objetivo e a subjetividade dos sujeitos pesquisados. (Gonçalves e Lisboa, 2007, p. 87)

Dada a proximidade da pesquisadora com as sujeitas pesquisadas, a opção metodológica por um delineamento qualitativo volta-se para o entendimento e que o escopo da investigação reside na análise das interpretações atribuídas pelas entrevistadas a suas próprias experiências. Em consonância com a concepção de Bernadete Gatti e Marli André (2011, p. 30), a abordagem qualitativa:

Essa modalidade de pesquisa veio com a proposição de ruptura do círculo protetor que separa pesquisador e pesquisado, separação que era garantida por um método rígido e pela clara definição de um objeto, condição em que um pesquisador assume a posição de “cientista”, daquele que sabe, e os pesquisadores se tornam dados – por seus comportamentos, suas respostas, falas, discursos, narrativas etc. traduzidas em classificações rígidas ou números – numa posição de impessoalidade. Passa-se a advogar, na nova perspectiva, a não neutralidade, a integração contextual e a compreensão de significados nas dinâmicas histórico-relacionais. (Gatti; André, 2013, p. 30-31)

Nesse sentido, a primeira fase desta investigação levantou obras clássicas e artigos recentes que abordam o eixo deste tema através da revisão bibliográfica na busca de fundamentação da condição da estudante mãe dentro das universidades e da relação histórica de privações, exclusões e invisibilidade da figura da mulher-mãe, e como isso constrói, até a atualidade, a subjetividade dos “lugares” das mães na sociedade e na universidade. Observando os processos de normalização da “violência velada” contra a mulher mãe, a partir da análise dos materiais pesquisados, deve ser considerado o recorte de gênero e parentalidade, relacionando isso aos processos de “não afiliação” abordados como o centro da análise das trajetórias dessas mulheres dentro da academia.

Em um segundo momento, com a intenção de conhecer as estratégias e perdas sociais das mães aqui investigadas, a audição e captação dos relatos dessas mulheres é peça imprescindível. Nessa fase, a investigação buscou, a partir das entrevistas semiestruturadas, as fontes orais sobre o tema abordado neste projeto. A entrevista, segundo Gil (1989), permite maior flexibilidade e aprofundamento do objeto de estudo desta pesquisa. Segundo Manzini (2004), uma das características da entrevista semiestruturada é a utilização de um roteiro previamente elaborado. Para Trivinos (1987, p. 146), a entrevista semiestruturada “[...] favorece não sua descrição dos fenômenos sociais, mas também suas explicações e a compreensão de sua totalidade [...]”.

Desta forma, a coleta de dados através das entrevistas buscará por relatos de mães estudantes do Projeto de Extensão “Mães na Universidade”, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Conforme relatado anteriormente, a escolha desse grupo se deu pela possibilidade de se obter informações, através das entrevistas de mães graduandas, que em algum momento da sua trajetória universitária tivesse considerado que necessitavam de ajuda / orientação / acolhimento específico para suas demandas de mães estudantes universitárias que estivessem agrupadas em algum grupo de estudo, coletivo, projeto de extensão. Essa foi a forma de otimizar o tempo e encontrar essas mulheres mães universitárias de forma mais imediata, considerando que essa pesquisa se iniciou dentro do período de pandemia e total isolamento social.

Para cumprir os objetivos desta investigação, o método de entrevista se fez imprescindível, sendo assim, a investigação ouvirá 08 (oito) mulheres mães discentes da graduação (formadas ou em formação) que estão participando do Projeto de Extensão “MÃES NA UNIVERSIDADE” da UFRJ. O Projeto de Extensão “MÃES NA UNIVERSIDADE” conta atualmente com um total de 15 (quinze) participantes, sendo esse contingente composto por 08 (oito) mulheres mães estudantes da graduação, 01 (uma) mulheres **não** mãe estudante da graduação, 04 (quatro) pós-graduandas e 02 (duas) professoras. A escolha das entrevistadas se fez pensando no resultado desta investigação, sendo o perfil escolhido o de **mães estudantes** da graduação, matriculadas entre o período de 2015/2020, o que cobre 100% do contingente de participantes do Projeto e extensão “MÃES NA UNIVERSIDADE” com esse perfil. A escolha temporal desse período é primordial para melhor análise das trajetórias dessas sujeitas dentro dos espaços de universitários, visto que as mesmas tiveram um percurso acadêmico considerável.

A partir da aplicação das entrevistas semiestruturadas (ANEXO A), a

pesquisadora coletou informações sobre o perfil das entrevistadas. O objetivo é que a coleta desses perfis traga informações que contribuam para a compreensão de como a dinâmica da vida acadêmica e os conflitos que eles encontram são percebidos em suas experiências universitárias.

A entrevista é um método que enriquece a pesquisa por trazer informações coletadas diretamente da informante, contudo o tipo de entrevista escolhido aqui, a semiestruturada, estabelece um diálogo bilateral da pesquisadora com a informante, mas diferentemente de uma conversa informal. A entrevista semiestruturada foi elaborada com um roteiro pré-estabelecido que possa ser alterado de acordo com a maneira que o diálogo irá se desenvolver, garantindo que a pesquisadora atinja seus objetivos e que o entrevistado se sinta confortável para confidenciar sua trajetória. As entrevistas “podem fornecer dados primários: informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia” (Minayo, 2009; 2010). May (2004) aborda que a entrevista semiestruturada “Permite que as pessoas respondam mais nos seus próprios termos do que as entrevistas estruturadas, mas ainda forneçam uma estrutura maior de comparabilidade do que nas entrevistas não-estruturadas”. Para Quivy e Campenhoudt (1992, p. 194), uma das principais vantagens no método de entrevista semiestruturada, que esses autores chamam de semidireta ou semidirigida, é o grau de profundidade oferecido pelos elementos recolhidos, sendo, dessa forma, segundo os autores, certamente a mais usada em investigação social.

As análises dos dados obtidos pelos métodos descritos serão feitas considerando os objetivos apresentados anteriormente e sistematizados para melhor compreensão dos leitores.

2.2

A entrada no campo

A inserção do pesquisador no campo a ser investigado rompe deliberadamente com a dicotomia entre esse pesquisador e seu objeto de estudo (Barcinski, 2014).

Encontrar uma mulher mãe universitária não é como procurar uma agulha no palheiro. Segundo a Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior – as IFES – (ANDIFES, 2019, p. 37), o perfil discente das Instituições Federais de Ensino

Superior é composto por um universo de estudantes do sexo feminino. E mesmo que a pesquisa indique que o número relativo de mulheres graduandas e homens graduandos na faixa etária acima de 25 anos seja mais próximo – 56,6% para 49,1% respectivamente – e que esse número pode estar relacionado ao número de filhos, ainda assim há uma maioria de mulheres discentes. Do total de estudantes das IFES com filhos (as), 85,3% moram com eles (as); entre estudantes do sexo feminino que são mães, 92,7% têm algum filho (a) que mora com elas (Andifes, 2019, p. 61).

Ainda que a maioria de discentes universitários sejam mulheres, encontrar esse grupo específico, de mulheres mães graduandas, em uma mesma universidade, com disposição, disponibilidade e coragem em compartilhar suas histórias foi um trabalho que exigiu minha atenção e sensibilidade. Mesmo com esse cenário, não é possível fazer, por exemplo, uma busca de mulheres mães universitárias pelos sistemas de informação disponíveis pelas universidades, o que me levou a fazer essa busca a partir dos grupos de estudos da maternidade e coletivos universitários maternos aos quais eu tinha algum grau de proximidade com a minha história de ativismo nos campos do feminismo e luta materna. Dessa forma, após sondar nos grupos de estudo e de realizar uma breve pesquisa pela instituição de ensino superior com maior expressão em coletivos maternos e programas de extensão voltados para os estudos maternos, me aproximei do Projeto de Extensão “MÃES NA UNIVERSIDADE”, da UFRJ, que fazia – e faz – um valioso trabalho de acolhimento e orientação desse grupo de alunadas. Com isso, meu objetivo de encontrar um número relevante de mulheres mães estudantes da graduação de uma mesma universidade foi atingido.

A aproximação com uma das coordenadoras do programa de extensão possibilitou a busca, através de uma listagem de controle do projeto de extensão, de quem seriam as alunas que atendiam o perfil que eu procurava. Ainda que o fato de poder acessar a lista tenha sido facilitado, o contato com as alunas não foi. O período era de pandemia, ainda de mitigação, e algumas das mulheres indicadas estavam incomunicáveis. Por outro lado, visitas *in loco* eram inviáveis. Apenas com a retomada das aulas presenciais os contatos foram se restabelecendo e a possibilidade real de marcar as entrevistas foi possível.

Mesmo com a retomada das atividades presenciais, após a mitigação por Covid-19, com a ampla e conturbada campanha de vacinação e com a abertura do *campus*, o acúmulo de tarefas, trabalhos acadêmicos e horários de aula que nem sempre se ajustavam com a disponibilidade de ambas as partes, e com a aproximação do fim do período proposto para minha defesa, optei por abrir a

possibilidade de realizar as entrevistas via *Google Meet*. Segundo Silva^a (2020), não é incomum que autoras que realizam investigações com grupos de mulheres mães universitárias, como Bittencourt (2013) e Menezes (2012), relatem intercorrências semelhantes). Silva^a especula que:

mulheres com tantas demandas pessoais, educativas e laborais tem menor disponibilidade para se deslocar e dispor de tempo para participar destas pesquisas, exigindo que a pesquisadora vá ao encontro de suas informantes e esteja apta a lidar com os imprevistos e possíveis interrupções. (Silva, 2020, p. 89)

Menezes corrobora Silva, ao afirmar que

Dificuldades de agendamento para as entrevistas foram constantes devido à falta de tempo disponível das entrevistadas ou a própria coincidência de horários nos quais os sujeitos se disponibilizavam à entrevista com o horário de aula, estágio ou trabalho dos pesquisadores. (Menezes et al., 2012, p. 32)

Dessa forma, realizei duas entrevistas presencialmente e seis por via remota. Uma das entrevistas foi realizada no *campus* do Fundão, e uma visita foi realizada no *campus* Praia Vermelha, porém a entrevista não foi realizada, sendo feita posteriormente na residência da entrevistada, que me recebeu com muito afeto. As entrevistas realizadas via *Google Meet* foram gravadas com autorização expressa das entrevistadas e as entrevistas presenciais foram gravadas via gravador de voz e também foram autorizadas pelas entrevistadas. Todas as entrevistadas receberam e assinaram o Termo de livre esclarecimento e consentimento (ANEXO A), recebendo todas as informações sobre as pesquisas, a pesquisadora e sobre o tratamento dos dados obtidos na investigação.

Após a realização das entrevistas iniciei a transcrição das mesmas e o preparo para que as informações coletadas pudessem ser efetivamente analisadas conforme os conceitos apresentados nesta pesquisa. Abaixo, segue o resultado obtido pelo perfil das entrevistadas e a apresentação das entrevistas e sua análise.

2.3 Perfis e Perspectivas: Mapeando as Histórias de Mães Estudantes na Universidade

A construção de conhecimento em pesquisa perpassa por questões metodológicas e éticas. Assegurar que a identidade das participantes não será revelada é, sabidamente, um dos primeiros procedimentos a se fazer na

realização de investigações que utilizam entre seus métodos, a entrevista. Observando as questões que acercam o anonimato das entrevistadas(os), Monteiro, Raimundo e Martins refletem que:

[...] na questão do sigilo na pesquisa [...] Questionar o anonimato em pesquisa é apostar numa maneira de pesquisar que tenha o sujeito como parte significativa na mesma. Não se trata de pesquisar “qualquer pessoa”, sem marca e sem história, mas de acreditar que os sujeitos têm importância fundamental na construção do conhecimento. Sabemos que tal problema não pode ser resolvido de maneira simples e muito menos sem uma negociação que leve em consideração o que os próprios sujeitos pensam e sentem a respeito da exposição de seus nomes. (Monteiro; Raimundo; Martins, 2019)

A partir dessas reflexões, optei por não escolher, de forma unilateral e sem consulta, o pseudônimo das mulheres mães universitárias que fizeram parte da construção desse trabalho. Dessa forma, a partir do momento em que apresentei, li e expliquei o conteúdo da pesquisa e do Termo de consentimento e livre esclarecimento, compartilhei com as participantes a proposta de que elas próprias pudessem, se quisessem, escolher e indicar os nomes ao qual gostariam de ser identificadas na pesquisa. Esse foi, em especial, um momento de conexão e afeto entre mim e as participantes, momento que, pelo teor das informações que em seguida seriam passadas pelas entrevistadas, foi de extrema importância. Sendo assim, os pseudônimos que usarei para identificação das entrevistadas foram, em sua totalidade, escolhidos pelas próprias entrevistadas. Sobre o nome de suas filhas/os, que eram recorrentemente repetidos durante suas narrações, optei por substituir por “*minha filha, meu filho*”, como forma de garantir o sigilo da identidade das crianças/adolescentes e da mãe.

A construção do perfil das entrevistadas revela informações como idade, curso, estado civil, como elas se autodeclaram em relação a raça/etnia, previsão de início e término de curso, sobre número de filhos, estão estudando e se tem rede de apoio. Esses dados iniciais são importantes para traçar o ponto de que parte cada entrevistada, e entender a interseccionalidade que as atravessam.

Abaixo, ilustro o quadro dos resultados coletados para o perfil das entrevistadas.

Tabela 1 – Perfil das entrevistadas

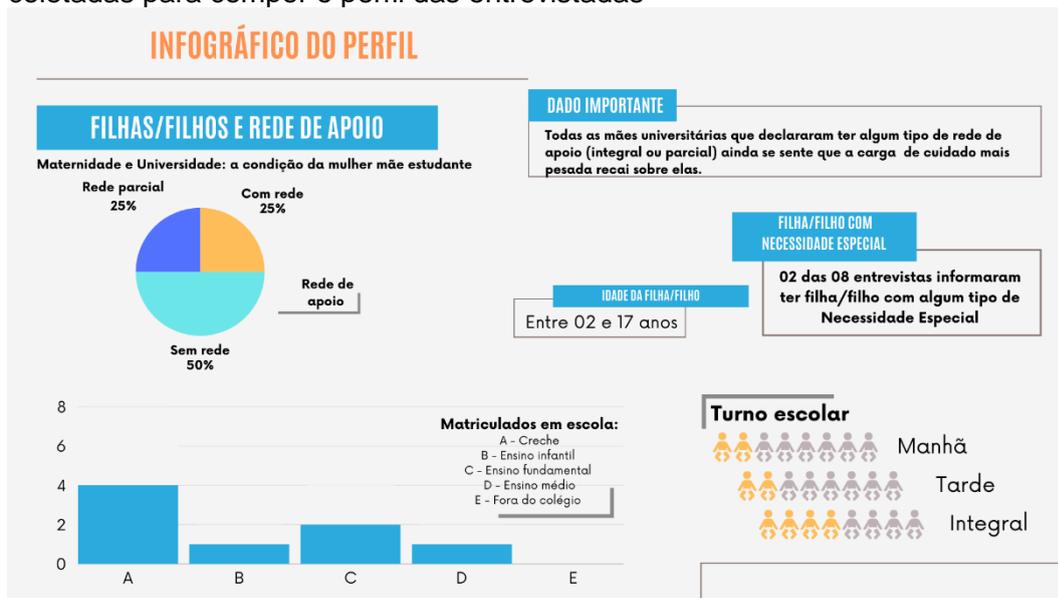
Marielle	Marielle tem 32 anos e atualmente vive em regime de União Estável e se declara mulher branca. Formou-se em Geografia pela UFRJ, iniciou sua vida acadêmica no curso de Matemática em outra instituição antes de migrar para UFRJ, onde estudou de 2015 a 2023. Marielle é mãe de 3 crianças, duas delas gêmeas, de seu primeiro relacionamento. A faixa
----------	---

	etária é de 14 anos (gêmeas) e 10 anos. Mesmo não sendo portadoras de deficiência, Marielle relata ter uma criança com transtorno de personalidade em investigação e uma outra criança que tem transtorno alimentar diagnosticado. Todas regularmente matriculadas no ensino fundamental no período da manhã. A entrevistada foi mãe antes da graduação e declara ter rede de apoio limitada.
Saturno	Estudante do curso de Serviço Social na UFRJ, Saturno iniciou seu curso em 2020 e tem previsão de término em 2024. Com 31 anos, se autodeclara branca, casada e tem 01 filha de 15 anos que cursa o ensino fundamental em horário integral. Saturno engravidou antes da graduação, iniciando seu curso, dessa forma, já mãe. Saturno declara não ter rede de apoio.
Danmar	Danmar tem 40 anos de idade e atualmente cursa Letras - Português/Árabe na UFRJ. Seu curso teve início em 2019 e tem previsão de término em 2024. Danmar se declara parda, casada e mãe de um adolescente, que atualmente está matriculado no último ano do ensino médio. Grávida antes da graduação, iniciou seu curso, dessa forma, já mãe. Danmar declara ter tido e ainda ter rede de apoio.
Artemis	Com 32 anos de idade, Artemis declara que seu Estado Cível atual é o de União Estável. Autodeclarada branca, Artemis iniciou o curso de Pedagogia na UFRJ em 2015 e formou-se em 2022. A entrevistada tem um filho na faixa etária de 3 a 4 anos, que está matriculado no ensino infantil no período da tarde. Grávida durante a graduação, Artemis declara não ter rede de apoio.
Rita	Rita tem 27 anos, cursa direito na UFRJ desde 2015 e concluiu o curso no segundo semestre de 2022. Rita é uma mulher solteira e se autodeclara branca. Mãe de um filho que hoje tem 04 anos, Rita informa que apenas no último período de sua graduação seu filho foi à escola, uma creche que o atendia no período da tarde. Grávida durante a graduação, Rita diz não ter rede de apoio.
Serena	Serena tem 36 anos, cursa psicologia na UFRJ desde 2009. Depois de alguns percalços em sua trajetória, Serena tem como data de conclusão do curso o segundo semestre de 2024. Autodeclarada preta, Serena é solteira e tem uma filha de 02 anos que no momento está matriculada na creche, em horário integral. Grávida durante a graduação, Serena declara não ter tido e não ter rede de apoio.
Vitoria	Vitoria tem 32 anos, é casada e se autodeclara preta. Cursa atualmente pedagogia na UFRJ. Seu curso teve início em 2018 e tem previsão de término em 2024. Vitória é mãe de uma menina de 02 anos, que está regularmente matriculada na creche, que a atende em horário integral. Grávida durante a graduação, Vitória declara ter rede de apoio "limitada".
Pitty	Atualmente com 31 anos, Pitty é casada e se autodeclara amarela. Iniciou psicologia na UFRJ em 2018, formando-se em 2023. Pitty tem um filho de 03 anos, Pitty declara que seu filho teve perda auditiva. Atualmente, seu filho está matriculado na creche, que o atende em período integral. Pitty engravidou durante a graduação e declara ter rede de apoio.

Fonte: Perfil das entrevistadas

As entrevistadas, com faixa etária entre 27 e 40 anos, em sua maioria se apresentou sem rede de apoio. Todas que se declararam solteiras informaram não ter nenhuma rede de apoio. Dentre as 06 (seis) entrevistadas que se declaram casadas, duas informam ter rede de apoio (que não necessariamente eram seus companheiros) e duas declaram ter rede de apoio limitado. A metade das mulheres que se declaram casadas informam não ter qualquer rede de apoio.

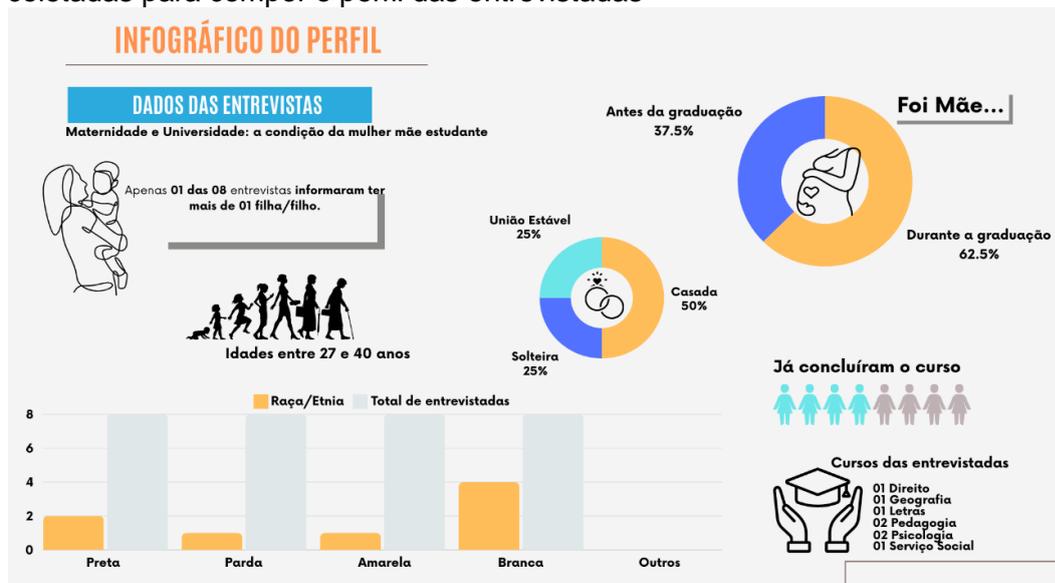
Gráfico 3 – Infográfico informativo de elaboração própria com informações coletadas para compor o perfil das entrevistadas



Fonte: Perfil das entrevistadas

Sobre a questão da rede, mesmo que não seja o foco desta pesquisa analisar a condição da mulher mãe nos espaços privados, vale ressaltar que a sistemática reprodução dos lugares e “não-lugares” da mulher balizam-se diretamente nas perspectivas do cuidado e da maternidade. Em relação à universidade, Silva^a (2020) aborda que o “excluir” histórico-social atua como o modo de operação da invisibilização da mulher mãe estudante e de suas diferenças e necessidades nos mais diversos segmentos sociais, acadêmicos e científicos. A autora aponta que a invisibilidade materna, a romantização da maternidade e o *status* de mãe guerreira dificultam o entendimento da necessidade de rede de apoio e/ou políticas afirmativas voltadas exclusivamente para esses grupos nos mais diversos seguimentos da sociedade. Moura e Silva (2024) observam que a maternidade em nossa sociedade pode ser apontada como um marcador de diferenças sociais.

Gráfico 4 - Infográfico informativo de elaboração própria com informações coletadas para compor o perfil das entrevistadas



Fonte: Perfil das entrevistadas

Entre as entrevistadas, quatro se declaram brancas, duas se declaram pretas, uma se declara parda e uma se declara amarela. Apenas duas entrevistadas declararam ter filhas/filhos com alguma necessidade especial e 50% delas já haviam concluído o curso de graduação. A totalidade da outra metade de entrevistadas informou que a previsão da conclusão de seus cursos é para o segundo semestre de 2024. Artemis, Rita, Serena, Vitória e Pitty se tornaram mães no decorrer da vida acadêmica; Marielle, Saturno e Danmar já eram mães quando entraram na universidade.

Sobre a escolha dos cursos de formação, observamos que a entrada na vida acadêmica traz consigo uma gama de expectativas, seja pelo curso escolhido, seja pela possibilidade de formação profissional. Aqui eu gostaria de salientar que a proposta desse trabalho não é observar as escolhas realizadas pelas entrevistadas, mas é importante contextualizar essas escolhas dentro da realidade universitária brasileira, que segue reproduzindo estereótipos sexistas que impactam a vida das mulheres mães acadêmicas, afinal, as reproduções não são feitas de um ou outro símbolo, mas de um conjunto, de um sistema de simbologias¹³ que são estruturantes e estruturadas. Para contextualizar o que digo, trago um trecho da entrevista de Vitoria que demonstra como toda uma

¹³ Segundo Bourdieu (2004, p. 9-10), os “sistemas simbólicos” atuam como “instrumentos de conhecimento e de comunicação” e só podem “exercer um poder estruturante porque são estruturados, sendo assim os símbolos “instrumentos por excelência da integração social” tonando possível o “consensus acerca do sentido do muno social”. Segundo o autor esse sistema de símbolos contribui diretamente para a reprodução a ordem social.

estrutura (des)proporciona opções para que mulheres – quiçá mães – possam seguir carreiras não voltadas ao cuidado:

“[...] eu fiz um curso na área que eu gostava [...] desenho industrial. Comecei a trabalhar na área, mas eu tive um problema nas 2 mãos [...] os médicos foram bem claros e disseram, “olha, se você permanecer nessa profissão fazendo isso você não vai conseguir pegar uma caneta daqui a 2 dias[...] A partir daí eu [...] vi que eu não tinha condições de pagar uma universidade, *E fui fazer Enem*. Passei, né, para a pedagogia e escolhi a UFRJ. Eu não tinha noção nenhuma de o que era UFRJ[...] entrei mesmo para a pedagogia, então assim, não pensei em outro curso, não conhecia muito sobre universidade, mas foi assim que eu caí na pedagogia”.

Fleith (2021) fala que “essas expectativas são entendidas como variável importante da qualidade da sua adaptação e sucesso acadêmico”. Porém, quando observamos o cenário brasileiro, fica explícito como, para as mulheres, a escolha da área, assim como suas expectativas, são reflexos socioculturais que remetem, de forma bem sutil, ao estigma de cuidadora atribuídos as mulheres. Mesmo com algum avanço na inserção de mulheres nas “ciências duras” (STEM) levantamentos como o de INEP (2022) e Andifes (2018) apontam que cursos que remetem a ideia do cuidado, como Pedagogia, Psicologia, Enfermagem e Serviço Social ainda são majoritariamente compostos por um alunado feminino.

Iniciar a vida acadêmica dentro de uma área entendida como “feminina” pode trazer boas surpresas ou grandes frustrações. As entrevistadas dessa investigação não fogem a essa lógica. Para Pitty a frustração veio como ruptura ao que ela compreendia ser a área da psicologia como nos revela a seguinte fala; “eu sempre gostei, sempre estive nesse lugar do diálogo... eu me apaixonei pela área da saúde, especialmente do cérebro... foi o meu fascínio. Então, quando eu fui para a psicologia, eu imaginei juntar isso, sabe?”. Mesmo que Pitty fale que tinha curiosidade em entender o funcionamento do cérebro, das construções cognitivas e afins, o seu primeiro impulso foi voltado à escuta, ao cuidado. Sua frustração veio quando percebeu que dentro da área da psicologia ela não teria maiores aprofundamentos sobre as questões da neurociência.

Não muito distante do que nos aponta Pitty, temos o relato de Artemis. Artemis levou 11 anos para se formar. A entrevistada passou pelos cursos de ciências sociais na Unirio, onde estudou por 3 anos, quando resolveu fazer pedagogia na UERJ. Artemis declara que essa escolha se deu por “gostar de criança e sempre ficar com as crianças da família”. Artemis entrou na UERJ em 2015 e saiu em 2017, quando se transferiu para a UFRJ (devido aos longos períodos de greve da UERJ), onde concluiu o curso em 2022, mesmo em meio a diversas frustrações com o curso e com a própria práxis profissional.

Saturno, ao contrário de Artemis, não chegou a se frustrar, porém não conferiu ao seu curso grandes expectativas, como relata no trecho a seguir:

eu tinha como desejo fazer psicologia. Porém, só encontrei na universidade pública e de forma integral [...] eu não teria a possibilidade de fazer um curso [...] aí eu encontrei o serviço social [...] expectativa, eu não tinha muita [...] acabei por me deixar levar [...] eu descobri algumas coisas interessantes envolvendo a área dos direitos humanos e a partir disso eu fui me envolvendo e aprendendo conforme eu fui cursando. Assim, sem muita expectativa. (Saturno)

Danmar e Vitória, que vieram de contextos socioeconômicos muito semelhantes, foram “conduzidas” à escolha de seus cursos também de forma bem semelhante, porém com motivações diferentes. No que se refere ao “acesso à universidade”, ambas mostram que tanto a família quanto o local de moradia não ofereciam informações acerca dos caminhos para acesso à universidade, tampouco dispunham de experiência sobre a vivência acadêmica. Os depoimentos – de desconhecimento por parte dos familiares sobre questões referentes à acadêmica, à entrada na academia e ao viver acadêmico – indicam como, possivelmente, essas mulheres fariam parte da 1º geração de sua família a ingressar na universidade.

Danmar relata ser de uma região onde “não há informações referentes à graduação” e também não há qualquer “perspectiva de vida melhor”, e isso teria sido a mola propulsora de sua escolha. A entrevistada afirma que por “ter conseguido acessar informação e ingressar no ensino superior” optou por se formar em Letras para retornar como docente à escola em que concluiu seu ensino médio e levar aos jovens de sua comunidade informações que hoje ela tem acesso como forma de incentivá-los a fazer o Enem. Mesmo não fazendo o seu curso de escolha, que era Psicologia, Danmar não demonstrou frustração com o curso de Letras. A princípio, o curso cumpre as expectativas que Danmar idealizou.

Assim como Danmar (*que já era mãe ao entrar na universidade*), Vitória (*que se tornou mãe ao longo do percurso acadêmico*) também relata que não teve acesso a informações referentes à graduação. A graduação para Vitória nem era, sequer, uma opção, como demonstra o trecho abaixo:

Eu venho da formação normal de professores [...] Eu precisava só terminar o ensino médio, então eu não tinha essa coisa de “Ah” eu preciso de uma graduação e tudo mais [...] Então eu fiquei 10 anos batendo cabeça [...] até que eu tive um problema de saúde e comecei a frequentar o *campus* da UFRJ no Pinel [...] de repente, eu voltei a pensar em estudar. (Vitória)

Após realizar o Enem, Vitória relata que nem ela, nem sua família, sequer sabiam ao certo o que era a UFRJ.

Quando eu fiz eu fui aprovada para UNIRIO e pra UFRJ, aí eu simplesmente coloquei no Google, qual que seria mais próxima? E aí apareceu a UFRJ [...] Passei, né, pra pedagogia e escolhi a UFRJ. No dia da matrícula eu descobri que era lá na Praia Vermelha (muitos risos pois era longe de sua casa) [...]foi assim que eu caí da pedagogia [...] um curso que eu gosto de fato na escolha. Eu não pensei em colocar outro. (Vitória)

Já sobre as expectativas, ambas demonstram satisfação. Para Vitória, o seu curso de escolha foi um acerto. Sua expectativa inicial, que se pautava em carreira docente, foi superada conforme explicita o relato seguinte:

hoje em dia eu já me vejo, por exemplo, numa posição mais de gestão [...] uma pedagogia hospitalar [...] eu não tinha essa visão, então ampliou o meu campo de possibilidade, sabe? [...] Eu consigo ver a área com uma outra expectativa, sabe? Eu sei que tem um campo mais amplo e consigo dentro da área da pedagogia. (Vitória)

Uma outra questão importante para se observar é que ao serem remetidas à memória de suas expectativas e de como foi a entrada na academia, mesmo com relatos diferentes e perspectivas diferentes, percebe-se, entre as entrevistadas que se tornaram mães **antes** da graduação (Marielle, Saturno, Danmar), que a maternidade não foi um fator decisivo nas escolhas de curso. Assim como também foi possível constatar que a universidade “democrática”, antes de ser “descoberta” e “consumida” pelas entrevistadas (antes de serem confrontadas com a realidade hostil), lhes parecia um lugar onde suas já maternidades caberiam. Nessa perspectiva, observo Bourdieu & Champanhe (2001), ao analisarem os Liceus e a separação entre escolarizados e “excluídos”, que a democratização do acesso ao ensino não resolveu os problemas de desigualdade, mas que, por um determinado período, “iludiu” esse grupo de excluídos. Nesse contexto, Bourdieu & Champanhe (2001, p. 482) reflete que

Um dos efeitos mais paradoxais desse processo, definido como ‘democratização’, foi a descoberta progressiva da função conservadora da Escola ‘libertadora’, por parte dos marginalizados. De fato, depois de um período de ilusão, e até de euforia, os novos beneficiários começam a perceber que não era suficiente ter acesso ao ensino secundário para ter sucesso nele.

Trazendo esse debate para a análise da condição da mulher mãe universitária, podemos observar que, mesmo vivendo em uma sociedade sexista, e sendo as mulheres e as mães consideradas sujeitas subalternas, a ideia da

universidade para todos foi, em um primeiro momento, ilusão comum às entrevistadas.

A totalidade das entrevistadas tem filhos regularmente matriculados em escolas. A maioria – 05 – tem filhos matriculados entre os seguimentos de creche e ensino infantil (pré-escola), ou seja, são mães de crianças abaixo de 06 anos de idade (Ministério da educação, 2018). Não foram observadas nos relatos de mulheres mães *estudantes com filhos maiores de 06 anos grandes discrepâncias em relação às dificuldades enfrentadas na universidade*, mesmo sendo claro e notório que crianças menores demandem mais atenção. O fato é que suas percepções em relação à maternidade na universidade, dada a reprodução misógina e segregadora do meio para com as mães dentro desses espaços, impactou as entrevistadas de forma muito semelhante, tendo elas filhos de 04 anos ou de 15 anos.

3

Vozes Maternas na Academia: A construção da condição da mulher mãe universitária, suas percepções e experiências

O trabalho de campo com as entrevistas revelou-se parte fundamental para a compreensão das dinâmicas acadêmicas e as trajetórias das mães universitárias na medida em que as bibliografias pesquisadas poderiam sugerir conceitos e caminhos para as análises das mesmas, mas que, sozinhas, não davam conta de revelar os fenômenos que se materializaram nos relatos orais das mulheres mães entrevistadas.

Durante as transcrições e análises das entrevistas, levando em conta as bibliografias anteriormente abordadas e os objetivos gerais e específicos dessa investigação, organizei as análises em seis subcapítulos, sendo eles: *Descobrendo o mundo acadêmico: expectativas, trajetória e primeiras impressões*; *Descobrendo o mundo acadêmico “enquanto mãe”: sobre as dinâmicas de permanência*; *Afiliada ou “não afiliada”?: sobre opressão no campo acadêmico e o dilema do pertencimento*; *Desafios e dificuldades das mulheres mães na academia*; *Ações afirmativas e permanência das mães estudantes*; *Nem tudo foi ruim: sobre existência, resistência e encontros*.

3.1

Descobrendo o mundo acadêmico: expectativas, trajetória e primeiras impressões

Podemos observar que, para essas mães universitárias, manter-se neste espaço significa a afirmação de um projeto de vida e também de um direito, mas é, sobretudo, uma forma de resistência individual contra uma determinação social que incompatibiliza o tempo de trabalho-função materna com o tempo de realização pessoal. (Zago, 2021, p. 37)

A análise das entrevistas semiestruturadas e posteriores transcrições explicitaram, no que tange às primeiras impressões das trajetórias das entrevistadas, uma não homogeneidade das vivências. Foram identificados 02 (dois) grupos que em seus percursos viveram a universidade e sua condição de mães universitárias de formas distintas. No primeiro grupo, as mulheres que se

tornaram mães no decorrer da vida acadêmica; no segundo grupo, mulheres mães que já tinham suas maternidades consolidadas ao ingressarem na academia.

Como exemplo do primeiro grupo, destacam-se os relatos de Pitty, Rita, Serena e Vitória. Essas mães estudantes trazem uma importante visão geral da experiência única de percorrer o caminho da faculdade sem ser mãe, e de percorrer outro caminho universitário enquanto mãe.

Conforme podemos observar no relato de Pitty, a entrada na academia ficou marcada entre o antes e o depois da maternidade. A entrevistada afirma que “no início foi horrível me adaptar, mas depois foi. Porque eu tinha tempo, né? Então eu consegui (*antes de ter filho*). Foi tranquilo nesse sentido”. Em concordância com a percepção de Pitty, temos Rita, que faz a seguinte afirmação: “Minha trajetória acadêmica... antes da minha filha, eu era muito integrada em pesquisas acadêmicas. Eu já fui monitora [...] após a gravidez, após a minha filha nascer, eu acho que a minha trajetória acadêmica estagnou”. Já para Serena, que assim como Pitty e Rita, viveu a academia antes e depois da maternidade, as dificuldades se manifestaram na forma do espaço físico da academia. Serena revela que suas primeiras impressões foram sobre como, arquitetonicamente, a academia não era acolhedora às mães. Em suas palavras, ela diz que ao se tornar mãe sua trajetória se tornou “muito difícil, porque a universidade não é um espaço (longa pausa) pensando arquitetonicamente, fala fisicamente, materialmente, né? Não é um espaço acolhedor pra maternidade, né?”.

Para as estudantes do primeiro grupo, há clareza sobre as diferenças entre as vivências acadêmicas de quando não eram mães em relação ao período em que se tornaram mães. Nessa perspectiva, observo que as dificuldades de uma “estudante tradicional” (Zago^a, 2006; Silva, 2021) e uma estudante “não tradicional” (Ibidem) são evidentes, como é possível observar no relato de Vitória:

[...] depois que eu fui me dar conta, depois que eu me tornei mãe, de que essa grade estipulada por eles, que antes eu achava que eu tinha que seguir tudo [...] era impossível. Então eu não... eu tinha sono, eu tinha cansado, a barriga estava grande, eu tinha que ir ao médico, tinha consultas pela manhã, eu não conseguia acompanhar nem todos os professores aceitavam (Vitória)

Silva (2021, p.41-42) aponta que estudantes não tradicionais têm, eventualmente, adversidades relacionadas à permanência, conforme observamos na afirmação abaixo:

O conceito de estudante não tradicional [...] é abordado sempre em oposição ao estudante tradicional [...] Choy (2002) acredita que cada uma das características

não tradicionais tem um efeito direto ou indireto associado com permanência e realização.

Através desses relatos é possível perceber que, já nas suas primeiras impressões, que as mães universitárias que compõem o primeiro grupo observam que em um mesmo espaço universitário é possível obter duas experiências diferentes. Uma marca a vivência da estudante enquanto não mãe (estudante tradicional), e outra, da estudante mãe (estudante não tradicional).

Sobre os conceitos de “estudante tradicional” e “estudante não tradicional” ressalto que não há na literatura atual um entendimento universal sobre o mesmo, sendo, dessa forma, um conceito fluido e que varia conforme o contexto cultural e social. Porém, é possível afirmar de forma efetiva que o conceito de “estudante não tradicional” se apresenta como contraposição ao conceito de “estudante tradicional” (Fragoso; Valadas, 2018; Silva, 2021). No contexto dessa análise e do que apresentam os relatos das entrevistas, é possível compreender que, com a democratização do ensino superior e a inserção das mulheres nas IES, mesmo que ainda se tenha muito a avançar em relação à equidade entre homens e mulheres nesses espaços, as mulheres se integram, quando NÃO mães, ativamente na rotina universitária. Quer dizer que, observando pela perspectiva parental, as mulheres que não são mães, mesmo com alguma desvantagem em relação aos estudantes homens (homens com ou sem filhos), dispõem de condições em integrar-se à universidade, podendo serem classificadas como “estudantes tradicionais”. Dessa forma, as mães universitárias são entendidas nessa dissertação como “estudantes não tradicionais” devido às suas circunstâncias particulares (conciliar os estudos com os cuidados dos filhos e administrar esses cuidados) que as levam a um sistêmico quadro de dificuldades e desafios à permanência e afiliação.

O segundo grupo reforça o que nos apresenta o primeiro grupo. Para as estudantes cuja maternidade já era uma realidade ao ingressarem na universidade, as dificuldades da condição de mulheres mães já se apresentaram quando descobriram um espaço universitário pouco receptivo a estudantes “não tradicionais” (Ibidem), conforme podemos observar nos relatos a seguir.

Para Marielle, que no início da vida acadêmica já era mãe de duas crianças, no começo tudo foi difícil:

Eu iniciei com muitas restrições, né! porque eu tinha 2 bebês... ingressei e foi muito estranho! porque eu me senti uma estranha no ninho entrando na UFRJ, porque eu era mãe [...] o trote foi uma questão para mim... aquele momento de iniciação... eu avisei que eu era mãe, que eu... que eu tinha que sair cedo, que eu tinha que buscar

meus filhos na escola e eu vi que eu era a única que estava naquela situação, então isso foi muito estranho para mim. Eu não sei nem descrever o sentimento. Porque é um sentimento de você não estar pertencente àquele lugar.

Como Marielle, Saturno também relata que suas primeiras impressões enquanto estudante mãe no espaço universitário não foram positivas:

[...] desde o início, a minha trajetória tem sido bem complexa... logo nos primeiros períodos eu consegui perceber com relação à questão de tempo, para montar uma grade e para conseguir horários que eu conseguisse fazer as aulas, e que desse conta da maternidade... e foi aí que eu fui percebendo essas diferenças...

Para Danmar, a entrada na vida acadêmica como mãe estudante foi complicada:

Minha trajetória acadêmica foi bem complicada mesmo... eh... meu filho... ele era menor de idade ... eu tive perdas no início... e aí a carga acadêmica é muito grande...fica mais complicado você manter o seu psicológico em dia. Então tem sido... estressante.

O que essas mulheres mães universitárias nos revelam vai de encontro a estranhamentos apresentados por Urpia e Sampaio (2011). As afirmações das autoras nos possibilitam analisar como a experiência da maternidade se apresenta como obstáculo, ou até mesmo uma dicotomia, pois as mulheres se encontram em conflito entre suas aspirações de sucesso pessoal ou profissional e o cuidado com o filho. As experiências relatadas pelas mulheres mães universitárias refletem o conflito vivenciado por essas mulheres ao tentarem conciliar suas ambições com as exigências da maternidade no contexto acadêmico.

Zago (2021) considera que as vivências da maternidade dentro do contexto universitário se destacam significativas difíceis. Para a autora, as dificuldades aparecem, de forma cada vez mais acentuada, ao longo dos cursos de graduação, em suas múltiplas exigências, como estudos, prazos, participação em seminários, estágios, entre outras coisas. Assim, para a mãe que também é estudante universitária, todas essas responsabilidades “não ficam restritas aos limites da instituição de ensino”, assim como sua maternidade não fica restrita a sua casa.

3.2

Descobrimo o mundo acadêmico “enquanto mãe”: sobre as dinâmicas de permanência

Eu era muito ativa academicamente na época que eu engravidei. ... era da hora que

eu levantava até a hora de dormir... eu conseguia dedicar 100% do tempo [...] Só que quando ela chegou, eu precisei interromper isso porque eu tive que priorizar... tive que elencar as minhas atividades e abandonar algumas [...] certamente a minha maternidade limitou a minha a minha experiência, né? Não só por uma questão de tempo, porque eu também não tenho rede de apoio... então muita coisa eu não tinha mais como participar porque, né? A criança demanda. (Serena)

Esse capítulo se debruça na análise das interferências/intersecções observadas pelas entrevistas no que tange suas experiências universitárias. Da totalidade das entrevistadas, apenas uma (Danmar) respondeu que não sentiu que a maternidade “interferiu totalmente” na sua vivência acadêmica, mas, assim como as demais, soube apontar o que considera que foi intrinsecamente difícil em relação à maternidade e à universidade. Danmar relata:

teve vezes que eu tive que faltar a aula para ir para a reuniões escolares, para levar meu filho à consulta e aí nem todo professor entende que você faltou uma aula, não é porque você quis, porque você não escolhe o dia que vai ser a reunião da escola do seu filho...por mais que ele seja grande... ele **ainda é de menor de idade**.

Ressalvo que, entre as demais estudantes mães entrevistadas a resposta foi taxativa: a condição de mãe interferiu na vida acadêmica. Entre fatores apontados pelas mães universitárias como os marcadores dessa interferência, a grade curricular aparece como principal, seguida da incompreensão dos professores, falta de políticas voltadas às especificidades desse grupo – como abono de falta em casos de falta para atender as filhas/filhos, acesso ao bandeirão. São uma constante nos relatos do grupo de mães universitárias, e vê-se nas declarações de Marielle:

Eu tinha que pensar o horário que as crianças iam entrar e o horário que... iam sair e...pensar se meus horários iriam bater com o horário da escola, a minha principal rede de apoio, era a escola.... eu saía mais cedo das aulas para poder não pegar trânsito. Diversas vezes eu tive que interromper uma disciplina [...] Eu me atrasei, atrasei a minha formação por conta da maternidade, por conta das interrupções. A maternidade... ela foi o principal ponto... que trouxe essas problemáticas ... na minha trajetória.

Com a mesma percepção de Marielle sobre a própria condição de mãe universitária e suas interferências, Saturno afirma:

[...] Sim, considero que interferiu (*a maternidade*) de várias maneiras. A UFRJ, ela pede, né? Ela exige que a gente tenha essa vivência prática fora da universidade, muitos alunos que estão ali não têm a condição de maternidade, conseguem pegar de manhã uma aula e a tarde uma extensão, uma pesquisa e eu não tinha como fazer isso porque eu não conseguia estar fora de casa o dia inteiro para dar conta de aula, dar conta de pesquisa, dar conta de extensão e ainda dar conta... conta da maternidade [...] eu sempre precisei dar conta da maternidade de forma de forma

solo.

A relação entre o cuidado com as(os) filhas(os) e a dedicação integral exigida pelas universidades é uma questão complexa e multifacetada. Nos relatos destacados, as dificuldades enfrentadas por mães universitárias, que precisam conciliar as demandas da maternidade com as responsabilidades acadêmicas se tomam explícitas. A incompatibilidade entre os horários escolares das(os) filhas(os) e as aulas, a falta de políticas universitárias que considerem as especificidades das mães estudantes e a necessidade de interromper disciplinas são exemplos claros de como a grade curricular e a falta de flexibilidade podem impactar negativamente a trajetória acadêmica dessas mulheres. Quer dizer, a maternidade exige um nível de cuidado e dedicação que pode entrar em conflito com as exigências de uma dedicação integral, exclusiva à vida acadêmica. Sem que as instituições de ensino superior reconheçam e se adaptem às necessidades das estudantes mães, relatos como esses serão cada vez mais comuns e volumosos.

Um outro aspecto a ser destacado é a faixa etária das crianças que, segundo as entrevistadas, varia entre 02 e 17 anos. Embora seja amplamente reconhecido que crianças menores demandem mais atenção e tempo por parte das mães, não se deve subestimar as necessidades de crianças maiores e dos adolescentes. Mesmo aqueles que já possuem certa autonomia, continuam a requerer a disponibilidade e o envolvimento materno em suas vidas. Badinter (1985) e Silva (2020) apontam que a dependência excessiva de cuidados das crianças mais novas demandam da mãe, dentro do sistema atual, uma carga enorme de trabalho. Embora as autoras não tenham discutido especificamente a autonomia das mães à medida que seus filhos envelhecem, elas concordam que quando os filhos vão ganhando mais autonomia as mães podem retomar, em algum grau, as suas atividades, porém ainda existem demandas e um certo grau de disponibilidade exigida dessas mães para o cuidado com filhos “mais velho”. Essa compreensão se torna visível quando olhamos para a condição das mulheres universitárias e observamos, entre os relatos de Danmar, Marielle e Saturno as diferentes formas de viver a academia e de classificar o nível de interferência que a incidência da maternidade traz conforme a idade da criança é mais ou menos avançada. Quer dizer, mesmo que seja uma constante nos relatos das entrevistadas apontamentos sobre interferências advindas das questões da grade curricular e inserção nas atividades acadêmicas por sua condição de mãe universitária (falta de tempo e opção para ajuste com suas vidas me estudantes e

mãe) é possível observar que essas intercorrências não são homogêneas, pois cada uma apresenta contribuições diferentes sobre essa questão, a depender do ponto de observação, do grau de dependência de suas filhas ou filhos.

Outros fatores também foram apontados pelas entrevistadas. Para Ártemis a maior interferência foi a estrutura física da universidade; para Vitória, a questão da ausência de bolsas voltadas para mães foi um empecilho, conforme podemos ver nos relatos destacados:

E aí subia aquela escadaria toda com barriga, mochila e a barriga. Já grande no final, sabe? Foi difícil [...] subia aquela escadaria enorme cheia de adultos, né? invisível, né? Você era invisível [...] não tinha elevador para você, nada, nenhum, nenhuma coisa de facilitar. Ela não é preparada para isso, né? escada ou rampa, né? Era de contêiner, era um monte de container lá na Praia Vermelha. É isso foi uma coisa que me marcou muito. (Ártemis)

Ártemis nos traz o desenho de uma estrutura arquitetônica excludente. Não pensada para receber mulheres mães, gestantes e outros grupos com necessidades especiais. O estranhamento – e tristeza – de Ártemis em relação a esse espaço, onde ela guarda lembranças da jornada difícil de uma gestante em meio a rampas e escadas, é marca em toda a narrativa desta entrevistada. Marielle colabora com Ártemis ao lembrar que alguns trocadores foram instalados apenas após pressão de movimentos maternos, e que mesmo assim foram poucos, não foram instalados em toda UFRJ. Torna-se evidente que a relação entre o espaço físico das universidades e a sensação de invisibilidade e não pertencimento das mães universitárias estão ligados em diversos aspectos.

Vitória já sentiu a interferência de sua condição de mãe de múltiplas formas dentro do espaço universitário. Atravessada pela questão comum da oferta de grade de disciplinas, Vitória também traz em seu relato uma preocupação constante com a questão financeira e a questão da presença de sua filha nas aulas e no espaço da universidade, conforme veremos em um dos trechos de sua entrevista:

Então acho que o que já não era fácil depois que eu me tornei mãe se tornou ainda mais complicado, sabe? [...]A partir do momento que veio essa questão da gravidez... eu não tinha condições de acompanhar mais a grade como eles existiam [...] Uma segunda questão foi a ... financeira, porque até então, o auxílio que eu tinha me mantinha, né?! Dava conta de me manter assim no básico, mas dava. E aí grávida, como que eu faria?! E aí eu já comecei a pensar nessa questão de um auxílio e ao mesmo tempo pensar, será que se de hoje para amanhã se terminar a pandemia, eu vou poder levar ela para a sala de aula?!

Urpia (2009) argumenta que os esforços para conciliar a maternidade com a vida acadêmica colocam as mulheres em desvantagem quando se tornam mães. A estudante que também é mãe enfrenta grandes desafios ao tentar se integrar nos espaços acadêmicos, frequentemente se sentindo como uma “estranha”, “excluída”, “invisível” dentro da universidade. Muitas vezes, ela não é considerada como o foco principal das discussões sobre políticas de permanência universitária, como evidenciado pelos dados apresentados pelas entrevistadas e que apresentam uma universidade que impõe barreiras que em muitas vezes são relativamente simples de serem resolvidas, como o reconhecimento do atestado da criança para abono de faltas e oferta diferenciada de horários e atividades que integrem mulheres mães estudantes na universidade.

3.3

Afiliada ou “não afiliada”? Sobre opressão no campo acadêmico e o dilema do pertencimento

Para compreender a relação entre as dinâmicas acadêmicas e as implicações nas trajetórias das mães universitárias foi primordial, para essa dissertação, ouvir as considerações dessas mulheres em relação a sua própria trajetória no exame das principais dificuldades relacionadas ao cotidiano acadêmico no curso superior.

Durante a análise das entrevistas ficou claro que não havia um entendimento único entre as entrevistadas sobre a questão da afiliação ao espaço universitário e foi possível identificar dois grupos. O primeiro grupo é o das declaradas “não afiliadas”, e ainda que subdividido é representado por Saturno, Rita, Vitória, Ártemis e Serena. Digo subdividido pelo fato de que entre as quatro entrevistadas que foram mães durante a graduação (Rita, Vitória, Ártemis e Serena) a “afiliação” aparece como um processo em progressão antes de se tornarem mães, mas que foi abruptamente suspenso com a incidência da maternidade em suas vidas. Serena ao ser perguntada se se sente “afiliada” ao espaço universitário dispara: “Agora, com a maternidade, não. Antes, sim.” Rita comenta:

Isso é muito interessante, porque, **antes da minha filha nascer**, sim, **eu me sentia bastante afiliada ao espaço acadêmico**, mas, no final, quando já estávamos voltando presencialmente [...] eu tive um estranhamento enorme. Eu sentia que não pertencia mais àquele local. Eu lembro que fui me apresentar naqueles eventos de faculdade, agora me fugiu o nome... é um seminário específico, tem todo ano na UFRJ, e eu chorava, porque eu estava tão nervosa, e aquelas pessoas me olhando, e **eu preocupada se a minha filha iria chorar**, se ela ia ficar bem com o pai, **ali do**

lado de fora da sala. Enfim, foi bem ruim. Eu **tive esse retrocesso na compreensão da academia e do lugar que eu ocupava na academia.** (Rita, *grifo nosso*)

Saturno conta como se deu o seu estranhamento em relação a sua condição de estudante quando se percebeu mãe universitária:

Não, não me sinto (*afiliada*). Eu ainda me vejo nesse **lugar de estranheza** justamente **por não participar**, como eu falei, de forma ampla, de tudo o que a universidade oferece ou de tudo o que a universidade pede (*pausa*) [...] eu não me sinto afiliada da UFRJ. [...] É muito doido pensar sobre isso, porque a gente fica ali dedicando parte da nossa vida. Eu já estou há 3 anos ali, dedicando tempo, diário na minha vida e eu **não me sinto pertencente. Eu me vejo de fora.** Complexo. (Saturno, *grifo nosso*)

Chamo atenção para a sensação permanente de desconforto e estranheza ao espaço universitário que é tão proeminente nos relatos acima e de como isso nos leva de encontro a quebra de uma das regras para a “afiliação”. Segundo (Coulon, 2008, p. 32) “o tempo do estranhamento” se dá pela ruptura com o mundo familiar que ocorre quando o estudante entra na universidade. Esse tempo é vencido quando há a ruptura do desconforto através da imersão desse aluno ao mundo universitário e vida intelectual. Mas como esse grupo de alunas, tomadas pela incidência da maternidade, se integrariam à universidade se elas não podem ser dissociadas de sua condição de mãe? Como elas poderiam enfrentar o estigma e discriminação devido à percepção de que sua prioridade deveria ser o cuidado aos filhos e à família em vez da sua educação ou da carreira? Como romper com o tempo de estranheza em um espaço hostil à sua condição? Essas perguntas aparecem aqui como uma provocação, sem que haja uma necessidade de resposta, pois a resposta está dada, o conflito maternidade / universidade está ligado à própria construção social da figura da mulher mãe. Essas perguntas também surgem não apenas como provocações, mas como um chamado urgente para a reflexão de que, para que essas mulheres mães estudantes se integrem plenamente à universidade, é necessário um esforço coletivo para dismantlar as barreiras estruturais e culturais que perpetuam o estigma e a discriminação.

O segundo grupo apresenta uma perspectiva diferente e curiosa da sua condição em relação à “afiliação”. Marielle, Danmar e Pitty não se veem como “não afiliadas”, mas sim como “parcialmente afiliadas”. Ao se declararem “parcialmente afiliadas” as entrevistadas apresentam um fenômeno social distinto no que tange os aspectos formadores da “afiliação” e a “não afiliação”. O lugar da estudante “parcialmente afiliada”, ou “afiliada em parte”, se refere a uma constatação de que o espaço universitário também tem sofrido mudanças com a

inserção de estudantes não tradicionais. As mulheres mães universitárias, ao não encontrarem caminhos para o exercício de consolidação da afiliação dentro da universidade, migram esse exercício para grupos, redes, movimentos sociais, onde se sentem acolhidas em suas especificidades e encontram oportunidades de desenvolver suas potencialidades, seu aprendizado, sua erudição. Dessa forma, o que essas mulheres dizem é que, mesmo que não se sintam afiliadas à universidade (leia-se instituição universitária), elas se sentem filiadas a grupos, a redes, a movimentos sociais ou a programas de extensão que coexistem no espaço institucional, portanto, sentem-se “parcialmente afiliadas”. Nessa perspectiva, temos os relatos a seguir.

Pitty separa sua experiência em relação à “afiliação” no espaço universitário em suas relações sociais e sua relação com a instituição. Ela afirma:

Eu dividiria o espaço universitário em dois, eu dividiria ele nas amigas e na esfera acadêmica. Na esfera acadêmica, eu não me senti muito (afiliada)... estava claro que eu não ia conseguir (*afiliar-se a instituição*)... é difícil, porque agora não era mais um, agora eram dois na minha responsabilidade, né? Então não, eu não consegui. Por exemplo, **eu tive vários estágios que eu não consegui fazer...** Eu precisava estar no estágio, mas **eu não conseguia estar nos horários absurdos** que pediam... então, com certeza, não, não dá (*para se afiliar*). **Quando eu achei um grupo dentro da universidade**, ali eu **me senti pertencente** [...], eu tive um bom apoio de amigas lá dentro, sabe? (*Grifo nosso*)

O relato de Pitty não é isolado. Danmar afirma ter se sentido parcialmente afiliada. Ao contrário de Pitty, Danmar não aponta o que a afiliava à universidade, apenas reforça que a carga de trabalhos, a grade curricular e a incompreensão de alguns professores faziam-na se sentir estranha naquele espaço, o que pode sugerir um desafio ao tempo de aprendizagem (Coulon, 2008, p. 32). Já Marielle diz que não se sente afiliada à instituição como um todo, mas que encontrou possibilidades de “afiliação” em determinados espaços da universidade, como quanto relata que:

esse sentimento de afiliação, acho que eu nunca tive por completo... no laboratório que eu ingressei, eu fui muito bem acolhida e me senti “afiliada” ali dentro (*tempo de estranhamento superado parcialmente*), mas não no espaço da universidade. No meu curso, no meu departamento, em determinados espaços, eu me sentia afiliada.

A vida acadêmica é composta por uma variedade de espaços físicos e sociais, como salas de aula, fóruns de debate, bibliotecas, laboratórios e organizações estudantis. Cada um desses espaços possui dinâmicas próprias que podem variar em termos de abertura e democracia. As interações e experiências nesses ambientes são moldadas pelas oportunidades de participação e pelo grau

de acolhimento que oferecem. A inserção de mulheres mães na academia moveu mudanças em alguns desses espaços, tornando-os mais acessíveis e democráticos, já outros espaços buscam manter-se restritos, indiferentes, e isso impõe limitações que afetam a experiência acadêmica das mulheres mães universitárias.

Abro um parêntese para sublinhar a importância de se compreender que os grupos acima citados não são compostos pelo mesmo perfil de mães universitárias, sendo os mesmos mesclados entre mulheres que foram mães durante a graduação e mulheres que já eram mães ao entrarem na universidade, porém, majoritariamente, o entendimento/sentimento de “não afiliação” ao espaço universitário se apresentou mais incisivo naquelas que tiveram duplas experiências dentro da universidade.

A relação entre pertencimento e afiliação aparece nesses relatos de forma intimamente ligada. Para as entrevistadas, a dificuldade em serem atendidas, vistas e ouvidas como uma estudante que faz parte do corpo acadêmico cria um distanciamento que culmina no sentimento de não pertencimento e em uma trajetória marcada por dificuldades na afiliação. Podemos entender que essa relação está ligada a uma posição e subalternidade desse grupo dentro da academia. Esse exame pode ser feito a partir do conceito de subalternidade, introduzido por Spivak (2010), ao referi-lo às pessoas ou grupos que não estão em uma posição social ou política privilegiada, que frequentemente são silenciados por grupos dominantes que tornam esses grupos impossibilitados de ter suas vozes e experiências reconhecidas e valorizadas. Por vezes, as entrevistadas falam como se sentem desprezadas, invisíveis, obliteradas, conforme comenta Pitty ao relatar que sentia o “olhar sempre de menosprezo”.

Em todas as entrevistas examinadas, há um consenso quanto à percepção do espaço universitário como um ambiente que ostenta instrumentos de opressão. Tais instrumentos provocam causalidade, que se manifesta através das interferências, dificuldades e desafios enfrentados pelas mães universitárias e que marcam a suas trajetórias. Adicionalmente, notabiliza-se que o contexto acadêmico é permeado por estigmas sociais que reiteram o paradigma da maternidade exclusivamente dedicada ao lar e à família (Badinter, 1985). Nesses contextos, as mulheres mães universitárias podem ser consideradas grupo subalterno evidenciado pela prevalência de estereótipos de gênero que se apresenta na invisibilidade das experiências e na forma com que a romantização da maternidade se põe nesses espaços como forma que obscurece as realidades dessas estudantes, marginalizando suas necessidades e experiências. Nessa

perspectiva, ressaltando que as narrativas das entrevistadas apresentaram o espaço universitário e as dinâmicas universitárias como lugares de dinâmicas opressoras.

Mesmo que parte das entrevistadas traga nos seus relatos que a opressão como reprodução não atinge todo o *campus* (a exemplo do próprio projeto de extensão de onde as encontrei) esses instrumentos se materializam desde o *habitus*¹⁴ acadêmico até a própria estrutura física da universidade, conforme podemos ver explicitado no relato de Saturno e Vitória:

Foi! Foi um espaço opressor quando eu não pude conciliar minha grade horária com a maternidade. Foi um espaço opressor quando não existiu nenhum tipo de suporte para eu e outras mães conseguir deixar os nossos filhos e poder estudar. Foi um espaço opressor. **Quando não permitiu que a minha filha comesse no bandeirão. É. São várias formas de opressão, né? que ocorrem sem a gente nem se dar conta**, então ela, a universidade, ela é um espaço opressor para as mães ainda, infelizmente. (Saturno, *grifo nosso*)

...uma das **maiores opressões** que eu acho que se tem nesse sentido é **não ter um fraldário**, sabe já é comprovado que uma mulher mãe necessita desse suporte que não tem, então assim, eu acho que pensando em uma opressão, já me vem logo isso na cabeça, sabe? Essa questão de levar pra sala de aula e a questão de não se ter esse suporte básico de trocar sua filha, não ter um local ... mais limpo para colocar sua filha, não tem? Então você tem que levar um pano, deitar no chão. [...] E aí não pode fazer muito barulho, porque senão atrapalha a aula de alguém e de repente [...] o professor daqui te aceitou... mas o que está do lado vai se incomodar. Então, eu acho que é isso, sabe? **É opressor. É sim.** (Vitória, *grifo nosso*)

Danmar acusa a promoção da invisibilidade de sua condição de mãe universitária como um instrumento de opressão e um tensionador do sentimento de não pertencimento ao espaço universitário e desabafa: “Não tem como dizer que não é (*opressor*) porque eles parecem que enxerga aquilo, a mãe...”. Rita é mais objetiva ao apontar o que para ela foi um instrumento de opressão ao oferecer um exemplo de como as mães universitárias são invisíveis em sua condição. Rita exemplifica com o seguinte relato:

Eu tenho até um exemplo prático, [...] Eu tinha uma orientadora, porque, quando a *minha filha* nasceu, eu estava no oitavo período[...] eu estava começando a minha monografia. E a minha orientadora, ela simplesmente **me abandonou** porque eu **não conseguia seguir os prazos**. E não foi só ela [...] **eles não compreendiam que eu estava sendo mãe universitária** durante uma pandemia, e **eram totalmente inflexíveis com relação a prazo**, com relação a trabalhos. Então, sim, **o espaço acadêmico foi completamente opressor**. (Rita, *grifo nosso*)

¹⁴ *Habitus* é um conceito fundamental na teoria sociológica de Pierre Bourdieu. Ele se refere aos padrões internalizados de pensamento, comportamento e percepção que são adquiridos através da socialização dentro de uma determinada cultura ou classe social e por isso indissociável do conceito de capital. Em termos simples, o *habitus* é como um "sistema operacional" subconsciente que guia nossas ações, gostos, preferências e maneiras de ver o mundo. Ele é moldado pelas experiências sociais, econômicas e culturais ao longo da vida de uma pessoa.

Marielle reforça esses apontamentos e apresenta outros marcadores como instrumento de opressão. Em seu relato, a própria infraestrutura acadêmica como hostil e auxiliadora da invisibilidade das mães estudantes emerge. Marielle diz:

no geral é assim, um espaço opressor. Você se sente invisível ali dentro? [...] parece que você é a única pessoa que está passando por aquele problema, até porque não existe uma infraestrutura da universidade. Você não vê um fraldário, você não vê um... assim... um lugar que acolhe a condição da maternidade. Então assim, eu não senti acolhimento, e no geral, eu acho que a instituição é opressora em relação a própria infraestrutura dela. É hostil pra gente. É como se você não tivesse que tá ali naquele espaço.

Examinar esses relatos à luz da perspectiva do conceito de “afiliação” é um desafio. Mendes (2020, p. 1) argumenta que é preciso cautela ao empregar o conceito à realidade das dinâmicas de permanência nas IES no Brasil. A autora chama a atenção para o fato de que a “forma como o conceito é apresentado na obra de Coulon não capta importantes elementos da permanência estudantil, como os mecanismos institucionais de produção de fracasso”. Essa lacuna se torna ainda mais evidente quando examinada através do conceito de subalternidade, que revela as múltiplas camadas de desigualdade que impactam as mães estudantes.

Dessa forma, considero que o exame dessas entrevistas nos releva os limites do próprio conceito de afiliação. Para se declararem “afiliadas”, “Não afiliadas” ou “parcialmente afiliadas” essas mulheres olharam para além de seus esforços no cumprimento das regras que as levaria à condição de “estudante profissional”. Elas não partiram do pressuposto de que sua condição materna era uma questão a ser tratada por elas como empecilho a ser superado, como uma fase que elas poderiam passar do ponto A ao ponto B e seguir para a acomodação da afiliação.

As mulheres mães representadas nessa dissertação deixam claro que suas capacidades, intelecto, percepções, leitura do mundo e aspectos cognitivos não são prejudicadas por sua condição de mãe, o que as prejudica é o modo com que a universidade interage com elas ao não ouvi-las e vê-las, e não o contrário. Pode ser utilizado aqui um paralelo com as observações de Santos (2009, p. 72) sobre as condições de permanência de alunos trabalhadores na Universidade. O autor reflete como “alguns estudantes podem também abrir mão de vivenciar a universidade em sua plenitude para poder trabalhar”. Ademais, não há possibilidade de as mães estudantes deixarem de ser mães para ser apenas

estudantes. Nessa perspectiva, nos voltamos para as mães e para o que elas nos falam: a maternidade é uma condição na qual elas não podem se dissociar. Santos (*ibidem*) reforça que “essa escolha tem impactos na permanência simbólica, já que repercute de forma distinta sobre o desempenho e sobre a vida acadêmica”. Para Ferreira (2017, p. 296), “parte das principais dificuldades para a constituição da identidade de estudante está relacionada à precariedade da própria universidade na integração destes indivíduos em seu espaço”.

Não há um “problema” em se “afiliar” e aprender o “ofício do estudante”. O que elas apontam contundentemente é que há processos excludentes internos, processos que são forjados por diversos instrumentos de opressão, que produzem sofrimento, angústia, sentimento de não pertencimento e perdas. Processos que as afastam do viver acadêmico pelo fato único de que elas são mães.

3.4

Desafios e dificuldades das mulheres mães na academia

Abro esse subcapítulo com o relato de Rita (*grifo nosso*):

Conciliar a universidade, as responsabilidades acadêmicas com as responsabilidades domésticas e de cuidado com a minha filha. Esse foi o **principal desafio**, claro! E tentar **manter a esperança e a expectativa**, porque eu acho que, **se eu não tivesse mantido**, eu **não teria terminado o curso** e não estaria ainda hoje tentando me inserir nesse meio, né? Eu acho que esse foi o diferencial, porque **eu não desisti**, eu **não deixava a academia**, nem **os professores, determinarem como seria**. Falei, claro! vou terminar o curso nem que eu tenha que reprovar. Foi isso.

Esse relato nada mais é que uma sintaxe do que veremos no decorrer das histórias que alçam quais foram os desafios, as dificuldades e as estratégias impresso nas trajetórias das mulheres mães estudantes entrevistadas. A palavra conciliar, no relato de Rita, vem quase como sinônimo de resistir, mas também vem como denúncia. Sobre a ótica denunciante da palavra é possível analisar, conforme pensamento de Urpia (2009), que os “processos de conciliação entre maternidade e vida acadêmica sugerem desvantagens para as mulheres quando estas se tornam mães”. Urpia (2009), Urpia e Sampaio (2011), Silva^a (2017;2020) e Zago (2021) enfatizam que as dificuldades de conciliação entre maternidade e graduação, aliadas à falta de estrutura nas universidades, têm conduzido mulheres à frustração e, em alguns casos, até mesmo ao afastamento da academia. Minha análise ressalta que as exigências para cumprimento do “ofício

do estudante”, conforme exigido ao aluno tradicional, também colaboram com esse sentimento de frustração.

O que analiso nesse capítulo vai de encontro ao modo como as mulheres mães universitárias, que comportam o quadro de entrevistadas dessa dissertação, se movimentaram em oposição aos instrumentos de opressão identificados por elas próprias, o que aponta como maior desafio/dificuldade dentro da universidade e como elas criaram, ou não criaram, estratégias para superar as intempéries. Para Rita, por exemplo, a única estratégia possível para enfrentar e superar as dificuldades e desafios de ser mulher mãe universitária foi manter viva a esperança e a expectativa em conseguir concluir o curso. A fé em si e nas suas potencialidades foi o horizonte.

Vimos nos capítulos anteriores que algumas questões indicaram como a incidência da maternidade interferiu na vida acadêmica das entrevistadas. Entre os fatores apontados pelas mães universitárias como os marcadores dessa interferência, a grade curricular aparece como fator mais citado, seguido da incompreensão dos professores, falta de políticas voltadas às especificidades desse grupo – como, por exemplo, abono de falta em casos de ausência para atender as filhas/filhos, acesso ao bandeirão. Mas não só essas questões foram apresentadas. Quando essas mães universitárias remontam suas trajetórias e discorrem sobre quais estratégias usaram para superar as hostilidades do espaço físico, a violência simbólica, a contínua subalternização e invisibilidade, é possível entender que, mesmo em um cenário que não promove pertencimento e afiliação, as sujeitas desse grupo, por vezes, conseguem encontrar formas de resistência e enfrentamento.

Marielle lembra que sua maior dificuldade teve relação com seu próprio processo de aprendizado (*processo de aprendizado prejudicado/retardado*), uma vez que a universidade não reconhecia suas especificidades de mulher mãe universitária. Ela relata:

[...] meu rendimento acadêmico, porque quando você tem um rendimento acadêmico afetado...você não consegue recuperar [...] Eu passava a madrugada amamentando e ao mesmo tempo estudando. Eu chegava exausta na faculdade, exausta. Eu dormi nos 15 minutos que eu tinha de ônibus entre a escola/creche delas até a faculdade, eu dormia de babar no ônibus, então chegava muito cansada nas aulas, era difícil de absorver até as aulas, né?

Marielle demonstra muito incômodo ao revisitar essa memória. Ela até retorna a questão da dificuldade em conseguir horários mais flexíveis para aula, mas dá mais foco à questão do CR, dando grande ênfase à palavra “exausta”. A

entrevistada, por diversas vezes, pausa a fala, exalta a voz como se quisesse demonstrar com sua potência vocal quão exausta ela estava nesse período relatado. O sofrimento na narrativa de Marielle não se dá apenas pelas cansativas atribuições da maternidade, nem do cuidado com um bebê em fase de aleitamento materno. Ademais, a entrevistada revela que compreende que a forma com que a academia invisibiliza o contingente de mães estudantes tem relação com esse momento tão difícil trazido pela mesma. Para entender essa afirmação, trago trecho da fala de Marielle que explica como ela entende a relação de seu CR, da academia, e da invisibilidade de sua condição de mãe universitária:

Então, a universidade... o CR é uma... eu acho que é um índice muito errado de avaliação e não avalia que o estudante tem uma vida para além da universidade que isso interfere, sabe? Então eu não consegui. Eu acabei me formando com CR 6. Assim, eu tinha que estudar com 3 bebês, né?

Marielle lamenta seu CR. Lamenta por ter sido algo que não estava – nas condições em que ela se apresentava na época – ao seu alcance modificar. Assim como Marielle outras entrevistadas relataram dificuldades que não conseguiram superar durante suas trajetórias acadêmicas.

Para Rita, a maior dificuldade foram os prazos. Assim como Marielle, Rita lamenta que “não conseguia ter um resultado satisfatório no tempo estipulado”. Aqui, novamente, nos deparamos com a questão da obliteração/subalternização (Spivak, 2010) atuando como instrumento dificultador da aprendizagem, ferindo o processo de afiliação de Rita. Justifico essa análise considerando que a rigidez dos prazos acadêmicos não leva em consideração as especificidades das estudantes mães, como a necessidade de cuidar dos filhos, o que pode limitar temporariamente sua capacidade de cumprir com as exigências acadêmicas. Essa rigidez pode ser vista como forma de obliteração, pois apaga as experiências e desafios específicos das mães universitárias, forçando-as a se adaptar a um sistema que não foi projetado para acomodar suas necessidades. A inviabilidade se apresenta não só como forma de opressão, mas também como forma de manter as estruturas do poder dominante.

Ainda no que tange as dificuldades enfrentadas pelas mulheres mães universitárias podemos observar que os marcadores apontados pelas entrevistadas são múltiplos. Saturno, Danmar e Serena apontam que uma das maiores dificuldades foi a distância de suas casas até o campus. À primeira vista, podemos observar que a questão da distância está mais relacionada à posição geográfica entre as residências das entrevistadas e os *campus* universitários da

UFRJ, uma vez que os cursos oferecidos pela UFRJ, frequentados pelas entrevistadas, são ministrados em dois *campus* localizados em regiões de prestígio (Cidade Universitária e Praia Vermelha) e que são distantes da maioria das zonas cariocas e fluminense. Porém, ao ouvi-las com escuta atenta, fica claro que o fato de não haver creches/escolas ou a possibilidade de frequentarem o *campus* com suas crianças causam extrema agonia, tendo impacto, inclusive, na saúde mental dessas mulheres. O fato de estarem longe de casa não é mais relevante do que o fato de estarem longe dos filhos. O relato abaixo clareia essa afirmativa e representa o grupo de entrevistadas que apontaram a distância do *campus* como maior dificuldade:

As principais dificuldades que eu tive primeiro começou com relação à distância. E horário de disciplinas oferecidas [...] Quando eu entrei, ela já estava com 8/9 anos, já não existia mais aquela demanda de criança pequena, né? Mas cada fase é uma complexidade diferente [...] a universidade, ela não oferece nenhum tipo de suporte. E não só da questão é mental, mas a questão financeira, a questão de espaço físico. Eu poderia levar minha filha para universidade se existisse um espaço onde ela ficasse e eu pudesse assistir minhas aulas, sabe? [...] Se eu recebesse um auxílio financeiro que me permitisse pagar alguém para ficar com ela, então não é a maternidade, né? É a é a relação maternidade estudante... Esse é o ponto. (Saturno)

Para Ártemis, a principal dificuldade enfrentada permaneceu gravada em sua memória na forma da estrutura física, da engenharia de uma universidade que nunca imaginou ter entre suas discentes mulheres mães. Artemis descreve:

Eu acho que essa questão da escada. Se tivesse colocado, sei lá...no primeiro andar, no térreo [...] **Parece que é uma coisa pequena, não é? Quando a gente está grávida, com peso, num calor do Rio de Janeiro, é uma dificuldade real.** Ainda mais no final, assim, ainda tem material, né? Mochila e tal, para carregar... (grifo nosso)

Vitória entende, com clareza de pensamento, que as dificuldades sofridas tiveram relação com a “afiliação”. “Atender a demanda acadêmica”, as exigidas, ser a “estudante universitária”. Vitória acredita que a universidade pensa em um “modelo de estudante”, um modelo tradicional de aluno, que ela não pode ser, pois carrega consigo as especificidades que marcam sua condição de estudante não tradicional, de estudante mãe universitária. Nesse contexto, analiso que mesmo que o acesso à educação já tenha sido superado pelas mulheres através da democratização do ensino superior (Neves, Sampaio, Heringer, 2018; IBGE, 2018; Zago, 2006), os processos e instrumentos que dificultam a trajetória e permanência de grupos de estudantes não tradicionais atuam “excluindo” as incluídas da vivência acadêmica (Bourdieu & Champanhe, 2011).

Mesmo enfrentando tantas dificuldades e violências simbólicas, que explicitam o atraso da universidade em olhar, ouvir e avançar na busca de políticas afirmativas que garantam um bom percurso acadêmico para mulheres mães estudantes, o que as entrevistaram apresentaram foi um cenário em que, no meio de tanta dificuldade e de tantos desafios, também há caminhos de resistência que remontam ao caminhar dentro da universidade. Nesse caminho, Vitória nos apresenta a seguinte estratégia para uma “afiliação” (mesmo que parcial) que parecia teimar em não vir:

pensando nessa **questão da afiliação** [...] uma **estratégia** minha foi de **me aproximar de pares** [...] elas (*outras mães universitárias*) me deram esse acolhimento, compreenderam minhas necessidades e ao mesmo tempo me deram esse suporte. [...] você **trocar, conhecer a universidade, os limites da universidade**, o que pode, o que não pode conhecer o que tem ali dentro, porque eu não conhecia [...] **Compreender a dinâmica acadêmica da universidade** [...] você **não conhecendo se torna muito mais difícil**, então **você conhecendo mesmo que sejam os limites e as imposições ou opressões, você já consegue lidar** de uma forma diferente. Parte desse lugar, por mais que eu não me sinta confortável [...] eu estou ali, eu faço parte, sabe? Então eles têm que me engoli! (*Grifo nosso*)

Assim como Vitória, outras entrevistadas buscaram apoio em redes de solidariedade entre mulheres dentro da universidade, compartilhando experiências, buscando suporte emocional e encontrando dentro desses espaços pertencimento e condição de participação no fazer acadêmico. Marielle entendeu que como estratégia ser essa rede de solidariedade. Conforme evidenciado em sua narrativa:

A partir do momento em que eu criei o coletivo de mães da UFRJ [...] eu saí dessa questão de que eu sou a única que sofre disso aqui dentro. Então ouvi outras pessoas que passavam pelo mesmo que eu. Isso me fortaleceu ao mesmo tempo que fortaleceu essas outras pessoas também. Então acredito que o coletivo foi fundamental para eu superar... porque o que eu tinha que superar... eu tinha que superar a minha cabeça de desistência, porque várias vezes eu pensava em desistir, então você vê que você não está sozinha nisso, que outras pessoas estão passando por isso, faz você fortalecer a ideia de continuar.

Em todos os testemunhos, tornou-se evidente como esse grupo de mulheres mães universitárias desenvolveu estratégias de resistência e enfrentamento, que incluíram a busca por apoio em redes de solidariedade entre mulheres, tanto dentro quanto fora do contexto universitário e até mesmo criação de rede de solidariedade. Ademais, algumas adotaram medidas criativas para gerenciar as demandas tanto acadêmicas quanto familiares, como o estabelecimento de parcerias colaborativas com familiares, vizinhos, colegas e professores

compreensivos. Essas iniciativas evidenciam a resiliência e a determinação das mães universitárias em prosseguir em seus estudos e alcançar os objetivos acadêmicos, mesmo diante das adversidades frequentemente encontradas em um ambiente hostil nas macros e micros relações.

3.5

Ações afirmativas e permanência das mulheres mães estudantes

As análises realizadas nesse capítulo se debruçaram sobre as respostas para a pergunta “Tem conhecimento se sua universidade tem programa de assistência estudantil voltado para estudantes mães? Se sim, já utilizou algum benefício voltado para mães na sua universidade (auxílio creche, berçário, espaço para amamentação...)? Me conte como foi.” e “Quais benefícios no campo da assistência estudantil você considera necessários para apoiar a permanência universitária das mães estudantes?”. A intenção foi a de coletar informações sobre o modo como essas mulheres mães entendiam os acessos aos benefícios estudantis voltados para maternidade, se elas tinham conhecimento de quais benefícios eram oferecidos, como elas conseguiram ter acesso a essas informações, se houve – ou não – transparência e boa comunicação da universidade para auxiliar o acesso às informações dos editais e participação das mulheres mães no processo seletivo, se fizeram uso dos benefícios e se consideram que esses benefícios são suficientes para atender as necessidades das mulheres mães universitárias ou se consideram esses benéficos pouco eficientes, carecendo de ampliação.

Antes de apresentar as entrevistas e suas análises, é importante conhecer o escopo de benefícios e auxílios oferecido para as/os estudantes da UFRJ e como eles foram implementados. Em 2010, a UFRJ inicia o desenvolvimento, implantação, ampliação de medidas de assistência estudantil e permanência através dos recursos do Programa PNAES (Silva² e Conceição, 2019, p. 4). Segundo as autoras, até o final de 2018 a instituição tinha as seguintes bolsas e auxílios implementados: Bolsa Acesso e Permanência (BAP); Bolsa Moradia; Bolsa auxílio (Silva² e Conceição, 2019, p. 4-5).

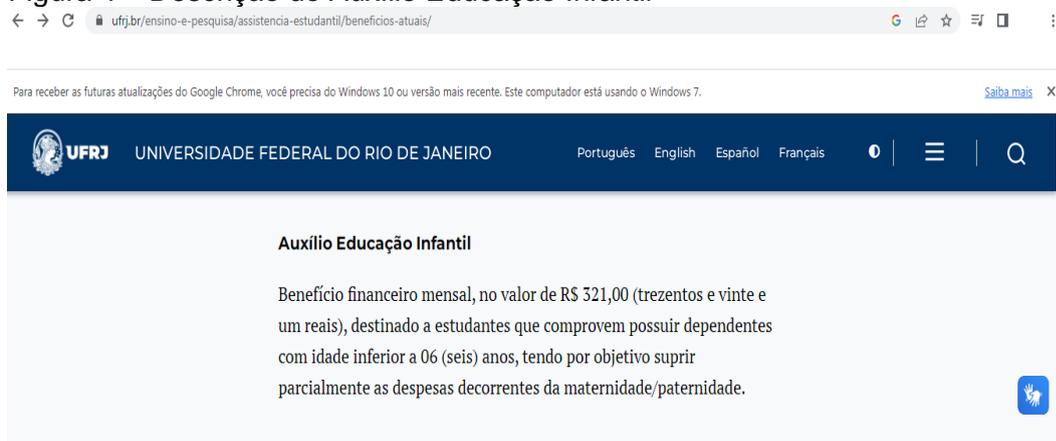
Dentro desse quadro, Silva² e Conceição (2019) contribuem ao salientarem que esses benefícios não tiveram longevidade na instituição:

A organização e disponibilidade das bolsas citadas estiveram presentes na instituição como política de assistência e permanência até o fim do semestre de

2018.2. No entanto, a falta de investimentos, os cortes de gastos iniciados com o governo Michel Temer, o congelamento nos investimentos na educação através da PEC 241 e as constantes manifestações do então presidente pela descontinuidade das políticas citadas, fizeram com a UFRJ reorganizasse suas bolsas e auxílios [...]

A partir dessa reordenação, em 2019.1, a instituição ofertaria, para além da Bolsa permanência, os Auxílios Alimentação, Educação Infantil, Auxílio material (mensal e semestral), Moradia, Transporte Intermunicipal, e Auxílio transporte 1 e 2 (Duque de Caxias e Macaé respectivamente), e Auxílio Emergencial (disponibilizado no período de pandemia e já descontinuado). De acordo com o Artigo 23º, inciso 3º, da Resolução nº 02/2019, esses auxílios “são acumuláveis entre si, sendo permitido ao estudante ser beneficiário de uma ou mais modalidades” (CONSUNI, 2019, p. 6).

Figura 4 – Descrição do Auxílio Educação Infantil



Fonte: Site UFRJ

Sobre o auxílio Educação Infantil¹⁵, a Resolução 02/2019 diz:

Art. 26. O Auxílio Educação Infantil consiste em benefício financeiro mensal, destinado a estudantes que comprovem possuir dependentes com idade inferior a 06 (seis) anos, tendo por objetivo suprir parcialmente as despesas decorrentes da maternidade/paternidade, selecionados a partir dos critérios e normas dispostos nesta Resolução e por meio de edital público. I – Para concorrer ao auxílio, a/o estudante deve comprovar ser a/o responsável legal por criança com idade inferior a 06 (seis) anos; II – Na hipótese de ambos os pais serem estudantes da UFRJ, apenas um poderá ser beneficiário do auxílio. No caso de pais divorciados, separados e/ou que não vivem juntos, receberá o auxílio aquele que detiver a guarda legal do dependente e, em caso de guarda compartilhada, o auxílio será destinado à mãe; III – Quando a/o estudante tiver mais de um/a dependente com idade inferior a 06 (seis) anos, o Auxílio Educação Infantil será concedido apenas para a criança com a menor idade; IV – O pagamento do benefício será automaticamente suspenso quando a/o dependente completar 06 (seis) anos de idade. (CONSUNI, 2019, p. 6-7)

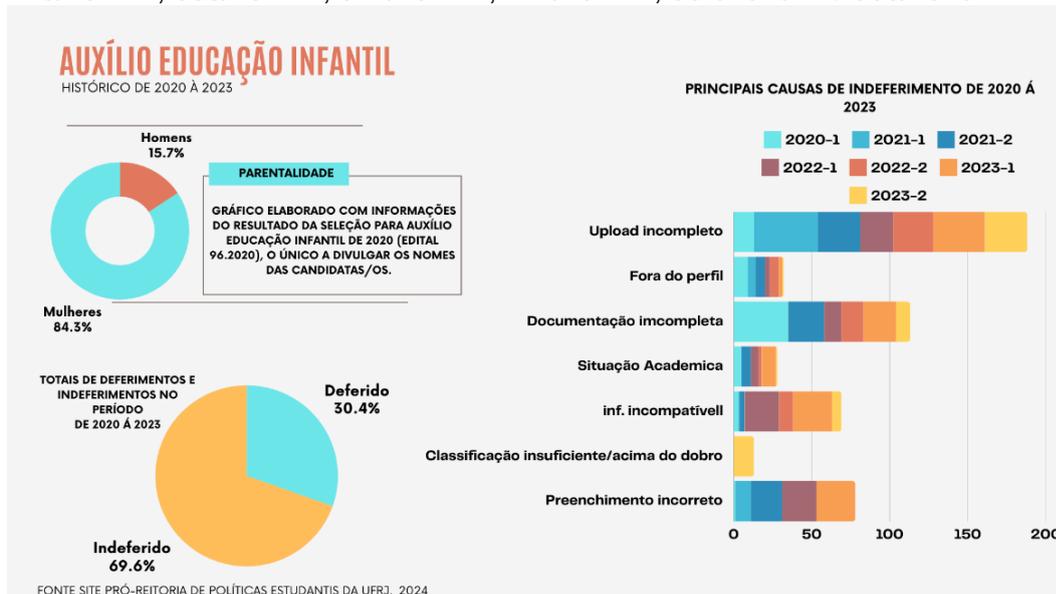
¹⁵ Em abril de 2023, a PR7 anunciou um aumento de **20%** no Auxílio Educação Infantil. Com esse reajuste, o valor passou de **R\$ 321,00** para **R\$ 385,20**.

Do grupo de 08 (oito) entrevistadas, 04 (quatro) declararam não ter tido acesso ao Auxílio Educação Infantil. Nesse grupo, temos Marielle, Danmar, Saturno e Pitty. Apenas Serena e Vitória foram atendidas pelo benefício. Ártemis e Rita, que foram gestantes durante a graduação, não acessaram o benefício do Auxílio Educação Infantil, porém Rita teve acesso ao Regime Domiciliar, um “benefício” garantido por lei e que não faz parte os auxílios delimitados na Resolução ° 02/2019 do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do qual falarei posteriormente. Em todas as entrevistas ficou claro que o acesso à informação sobre bolsas e auxílios é precário, que há uma clara falta de comunicação institucional em relação a isso, e que os caminhos para obter essa informação não é homogêneo, cada uma das entrevistadas acessou a informação de forma diferente. Vitória foi avisada por amigos que teria direito ao auxílio, já Marielle só tomou conhecimento quando começou a pesquisar sobre maternidade dentro da UFRJ, Pitty terminou a graduação sem acesso à informação.

Marielle, Danmar, Saturno fazem parte de um grande grupo de mulheres mães universitárias da UFRJ que são excluídas do acesso ao Auxílio Educação Infantil. Pitty faz parte de um outro grupo, o das que não tem acesso à informação sobre os benefícios ao qual têm direito. Saturno explica o motivo da referida exclusão em tom revoltoso ao dizer que “como oferecem para as mães de crianças de 0 a 6 anos eu não cheguei a obter esse auxílio [...] Porque como a minha *filha* já é maior, a minha filha não cabe no parâmetro da UFRJ de necessidade para a maternidade”. Danmar afirma que “nunca teve esse direito” porque quando entrou o “*filho* já tinha 12 anos”. Marielle, que já era aluna da UFRJ, lamenta que quando o auxílio foi implementado ela ficou de fora porque *suas filhas* já não atendiam a idade limite para concessão do mesmo. Já Pitty, mesmo elegível ao auxílio, não pôde acessá-lo, conforme revela nesse relato:

Assim, não tive acesso nenhum a creche (*a informação*). Nada! [...] tive no finalzinho isso (*conhecimento sobre o auxílio*). Que foi aonde? Na verdade, depois do grupo das Mãe (*Projeto de extensão MÃES na UFRJ*), então elas começaram a falar que eu acordei [...] foi onde eu acordei para isso porque eu nem sabia.

Gráfico 5 – Infográfico informativo de elaboração própria a partir dos documentos de resultado de seleção de auxílios de benefícios referentes aos editais 96/2020, 123/2021-1, 869/2021-2, 371/2022-1, 771/2022-2, 351/2023-1 e 965/2023-2



Fonte: Site PR7 UFRJ

Em sondagem realizada no site da Pró-reitoria de Políticas Estudantis da UFRJ (PR7, 2024), foi possível verificar que, de 2021 a 2023, a instituição negou um total de 32 Auxílios Educação Infantil com a justificativa de que as solicitações feriam o artigo (que varia, a depender do edital) que diz: “Serão indeferidos os requerimentos dos estudantes que não atendam à descrição dos auxílios ofertados”. Conforme já foi demonstrado nesse capítulo, o Auxílio Educação Infantil é elegível apenas para a estudantes – mães ou pais – que comprovem possuir dependentes com idade inferior a 06 (seis) anos e só é pago a um dependente, mesmo que o estudante tenha mais de um dependente com idade inferior a 06 anos (CONSUNI, 2019, p.6-7). O referido auxílio é cancelado a partir do momento em que a criança completa 06 anos (*ibidem*), deixando as mães de crianças que ainda carecem de cuidados desassistidas. Aqui observamos a concretude dos instrumentos de opressão antes relatados pelas entrevistadas.

A questão da creche é pauta cara às mulheres brasileiras. A reivindicação por creches moveu movimentos de mulheres no período da redemocratização pós-ditadura militar (Finco; Gobbi; Farias, 2015). A princípio, foi entendida “como um direito trabalhista de trabalhadoras mães de crianças pequenas”. Com o passar do tempo, a busca por melhores colocações no mercado de trabalho e a inserção massiva de mulheres na academia passou a ser uma pauta muito importante para a garantia de permanência de mães universitárias. Ademais, são as mulheres as maiores responsáveis pelo cuidado (PNAD Contínua, 2019).

Para as que superam a negação do auxílio, o valor ofertado se apresenta insuficiente. Sobre isso Serena desabafa com a seguinte frase: “Eu acho que tem uma defasagem nesse sentido, porque... eu sou beneficiária... é se chama auxílio educação infantil. E o valor dele é 380 reais, eu acho. Eu acho um (*valor*) baixíssimo. Baixíssimo!!!”. Saturno, que não é beneficiária, coaduna com a fala de Serena ao dizer que o valor do benefício “é um valor baixo, ridículo para as necessidades que as mães precisam”. Segundo o Portal Educa Mais, a média de preço de uma mensalidade em creche particular no Rio de Janeiro está estimada em a partir de R\$ 500 (online, 2023) e a defasagem de vaga em creche da prefeitura do Rio de Janeiro registrou uma fila de 17 mil crianças no ano de 2022 (SEPE, 2024).

Em abril de 2023, a PR7 (Online, 2023) reajustou o valor do Auxílio Educação infantil em 20%, passando o valor de R\$ 321,00 para R\$ 385,20.

Além da dificuldade acesso a informações claras sobre os auxílios, a falta de comunicação institucional sobre suas políticas de permanência, a limitação do uso e do valor cedido as elegíveis ao auxílio, as mulheres mães entrevistadas para essa dissertação trouxeram outras situações que, segundo elas, atuam de forma perversa na qualidade de suas trajetórias universitárias. A falta de fraldários, lactários, possibilidade de comer no bandeirão sem ter que dividir o prato de comida com os filhos, a falta de uma licença maternidade onde as mulheres mães universitárias pudessem aguardar o momento o parto sem precisar ter que atender as demandas acadêmicas e a insistência da universidade em não cumprir o seu próprio regulamento foram pontos levantados como grandes contribuintes para as dificuldades de “afiliação”, pertencimento e participação no fazer acadêmico.

Marielle afirma que “existe uma resolução de 2019, que é uma resolução para a assistência estudantil, e dentro dessa resolução tem um programa específico para mães e pais. Só que esse programa ele só existe papel”. A resolução que Marielle cita é a Resolução Nº 02/2019, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

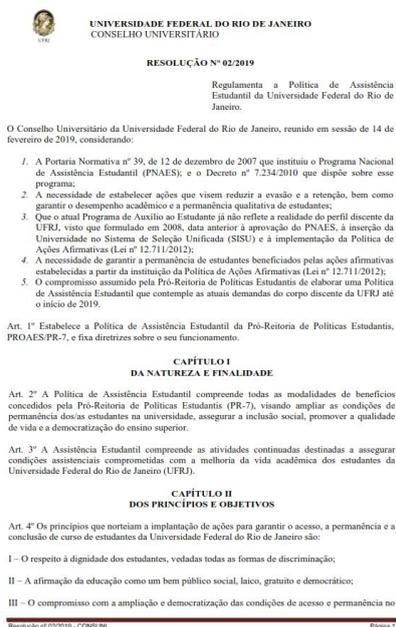
Essa resolução, já citada nesse capítulo, não delibera apenas sobre os auxílios estudantes cujo Auxílio Educação Infantil faz parte. Ele também é um documento normativo e orientador que busca atender a “necessidade de estabelecer ações que visem reduzir a evasão e a retenção, bem como garantir o desempenho acadêmico e a permanência qualitativa de estudantes” (CONSUNI, 2019). Sobre isso, a Resolução determina:

CAPÍTULO I DA NATUREZA E FINALIDADE Art. 2º A Política de Assistência Estudantil compreende todas as modalidades de benefícios concedidos pela Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR-7), visando ampliar as condições de permanência dos/as estudantes na universidade, assegurar a inclusão social, promover a qualidade de vida e a democratização do ensino superior. Art. 3º A Assistência Estudantil compreende as atividades continuadas destinadas a assegurar condições assistenciais comprometidas com a melhoria da vida acadêmica dos estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). (CONSUNI, 2019)

Para assegurar a condição de permanência, a inclusão social, a melhoria da vida acadêmica das estudantes mães e dos estudantes pais, da graduação e pós-graduação (CONSUNI, Art. 6, inciso 1, 2019, p. 3) da referida instituição, a Resolução traz a seguinte deliberação:

Art. 13. O Programa de Apoio a Estudantes Mães e Pais (Vamos Juntos/PR-7) consiste em ações voltadas a permanência de estudantes mães e pais na Universidade, por meio de ações de conscientização do corpo social da UFRJ e da criação de locais que deem condições para o cuidado às crianças, como espaço parental, fraldário, espaço de amamentação, além de auxílio financeiro específico para este público, conforme as disponibilidades orçamentárias. (CONSUNI, 2019, p. 4)

Figura 5 – Primeira página da Resolução nº2/2019, fonte Consuni/ UFRJ



Fonte: https://consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/Resolucao_n_02_de_2019_alt1.pdf

As deliberações acordadas na Resolução de 2019, segundo Marielle e as demais entrevistadas, ficaram apenas no papel. Isso se reflete no exame que as mães universitárias fazem ao pensar o que falta para que mulheres mães estudantes possam viver a academia com dignidade e igualdade. Para Marielle, uma universidade que busca contribuir com a qualidade de vida, qualidade de

condições para um bom aprendizado e permanência de mulheres mães não pode ignorar que elas existem. Nessa perspectiva, Marielle comenta:

Primeiro, a universidade tem que reconhecer esse grupo como um grupo em vulnerabilidade dentro da universidade. A partir do momento que ela reconhece que as mães são um grupo de vulnerabilidade (*risco*) de permanência dentro da universidade, e aí ela começa a se mexer para criar ações. Então, se não tiver esse reconhecimento, não existe programas, não existem projetos da própria instituição para que alguma coisa mude.

Para Marielle, o reconhecimento da condição da mulher mãe universitária e da própria estudante como sujeita de direitos é extremamente importante para fomentar políticas de permanência para esse grupo. Nesse contexto, ela comenta:

[...] esse reconhecimento (*das mulheres mães universitárias*) só vai existir quando a universidade criar uma pesquisa e saber quantas delas existem, quais são as demandas dessas mães [...] quais são as dificuldades delas, aonde elas estão. Esse mapeamento não existe e não parece ter interesse para isso. Eles sabem da nossa existência, porque a gente tem um coletivo, um projeto de extensão. Existe um GT de parentalidade que foi criado durante a pandemia por conta da pressão dos estudantes e das docentes, mas se tem um GT, mas não tem pesquisa, não sabe onde está, quantas somos, [...] Quantas de graduação, quantas de pós-graduação[...] se não tem pesquisa, não tem nada. Não tem pesquisa, não tem reconhecimento! (Marielle)

Neste testemunho, Marielle expõe o nível de invisibilidade e subalternidade das mulheres mães dentro da UFRJ. Afinal, se há coletivos e projeto de extensão onde essas estudantes não tradicionais estão falando, a instituição persiste em não querer ouvir? O que a entrevistada denuncia é que a Resolução nº 2 de 2019 se faz ineficiente para as mães universitárias carentes de auxílio, de reconhecimento e de políticas afirmativas que caminhem para além das cotas de acesso ao ensino superior.

Ainda sobre a exposição que os relatos fazem em relação à ineficiência da instituição em garantir que mães universitárias experienciem o espaço acadêmico sem serem atravessadas por múltiplas violências e o que seria importante para que esse quadro fosse alterado, trago algumas explicações. Para Ártemis:

seria muito **importante ter trocadores, ter espaço para retirada de leite**, né? Não aconteceu comigo [...], mas eu já ouvi história de mães tendo que ir no banheiro, tirar leite ali na frente de todo mundo, porque precisava esvaziar se não me 'empedra'. E não tinha lugar, sabe? Eu acho muito triste, muita falta de privacidade não ter um lugar para isso [...] uma salinha [...] um lugar mais calmo para o seu filho? Sei lá, pelo menos fazer uma soneca, né? E aí você tem uma mesinha ali, sei lá, tipo uma biblioteca do sono... aí ele está ali dormindo, você fica na mesinha estudando algo assim é. (*grifo nosso*)

Serena comenta:

[...] É um absurdo não ter um fraldário, é uma prova [...] uma placa invisível de ‘esses lugares’ não é para você. Então, tipo, tem essas alterações [...] tinha que ter um fraldário e um lactário. Tinha que ter! (*fala em tom indignado*). E aí no lactário [...] o micro-ondinhas ali para a gente esquentar a mamadeira, para quem para quem usa fórmulas, sabe?!

Danmar completa:

Deveria ter um espaço família que a mãe pudesse ter ali um espaço para trocar o seu filho de forma tranquila, sem estar incomodando ninguém, sem ninguém está se incomodando com ela. Que ela pudesse dar o banho no filho dela e fazer o que fosse necessário. Ter uma coisa integrada (*universidade integrada com cuidado materno*).

Ártemis, pensando no reconhecimento das especificidades de uma estudante mãe, também compreende que a assistência desse grupo precisa ser diferenciada. Ela considera que seria importante ter um plano para pensar o “Pré-natal e Pós-parto” e “pensar esse tempo que essa aluna vai estar cansada, vai estar sem tempo, se ela tem ou não rede de apoio”.

Melhorias no acesso ao bandejão também estão presentes entre os apontamentos que as entrevistadas fazem sobre que tipos de auxílio seriam importantes para se pensar permanência e até mesmo meios mais favoráveis ao exercício do ofício do estudante e a “afiliação” (Coulon, 2008). Para as entrevistadas, principalmente para as que são atravessadas por questões de vulnerabilidade econômica, ter acesso a alimentação digna com suas filhas/filhos dentro do *campus* é pauta imprescindível. Em relação a isso, temos os relatos de Vitória e Danmar:

Nós pagamos 02 reais na UFRJ ou, no meu caso, de vulnerabilidade social, eu não pago o bandejão, mas, por exemplo... eu posso até entrar com a minha filha e tenho prioridade, mas se eu quiser comprar uma comida pra minha filha, é 15 reais. Então eu tenho que dividir a minha comida com ela, ou eu pago 15 reais para mais uma comida. Sabe? então isso para mim já é muito excludente. (Vitória)

Vitória sugere que:

[...] o bandejão [...] poderia ter nem que fosse uma marmita menor, uma marmita específica para criança [...] Ou então, por exemplo (*a possibilidade de*) você chegar pedir para colocar um pouco mais de comida. Que não é algo viável lá [...] pode ser que ela coloque ou pode ser que não. Então eu não posso contar com isso (*para se alimentar e alimentar a filha*).

Danmar complementa:

[...] ter um espaço aberto para que a mãe também pudesse comer com seu filho no bandeirão o que hoje não pode!!! A gente não pode, não pode!!! (fala com tom indignado). A mãe leva (a *criança*) bota (a *refeição do bandeirão*) no prato e divide com a criança. É um absurdo! Eu acho um absurdo a mãe não poder pegar comida e dar um prato só para o seu filho.

Em todas as respostas para a pergunta sobre quais benefícios seriam importantes para apoiar a permanência das mães universitárias a creche foi citada. Todas as entrevistadas concordam que o valor ofertado pelo Auxílio Educação Infantil é insuficiente e carece de ampliação. Sobre essa questão Danmar traz uma importante colaboração ao dizer que “a creche só vai até uma certa idade”, e chama a atenção para a falta de assistência e garantias para mães de filhas/filhos com idade de 06 anos em diante.

Entre os relatos, destaco duas narrativas que se complementam ao sugerir um tipo de plano de ação que envolveria diversos setores da universidade.

E assim, por exemplo, ter creche, né? Assim, integrado, né? Eu ficava pensando muito isso, falei; cara, a gente tá numa faculdade de pedagogia. Pô, podia ter um estágio para os próprios alunos, os pedagogos, aqui com os filhos dos alunos, dos professores, dos funcionários, que estão aqui na Praia Vermelha, né? Eu estudei na Praia Vermelha..., eu acho que isso seria muito bom, porque o meu filho ficaria ali e naquele período eu conseguiria estudar e ele ainda estaria se desenvolvendo... e talvez eu pudesse até estagiar ali, então olha só? Quanto de ganho seria? Eu acho que seria muito incrível. (Ártemis)

Danmar, na mesma linha de pensamento de Ártemis, colabora:

[...] Tem a creche até uma certa idade, depois de uma certa idade não tem creche[...] A própria universidade, poderia pensar... a gente não está estudando letras aqui? seremos futuros professores... porque a universidade não faz um prédio, aqui é grande, tem em prédios vazios, porque não faz uma escola voltada para os filhos das mães (discentes, docentes, trabalhadoras? Por que não? Tipo, assim, nessa própria escola que teria creche a criança estudaria, ficaria lá desde quando fosse pequena e fosse crescendo e subindo e acompanhando a mãe, Seria ótimo, gente! Qual é a mãe que não ficaria feliz em saber que o filho dela está estudando no prédio ali do lado? Isso seria até o local de estágio. Olha aí? ninguém pensou nisso? Eu como aluna, pensei.

Outras considerações foram feitas, como planos de prazos para entrega de trabalhos, cuidado com a saúde mental das mulheres mães universitárias, reconhecimento dos atestados médicos dos filhos para abono de falta em aula às mães (uma reivindicação muito importante para as mães bolsistas), mas não só. Dentro da análise da própria situação de inviabilidade da mãe universitária citada por Marielle, Vitória aponta como o fato de não existir nenhum recurso, nenhum departamento ou setor que tenha um centro de acolhimento/atendimento para

mulheres mães universitárias impacta também a questão do abono de faltas, que precisa, segundo a entrevistada, ser pensado para além dos atestados médicos. O Rio de Janeiro é um município loteado por organizações criminosas (GENI-UFF, 2020). Vitória, que é moradora de área de risco, alerta para a importância de compreender que mães universitárias moradoras de áreas de conflito comumente se deparam com a interrupção das atividades escolares de seus filhos.

Por vezes, essas mulheres precisam faltar porque a escola de seu filho fechou, ou ela tem a informação de que sua área está em conflito e precisa se retirar da aula para ir ao encontro de seus filhos. Esse e demais apontamentos levantados pelas entrevistadas sugerem uma situação cuja ruptura da invisibilidade e o reconhecimento das alunas mães universitárias, como alerta Marielle, podem mudar a realidade desse grupo dentro do espaço universitário.

3.6

Nem tudo foi ruim: sobre existência, resistência e encontros

Até aqui está dissertação apresentou os relatos de negação, de exclusão, de opressão e subalternidade que cruzaram, de forma violenta, a vida e a trajetória das entrevistadas e como isso constitui a condição da mulher mãe universitária na UFRJ. Entretanto, contrariando as expectativas de Coulon (2008, p. 32), que sentencia ao fracasso os alunos que não superam as regras para a “afiliação”. Para essas mulheres, o “novo *status* social” (Coulon, 2008, 32) pode vir por outros caminhos, por outras experiências, por outras formas de viver a universidade.

Figura 6 – Nuvem de palavras de elaboração própria criada no site Wordcloud.com as palavras mais citadas pelas entrevistadas ao serem perguntadas o que foi bom em suas trajetórias universitárias.



Fonte: Entrevistas

A nuvem de palavras foi criada a partir das declarações das entrevistadas, em que a pergunta “Durante sua trajetória universitária o que você considera que foi bom?” nos revela como as interações entre mães estudantes se revelou um caminho de pertencimento e permanência. As coletivas (coletivos), o programa de extensão, o encontro e conexão com pares promoveram o acolhimento, o reconhecimento e o apoio para que as mulheres mães universitárias pudessem ter condições de seguir dentro de um ambiente tão hostil a elas.

As condições que competem “sucesso” ao grupo de entrevistadas, no entendimento das próprias, vem de suas relações com outras mulheres, as quais elas identificam como pares e redes formadas com essas mulheres. Nessa perspectiva, o “sucesso” não está vinculado ao “novo *status* social” (que nem sempre vem) e a consolidação de sua condição de “passagem do estatuto de aluno ao de estudante” (Coulon, 2008, p. 31-32). Ele não se dá, exclusivamente, pela superação do tempo de estranhamento (em relação à instituição, ele permanece), tempo de aprendizado (que é atravessado, enviesado e prejudicado pelas violências e opressões reproduzidas no *campus*) e “afiliação” (que parte das entrevistadas relatam não ter acontecido ou ter acontecido parcialmente), mas sim pelas relações de comunhão, de comunidade, de rede que ao acolher, reconhecer e apoiar pavimentam um chão de possibilidades de permanência e desenvolvimento das potencialidades dessas sujeitas.

A rede e os encontros marcam as trajetórias analisadas como forma de resistência. Nessa perspectiva, Marielle declara:

Eu considero bom os movimentos que a gente criou, as amizades que a gente criou dentro desses movimentos, as mães que eu conheci. Nós criamos afeto dentro da luta, dentro do coletivo, dos movimentos maternos. Isso daí foi a melhor coisa que eu tirei da universidade. Foi me unir com essas mulheres. Pegar um pouquinho da força delas, dar um pouquinho na minha força [...] foi o que me fez sobreviver e eu sei que essa troca também fez muitas mães sobreviverem na universidade [...] isso com certeza vou levar para a vida inteira.

Todas as entrevistadas também reconhecem que o encontro com pares, o estabelecimento de rede e a inserção/acolhimento/comunhão com coletivos maternos e projeto de extensão foram grandes divisores de águas e importantes motivadores para que a existência dentro do espaço acadêmico fosse menos doloroso. Destaco como referência dessa afirmação o relato de Saturno:

[...] **as trocas** que eu tive **com outras mães universitárias** [...] **me reconhecer** como mãe, e **encontrar o coletivo de mães**, por exemplo, e **o projeto de extensão**

das mães me fez me reconhecer ali dentro... fez eu **me senti pertencente** de um espaço, mesmo que pequeno, dentro da universidade. Então, dentre as coisas boas, para além do conhecimento, como eu falei, acredito que encontrar pares ali dentro, encontrar essas mães que também têm as vivências delas e que também têm as dificuldades e que eu posso compartilhar as minhas vivências ali com elas e entender que eu não vou ser... motivo de exclusão, que eu vou ser incluída, e que a partir disso a gente juntas conseguiu passar por muitas coisas, conseguiu pensar soluções coletivas para permanência ali dentro da universidade, enquanto a universidade não olha por nós, né? Então eu acho que essa foi a parte boa. (*Grifo meu*)

Descobrir a própria força, perseverança e as próprias potencialidades também foram coisas reconhecidas como boas nas trajetórias narradas. Para representar essa afirmativa, temos Danmar, Vitória e Pitty em seus relatos de superação às dificuldades e resgate de suas potencialidades. Segundo Danmar:

[...] com todos trancos e barrancos, **eu considero que foi bom eu ter chego até aqui**. Porque muitas pessoas, com toda a pressão, todo o problema que tive, já teria desistido. Inclusive, eu já tive diversas vezes nesse lugar de desistência que eu pensava assim: _ meu Deus, não estou conseguindo dar conta da minha maternidade e não estou conseguindo dar conta da faculdade [...] Então eu já pensei várias vezes, eu vou desistir, vou desistir, mas [...] tudo deu certo.

Pitty se alegra em relatar que “hoje eu não vejo nenhum limite do que possa alcançar”. Sobre potencialidades e representatividade, temos o relato de Vitória:

É importante elencar que me trouxe essa maturidade[...] conhecimento também... de me entender como produtora de conhecimento [...] me entender como uma fazedora, digamos assim, de ciência, né? É me entender como “uma fala” (uma voz) que pode não ser importante para muitos, ou pode não ser... eh ... o palavreado que muitos querem ouvir, mas que para outros é muito importante e que traz uma representatividade. E é isso! o ponto positivo é esse.

Ainda no curso de sua trajetória universitária, Vitória considera sua entrevista a esta dissertação como das coisas boas vividas na universidade:

Então, essa oportunidade agora dessa entrevista, não é uma oportunidade de uma mão única, sabe, é sempre mão dupla [...] Poder contribuir para sua pesquisa é muito bom. Porque eu fico muito comovida de saber que as pessoas, como você... pessoas que fazem ciências, estão é pensando na gente. Muitos falam que precisam dar voz para as mulheres mães, mas nós já temos vozes, o que nós precisamos de espaço!

Ártemis e Rita recordam quão bom e importante foi contar com a compreensão de determinadas docentes. O fato de terem sido olhadas como sujeitas de direito, registrou memórias de bem-estar e alívio em meio a uma condição em que a maioria dos docentes reproduzem no micro a mesma violência que é possível analisar no macro. Para elas:

Como mãe estudante, isso é, eu acho que isso que eu te falei, né? Dessa professora que me aceitou justamente pela condição de mãe, eu também fiz o meu TCC sobre maternidade. Essa professora que fez o chá de bebê para mim, que me ajudou a me deu prioridade na hora da regência e dos trabalhos, né? Isso, acho que foi bom. Acho que até foi bom eu ter conseguido defender o meu TCC online. (Ártemis)

Então, depois do meu “episódio com essa orientadora” (*docente que abandonou a orientação quando a filha de Rita nasceu e ela não conseguiu, mas atender aos prazos exigidos*), eu conheci a minha orientadora, que é mãe, que é uma pessoa incrível, que, nossa, me deu tanta força, me dá muita força. E ela foi uma amiga, foi... foi muito bom conhecê-la e ter esse apoio, saber que eu não estava sozinha, foi a melhor coisa. (Rita)

A trajetória universitária das mães estudantes, embora repleta de desafios, é também marcada por momentos de alegria e solidariedade. A nuvem de palavras gerada a partir de suas experiências destaca o poder transformador das relações humanas e do apoio mútuo. Os coletivos, programas de extensão e a conexão com outras mães criaram um espaço de pertencimento e resistência, onde o acolhimento e o reconhecimento se tornaram fundamentais para a permanência dessas mulheres em um ambiente que muitas vezes não as compreende. Essas conexões proporcionaram um chão firme de possibilidades, permitindo que desenvolvessem suas potencialidades e perseverassem apesar das adversidades.

E o remédio para “cura” das desvantagens históricas, para o tensionamento de mudanças das estruturas estruturadas, em que estão inseridas as mulheres mães universitárias, principalmente quando falamos de reproduções de opressão e violências que se imprimem desde o fazer pedagógico até a estrutura física da universidade, se dá pela implantação de ações afirmativas de permanência e de reconhecimento. Ademais, isso significa multiplicar experiências prazerosas na trajetória acadêmica e na memória das mães universitárias, conforme foi relatado pelas entrevistadas acima.

4

Considerações finais

Conforme demonstrado nesta dissertação, a inserção da mulher no espaço universitário já é uma realidade consolidada, porém evidenciou-se que os avanços em relação à democratização do acesso ao ensino superior para as mulheres não vieram acompanhados de importantes mudanças estruturais e sociais, que promovessem, dentro da universidade, ruptura com as bases de reproduções patriarcais que negam o reconhecimento das mulheres mães acadêmicas como sujeitas inteiras, Seres Humanos completos, não apenas mulheres, não apenas mães, quiçá apenas estudantes, mas mulheres mães estudantes em toda sua plenitude de capacidades e potencialidades.

Neste sentido, esta investigação resgatou a história de opressão e privação do sujeito mulher mãe na sociedade e na produção de saber científico a partir das contribuições de Lerner (2019), Badinter (1985), Moura e Araujo (2004), Moura e Silva (2024) e Abreu (2021) para compreender os impactos das dinâmicas acadêmicas nas trajetórias das mães universitárias, mas não se esgotou nessa premissa.

Mesmo que a pesquisa tenha identificado que as dificuldades relatadas pelas entrevistadas e a invisibilidade dessas sujeitas estão relacionadas pelo “fazer acadêmico patriarcal”, que segue intimamente ligado à história do constructo social da mãe, é possível afirmar que, mesmo em um cenário tão segregador para mães universitárias – lidas nessa dissertação como “estudantes não tradicionais” – há formas de resistência e enfrentamento às dificuldades que possibilitam que elas sigam dentro desses espaços a desenvolver suas potencialidades.

Para compreensão do objetivo geral dessa dissertação o método de entrevistas semiestruturadas se revelou eficiente. Vencidos os intemperes iniciais, que vieram acompanhados de entrada no campo, marcação e coleta de entrevista entre o período de pandemia e o retorno as atividades presenciais, o contato e a coleta das entrevistas se deram de forma positiva, com a participação entusiasmada de todas as mulheres mães convidadas, o que se consolidou em

entrevistas de excelente conteúdo cujo qual foi possível realizar análises que possibilitaram demonstrar a condição da mulher mãe universitária na UFRJ.

Para dar solidez a tais análises, o percurso metodológico desta investigação também se constituiu a partir da revisão bibliográfica dos autores Coulon, Bourdieu, Bourdieu e Passeron, Bourdieu e Champanhe, Zago^a, Mendes entre outros, assim como análise de documentos institucionais a UFRJ.

O perfil das entrevistadas apresenta a diversidade das mães estudantes. Algumas informações também demonstram uma mudança de característica no perfil das mulheres que acessam a academia ao indicar que a maioria das entrevistadas ou são casadas ou estão em uma relação conjugal estável. Também foi possível observar que a maioria das mães estudantes se tornam mães durante o percurso da graduação. Já em relação à rede de apoio, o perfil apresentou poucos avanços em relação à percepção de que as mulheres são as principais cuidadoras – percepção que vem acompanhada de mitos como o do amor materno (Badinter, 1985) e da mãe guerreira que ainda se sustentam.

O capítulo “Descobrimo o mundo acadêmico: expectativas, trajetória e primeiras impressões” evidenciou que existem diferenças entre as experiências de mães que se tornaram mães durante a trajetória acadêmica e aquelas que já eram mães ao ingressarem na UFRJ. A revelação de uma diversidade de vivências entre esses dois grupos de mulheres mães universitárias expressou que as experiências desses grupos foram marcadas por diferentes percepções e desafios.

No primeiro grupo, representado por Pitty, Rita, Serena, Vitória e Ártemis, ficou demonstrado como a incidência da maternidade durante a trajetória acadêmica lhes trouxeram mudanças significativas na forma com que viveram a universidade. As análises apresentadas destacaram, através dos relatos de Pitty e Rita, como a dificuldade de conciliar os estudos com a maternidade alterou suas trajetórias acadêmicas. Serena ressaltou como a falta de infraestrutura da universidade para acolher mães, especialmente no aspecto físico, a impactou. Essas estudantes enfrentaram desafios distintos na sua condição de mulheres mães universitárias, porém, ao apontarem uma dicotomia entre suas experiências de estudantes sem filhos e estudantes com filhos, elas evidenciaram as diferenças entre as vivências de estudantes “tradicionais” e “não tradicionais”.

Em “Descobrimo o mundo acadêmico ‘enquanto mãe’: sobre as dinâmicas de permanência” me debruço na análise das interferências/intersecções observadas pelas entrevistadas no que tange suas experiências universitárias. Da totalidade das entrevistadas, apenas uma (Danmar) respondeu que não sentiu

que a maternidade “interferiu totalmente” na sua vivência acadêmica, mas assim como as demais soube apontar o que considera que foi intrinsecamente difícil em relação à maternidade e à universidade. Evidenciou-se nesse capítulo que a relação universidade versus maternidade impactou a vida acadêmica das mulheres de diversas maneiras, independente se elas são mães de crianças pequenas ou de adolescentes, que, em suma, têm menos dependência das mães por terem, devido à idade, alguma autonomia. Entre os principais fatores apontados como interferências estão a grade curricular, a incompreensão dos professores, a falta de políticas institucionais direcionadas às mães universitárias, falta de bolsas e auxílios voltados para mães em vulnerabilidade econômica, ausência de creches ou espaços adequados para crianças nas universidades, valor de Auxílio Educação Infantil insuficiente, entre outros. Também é possível afirmar que as dinâmicas de permanência já estão presentes na intenção dessas mulheres desde o momento em que elas se percebem as “excluídas de dentro”¹⁶. A construção da condição da mulher mãe estudante já pode ser percebida nesse capítulo através do teor expositivo das múltiplas dificuldades enfrentadas dentro do espaço universitário por essas mulheres e foi possibilitada pela riqueza dos relatos obtidos.

Para que fosse possível compreender o objetivo geral dessa dissertação, optei por observar as implicações das dinâmicas de acadêmicas nas trajetórias das mães universitárias através de um diálogo com alguns conceitos chave. Entre esses conceitos, a “afiliação” (Coulon, 2008) destacou-se no capítulo “‘Afiliada’ ou ‘não afiliada’? Sobre opressão no campo acadêmico e o dilema do pertencimento”. O capítulo explora as experiências de mães universitárias em relação ao sentimento de pertencimento ao espaço acadêmico e às formas de opressão que enfrentam nesse ambiente. A partir de entrevistas, foram identificados dois grupos de mulheres mães universitárias, que se declaram “não afiliadas” e as que se declaram “parcialmente afiliadas”.

Conclui-se que as “não afiliadas” são aquelas que se declaravam integralmente não pertencentes e invisíveis ao espaço universitário da UFRJ. Um grupo majoritariamente composto por mulheres que tiveram experiências duplas dentro da universidade pelo fato de terem se tornado mães durante seus percursos acadêmicos. Para elas, a maternidade intensificou o sentimento de estranhamento e não pertencimento. Vale reforçar que nenhuma das entrevistadas, enquanto mãe estudante, se declarou afiliada, portanto, o grupo de

¹⁶ Alusão ao conceito de “excluídos do interior” de Bourdieu e Champagne (2001).

mulheres que tive dupla experiência na academia – se tornaram mães durante o percurso acadêmico – informou que experimentaram a sensação de afiliação, e se sentiam, antes da maternidade, parte da academia no que tange ao exercício do ofício do estudante.

Já as “parcialmente afiliadas” – referente a 02 das 08 entrevistadas – reconhecem algum grau de pertencimento ao espaço universitário, especialmente em relação a aspectos sociais e de amizade. Mesmo compreendendo de forma diferente suas percepções entre serem “afiliadas”, “não afiliadas” ou “parcialmente afiliadas”, todas enfrentam desafios significativos em conciliar a maternidade com as demandas acadêmicas e sugerem uma percepção generalizada de que o ambiente acadêmico é opressor para as mães universitárias. Elas relatam experiências de invisibilidade, discriminação e falta de suporte institucional adequado, o que reflete uma estrutura universitária que muitas vezes não reconhece nem valoriza as necessidades e experiências dessas mulheres.

Mesmo que não tenham sido apresentados ou desenvolvidos fundamentos concretos à construção do conceito de “não afiliação” como um antagonista do conceito de “afiliação” é possível afirmar, através das análises das entrevistas cedidas, a possibilidade de relacionar a “não afiliação” com o conceito de “afiliação” proposto por Alan Coulon (2008). Em resumo, Coulon (*Ibidem*) descreve a afiliação como processo pelo qual os indivíduos se integram à vida universitária, desenvolvendo pertencimento, identidade e participação acadêmica. O objetivo final do “ofício do estudante” é promover formas de integração e afiliação, o que levaria o estudante ao sucesso acadêmico. Sendo assim, o sentimento de pertencimento rege o “novo *status* social” desse aluno, ou seja, ele passa a ser reconhecido e se reconhece dentro da instituição acadêmica como parte dela. Para além disso, apresentou-se aqui uma forma de “afiliação parcial”. As estudantes “parcialmente afiliadas” ou “afiliadas em parte” demonstraram que é possível ser “afiliada” a determinados espaços dentro da universidade.

Esta investigação também evidenciou que as mulheres mães universitárias comumente se sentem invisíveis, excluídas, não pertencentes ao espaço universitário e que isso se deve ao fato de que, provavelmente, ao fazerem parte de um grupo subalterno, são confrontadas com os limites para afiliação que o próprio conceito não pode dar conta. Dessa forma, fica demonstrado que os processos de “não afiliação” estão ligados a seus próprios limites que o leva a uma ruptura, ou empecilhos, aos regramentos e processos para a “afiliação”, advindos de reproduções internas de exclusão/opressão, sobre os quais as mulheres mães entrevistadas explicitaram não terem poder de controle. Os instrumentos de

opressão seriam, na perspectiva das entrevistadas, as ferramentas que atuam na construção do sentimento de não pertencimento e “não afiliação”. Os sensíveis e intensos relatos das entrevistadas mencionam exemplos concretos de múltiplos impedimentos à “afiliação”, como a inflexibilidade dos prazos acadêmicos diante das especificidades enfrentadas pelas mães universitárias, as questões referente à falta de opções de horários de disciplinas na grade curricular, falta de políticas afirmativas voltadas para mães universitárias, falta de compreensão e reproduções de violência simbólica e discriminação por parte do corpo docente, a invisibilidade e a falta de reconhecimento, a falta de estrutura física adequada para atender às necessidades específicas das mães estudantes, como a ausência de fraldários e espaços para amamentação/ordemha entre outros. A “não afiliação”, por essa perspectiva e no que se conclui nessa dissertação, é construída por diversos instrumentos de opressão, que impossibilitam a oportunidade de as mulheres mães participarem da academia e dos processos de “afiliação”, como o fazem estudantes tradicionais.

Saliento que esse trabalho conclui que, segundo análises e entrevistas, não há um “problema” em se “afiliar” ou em aprender o “ofício do estudante” por parte desse grupo. O que aponto é que os processos excludentes interno são produtores dos sentimentos de sofrimento, angústia, não pertencimento relatados pelas entrevistadas. Como já mencionei nessa dissertação, são esses “processos que as afastam do viver acadêmico pelo fato único de que elas são mães”. Quer dizer, o sentimento de “não afiliação” ou de “afiação parcial” vivido pelas entrevistadas é provocado pela própria dinâmica institucional, quando invisibiliza estas mães universitárias e suas demandas.

A construção da percepção do que constitui a condição da mulher mãe universitária também passa, para além dos debates sobre “não afiliação”, pela análise dos desafios, dificuldades e estratégias de pertencimento das mulheres mães na academia. Os relatos das mulheres mães estudantes foram ricos na entrega de informações de como elas se movimentaram em oposição aos instrumentos de opressão e de como elas criaram, ou buscaram, estratégias para superar hostilidades do espaço físico, violência simbólica, subalternização e invisibilidade.

Nessa perspectiva, foi possível verificar que as mães universitárias compartilham o mesmo dilema, o de enfrentar o desafio de conciliar as responsabilidades acadêmicas com as da maternidade. Independente das diferenças apresentadas, esse foi o ponto que uniu todos os relatos. Todos os instrumentos de opressão apresentados agudizavam esse dilema. Dito isto,

revela-se nessa investigação que o desenvolvimento de estratégias de resistência e enfrentamento a essas opressões e dilema, que incluíram a busca por apoio em redes de solidariedade entre mulheres, criação de rede de solidariedade, adoção de medidas criativas de gerenciamento das demandas acadêmicas e familiares como o estabelecimento de parcerias colaborativas com familiares, vizinhos, colegas e professores compreensivos para driblar as dificuldades na conciliação das reponsabilidades acadêmicas e a maternidade, também constitui uma das camadas das condições da mulher mãe universitária dentro da academia.

Relacionado a todo o exposto, foi possível concluir que a condição a mulher mãe nos espaços universitários não se dá de forma aleatória, mas tem sua base na vil reprodução de conceitos patriarcais que são estruturais e estruturantes de nossa sociedade e que regram das relações micro às macroestruturas. Exemplifico o micro como a relação entre professor e aluna. Podemos pensar nessas relações através das contribuições de Bourdieu (1994) sobre o *habitus*. Nesse sentido, percebemos o *habitus* do professor, e de como as reproduções de violências simbólicas perpassam a formação docente e estão impregnadas de valores que foram interiorizados durante sua vida e suas relações sociais. Entender isso é importante pois remete a análise a estruturas muito maiores e complexas do que a disposição de uma docente em compreender ou não sua aluna. Nesse ponto, temos estruturas estruturadas em ação. Ademais, evidenciou-se no capítulo “Ações afirmativas e permanência das mulheres mães estudantes” que a Universidade Federal do Rio de Janeiro vem, sistematicamente, negando às mães estudantes a possibilidade de viverem a universidade de uma forma que as possibilite integração, afiliação, pertencimento através da violação dos princípios de sua própria resolução ao não promover, conforme Artigo 1 do capítulo II, intitulado “Princípios e Objetivos”, o respeito e a dignidade dessas estudantes, vedando todas as formas de discriminação dentro do *campus*.

Torna-se claro que os instrumentos de opressão e empecilhos para “afiliação” desse grupo de estudantes se dá pelo nível de invisibilidade e subalternidade produzidos pela própria UFRJ ao não reconhecer a existência, a voz e especificidades das mulheres mães estudantes. Essas produções estão refletidas na estrutura física da universidade com a falta de fraldários, lactários, elevadores, espaços de convivência para mães e filhas/os. A estrutura administrativa com a falta de comunicação sobre os auxílios e benefícios que a UFRJ oferece ao seu corpo discente o auxílio para que as mulheres possam acessar os benefícios. A estrutura pedagógica, que não possibilita flexibilidade/opções de horários/disciplinas e de prazos que possibilitem que as

mulheres mães discentes possam organizar e conciliar os estudos e a maternidade. A falta de políticas afirmativas que garantam acesso ao espaço universitário de mães e filhos, como acesso ao bandeirão e possibilidade de uma alimentação digna para ambos, falta de políticas que mães possam abonar faltas com atestado médico de seus filhos, políticas que entendam que mães que vivem em área de conflito não podem ser prejudicadas academicamente por faltarem aula ou abandonarem aula para ir de encontro a seus filhos em casos de confronto. Essas produções de não reconhecimento também se refletem em um Auxílio Educação Infantil que não cumpre seu papel, ao não financiar a despesa das mães em relação a educação de suas/seus filhas/os, já que o espaço da universidade não oferece creche nem escola.

Diante do exposto, essa dissertação conclui que a condição da mulher mãe universitária dentro do espaço universitário da UFRJ, em diálogo com as colaborações de Zago (2021), Uripia (2009) Uripia e Sampaio (2011), Uripia (2009), Silva^a (2017; 2020), Abreu (2021), identifica esse grupo de estudantes como “não tradicionais”, que em sua totalidade não é um grupo homogêneo, pois observam, sentem e experienciam a universidade de formas distintas. Disto isso, também é possível afirmar que essas mulheres mães se unem no entendimento de que o espaço universitário é um espaço opressor, que não promove pertencimento e afiliação a suas discentes mães e que não reconhece sua existência e potencialidades, é um grupo subalterno, chafurdado em dificuldades relacionadas à relação da universidade e à incidência da maternidade em suas vidas. Que sua condição é alimentada por um espaço universitário hostil em todos os aspectos, que atende a estruturas de perspectiva patriarcal em relação a mulheres mães. E que, contrariando as expectativas de insucesso acadêmico de Coulon (2008) e Bourdieu e Champagne (2001), é possível encontrar, entre pares, estratégias e coletivos maternos universitários, caminhos de resistência que garantam a esses discentes momentos felizes, sensação e pertencimento e forças para seguir e concluir seus cursos.

Nesse sentido, deixo como sugestão para a Universidade Federal do Rio de Janeiro uma revisão atenta da Resolução nº 02/2019 para que as possíveis violação do mesmo possam ser identificadas e erradicadas, que seja considerada a possibilidade de parceria com os coletivos maternos universitários e o programa de extensão “ MÃES NA UFRJ”, existentes dentro da universidade e que têm feito um importante trabalho de acolhimento e atendimento as mulheres mães estudantes, assim também como os GT de Parentalidade criado durante a pandemia, para a realização de um mapeamento das gestantes e mães da UFRJ,

Sugiro também melhorias na comunicação interna no que se refere a informações sobre auxílio e benefícios que as mulheres mães/gestantes podem acessar e apoio/auxílio no acesso a esses benefícios, curso formativo de educação continuada antissexista para os docentes da universidade e a implementação de políticas que reconheçam as necessidades das mulheres desse grupo, como abono de falta mais amplo, acesso ao bandeirão pra mães e filhos pelo mesmo valor, entendimento de que a mãe precisa ser assistida mesmo para crianças acima de 06 anos, que elas precisam de Licença Maternidade e não Regime de Exercício Domiciliar, entre outros já citados nessa dissertação e que se fazem importantes para a garantia da dignidade e dos direitos da mulher mãe universitária.

No mais, deixo aberta a necessidade de se ampliar os debates sobre maternidade e universidade em outras investigações e questionamentos, que respondam questões que ficaram em aberto nessa dissertação, como, por exemplo, quais são as diferenças entre perfis das estudantes mães de hoje e as de ontem? Quais são dados sobre as desigualdades parentais no que tange à trajetória de alunos e alunas da graduação? Quais as mudanças estruturais necessárias para uma reformulação da universidade em relação à entrada/permanência e afiliação de mulheres mães estudantes? O que mudou dentro das universidades com a democratização do acesso, a inserção e as tensões produzidas pela presença de mulheres mães nos espaços universitários? Tivemos avanços ou retrocessos?

5

Referências bibliográficas

ABREU, Kamila Eulálio. **Jovens, mães e universitárias: do favor ao direito à permanência.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

AITA, Elis Bertozzi; FACCI, Gonçalves Dias. Subjetividade: um análise pautado Psicologia histórico-cultural. **Psicol. rev.**, v. 17 n. 1. Belo Horizonte, abril de 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000100005 Acesso: 10 jun. 2023.

ANDIFES. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. **Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis – FONAPRACE.** Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf> Acesso: 10 jun. 2023.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Nova Fronteira, 1985.

BARCINSKI, Mariana. O lugar da informalidade e do imprevisto na pesquisa científica: notas epistemológicas, metodológicas e éticas para o debate. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei-MG, v. 9, n. 2, p. 279-286, dez. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082014000200013&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 06 jan. 2024.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia.** São Paulo: Ática, 1994, p. 60.

_____.; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. **A miséria do mundo.** Petrópolis-RJ, Ed. Vozes, 2001, p. 481-486.

_____.; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do Sistema de ensino.** Edição 7. Petrópolis-RJ, 2014.

BRASIL. Censo da Educação Superior – 2022. **INEP.** Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf Acesso: 13 jun. 2023.

_____. **PNAD Contínua 2019.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas> Acesso: 13 jun. 2023

____. Ministério da Educação. **Resolução N° 2**, de 9 de outubro de 2018. Ministério da educação. Conselho nacional de educação e Câmara de educação. Brasília, 2018.

BRENDA, Vanessa Pereira Soares. **“Quem entrou quer ficar”**: análise da assistência estudantil frente às demandas das mulheres estudantes com filhos da Universidade Federal do Maranhão. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA, 2021.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves; DE LIMA, Marina Papa; BARTHOLOMEI, Maria Alice. O (não) lugar da mulher-mãe na universidade, resistências e conquista no ENPES/2022. **Temporalis**, [S. l.], v. 23, n. 46, p. 309-327, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/40499>. Acesso: 6 jan. 2024.

CORREIO BRASILIENSE. Aluna da UEMG é expulsa da sala de aula por levar filha de seis meses. Online, (2022) Disponível em: Aluna da UEMG é expulsa da sala de aula por levar filha de seis meses (correiobrasiliense.com.br) Acesso: 10 jun.2023

COULON, Alain. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador: Eufba, 2008.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo-SP, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez., 2017. Disponível em: SciELO - Brasil - O ofício de estudante: a entrada na vida universitária O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. Acesso: 03 jan. 2023.

CLAPP SALVADOR, A. Políticas de reconhecimento X Política de redistribuição- Um dilema contemporâneo. CLAPP SALVADOR (orgs.). **Revista O Social em questão Políticas de Ação Afirmativa**, p. 136-153. Ed. PUC/Rio, 2010. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/v13n23a07.pdf> Acesso: 03 jan. 2023.

____. Ação afirmativa na PUC-Rio: inserção de pobres e negros. **Revista O Social em questão Políticas de Ação Afirmativa**. Rio de Janeiro-RJ: Ed. PUC/Rio.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought**: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. Boston: Unwin Hyman.

____.; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CONSUNI, [Resolucao n 02 de 2019 alt1.pdf \(ufrj.br\)](#)

EDUCA MAIS BRASIL. **Qual é o valor de uma creche?** Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/qual-e-o-valor-de-uma-creche> Acesso: 15 ago. 2023.

FERREIRA; Sandro Augusto Silva. Estratégias de diálogo com o estranhamento no começo da vida universitária políticas de acolhimento e permanência na Universidade Federal do Sul da Bahia. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas-SP, v. 3, n. 2, p. 291-307, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650605> Acesso: 30 jan. 2021.

FINCO, D.; GOBBI, M. A.; FARIAS, A. L. G. (orgs.) **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora** – Campinas-SP: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas - FCC, 2015. Disponível em: https://www.fcc.org.br/livros/CRECHE_E_FEMINISMO_Download_pedro_menor.pdf. Acesso: 13 fev. 2023.

FLEITH et al., D. S. Evidências de Validade de uma Escala de Expectativas Acadêmicas para o Ensino Superior. **Paidéia** [online], 2020, v. 30. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3010>. Acesso: 26 abr. 2022.

FRAGOSO, Antônio; VALADAS, Sandra T. Dos “Novos Públicos” do Ensino Superior aos estudantes “não tradicionais” no Ensino Superior: contribuições para a construção de um breve mapa do campo. In: FRAGOSO, Antônio; VALADAS, Sandra T. (Coord.). **Estratégias de Ensino e Sucesso Acadêmico: Boas Práticas no Ensino Superior. Vol 6, Estudantes não-tradicionais no Ensino Superior.** Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2018. Capítulo 1. Disponível em: [Estudantes-nao-tradicionais-no-ES_Colecao-Estrategias-Ensino.pdf](#) (ipc.pt) Acesso: 3 març. 2023.

G1, Portal de notícia. Professor proíbe aluna de assistir aula acompanhada da filha de 5 anos na URFN. Online, 2018. Disponível em: [Professor proíbe aluna de assistir aula acompanhada da filha de 5 anos na UFRN | Rio Grande do Norte | G1 \(globo.com\)](#) Acesso: 06 jun. 2023.

____. Professor repreende aluna baiana que levou bebê para sala de aula de medicina: ‘não pagava mensalidade’. Online, 2023. Disponível em: [Professor repreende aluna baiana que levou bebê para sala de aula de medicina: 'não pagava mensalidade' | Bahia | G1 \(globo.com\)](#) Acesso: 06 jun.2023

GATTI, Bernardete; ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

GENNI - UFF. **Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro.** Disponível em <https://geni.uff.br/2022/09/13/mapa-historico-dos-grupos-armados-no-rio-de-janeiro/#:~:text=O%20mapeamento%20mostra%20que%20o%20capital%2C%20nas%20m%C3%A3os%20da%20mil%C3%ADcia>. Acesso: 23 abr. 2024.

GERDA, Lerner. **A criação do patriarcado.** São Paulo-SP, Ed. Cutrix, 2018.

GIL, A. C. **Projeto de pesquisa.** São Paulo, 2020.

GONSALVES, Rita de Cassia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista Katálysis**, v. 10, p. 83-92. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina-Brasil, 2007.

IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais de mulheres no Brasil.** [Online], 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html> Acesso: dez. 2023.

JORNAL OPÇÃO. Aluna alega ter sido expulsa de faculdade em Goiânia por levar filho para sala de aula, instituição nega. Online, 2019. Disponível em: Aluna alega ter sido expulsa de faculdade em Goiânia por levar filho para sala de aula, instituição nega - Jornal Opção (jornalopcao.com.br) Acesso: 10 jun. 2023.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e roteiro. **Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**, 2004, Bauru-SP. USC, v 1, p. 01-10.

MAY, Tim. Pesquisa social: questões, métodos e processos. **Surveys sociais: do desenho à análise**. 3ª ed. Porto Alegre. Artmed, 2004.

MENDES, Maíra Tavares. Crítica ao conceito de afiliação de Alain Coulon: implicações para a permanência estudantil. **Educação em Revista**, v. 36, p. e232346, 2020.

MINAYO, Maria Cecília. Pesquisa Social, teoria, método e criatividade. **Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta**. Ed. Vozes, 2009.

_____. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: _____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOURA, I. de O. E. de S.; SILVA, J. M. S. Maternidade como marcador da diferença nas relações sociais. **Revista Mosaico - Revista de História**, Goiânia-Brasil, v. 16, n. 4, p. 54-64, 2024. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/13536>. Acesso: 3 mar. 2024.

MOURA, Solange Maria; ARAUJO, Maria Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, São Paulo-SP, v. 4, n. 21, p. 44-55, 2004.

NEVES, Clarissa E. B.; SAMPAIO, Helena; HERINGER, Rosana. *A institucionalização da pesquisa sobre ensino superior no Brasil*. Revista Brasileira de Sociologia, Vol. 06, n. 12, jan.-abr./2018.

NEVES, Tiago Iwasawa Neves. SANTOS, Andreza Silva. MARIZ, Inácio Antônio Silva. A violência e o seu real: Zizek e a psicanálise. **Revista Subjetividade**, Fortaleza, v. 17, n. 1, p. 48, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692017000100005. Acesso: 13 jun. 2023.

PR7 - Pró-reitoria de Política Estudantil. **Reajuste de 20% nos auxílios financeiros da PR7**. Disponível em: <https://xn--politicasestudantis-jyb.ufrj.br/index.php/890-reajuste-de-20-nos-valores-dos-auxilios-financeiros-da-pr7> . Acesso: 03 abr. 2024.

SEPE. **Denúncia**: Creches no município do Rio deixam de fora 13 mil crianças, 2024, online. Disponível em: <https://seperj.org.br/denuncia-creches-no-municipio-do-rio-deixam-de-fora-13-mil-criancas/#:~:text=De%202022%20para%202023%2C%20a,crian%C3%A7as%20no%20ano%20de%202022>. Acesso: 17 nov.2023

SILVA^a, Juliana Marcia Santos. **Mães negras na Pós-Graduação: uma abordagem interseccional**. 2020. 150f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/32119/1/Juliana%20Marcia%20Santos%200Silva.pdf>. Acesso: 8 marc. 2023.

_____. **Mães adolescentes negras na UFBA: As Intersecções entre maternidade, raça, trabalho e ensino**. 2017. 81 f. Monografia (Graduação em Serviço Social), Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27167>. Acesso: 08 jun. 2023.

SILVA, Adriana Souza. **A permanência do estudante não tradicional da Universidade Federal da Bahia**. 2021. 132 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Administração, Salvador, 2021. Disponível em: [dissertação Adriana NPGA 2019 \(ufba.br\)](https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27167). Acesso: 27 ago. 2023.

SILVA, Amanda Gonçalves; SILVA, Lourranny Santos Paixão. O impacto e a implementação das políticas públicas para o ensino superior em duas universidades federais do rio de janeiro e suas iniciativas para democratização do acesso e da permanência. **IX Jornada de Políticas Públicas**. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submis_saold_1030_10305cbcf324cf1bb.pdf. Acesso: 8 marc. 2023.

SCOTT, J (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20 (2), p. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso: 8 marc. 2023.

STANISCUASKI et al., Fernanda. Gênero, raça e paternidade impactam a produtividade acadêmica durante a pandemia COVID-19: da pesquisa à ação. **Frontiers in Psychology**, 2020. Disponível em: <https://www.biorxiv.org/content/10.1101/2020.07.04.187583v1.full>. Acesso: 02 jun. 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. Atlas, São Paulo-SP, 1987. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/Trivino-s-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf. Acesso: 06 jun. 2023.

UFRJ. **Regime domiciliar** [Online]. Disponível em: <https://irid.ufrj.br/index.php/graduacao/secretaria-academica/regime-domiciliar>. Acesso: 01 abr. 2024.

URPIA, Ana Maria de Oliveira. **Tornar-se mãe no Contexto Acadêmico: narrativas de um self participante**. 2009. 201f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/ana_maria_urpia.pdf. Acesso: 04 jun. 2023.

_____.; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, Sonia Maria Rocha (org.) **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 145-168.

____.; _____. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade - vida universitária. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, vol. 3 (2), p. 30-43, 2009. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/reconcavos/article/view/1094/663>. Acesso: 23 de ago. 2023.

ZAGO^a, Nadir. **Processos de escolarização nos meios populares: as contradições da obrigatoriedade escolar**. In: ROMANELLI, Geraldo; NOGUEIRA, Maria Alice; ZAGO, Nadir. *Família & escola: novas perspectivas de análise*. Petrópolis: Vozes, 2013.

ZAGO^a, Nadir (Orgs.). **Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000, p. 19-43.

_____. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro-RJ, v. 11, n. 32, p. 226- 237, ago. 2006.

ZAGO, Paula Salete Casado. **Gravidez na Graduação: Um Estudo Crítico e Necessário com Estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia Da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim**. 2021, 121 f. Monografia (Graduação em Pedagogia), Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2021. Disponível em: https://8f44fa4b-96b5-4a8a-bdbd-57dfce5e7a52.filesusr.com/ugd/e735be_4cea92fa41c448deb32880dc0a4b1945.pdf. Acesso: 01 jun. 2023.

Anexo A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua participação na Pesquisa **“Trajetórias universitárias e Maternidade: a condição da mulher mãe estudante no ensino superior”** que tem como objetivo compreender a relação entre as dinâmicas acadêmicas e as implicações nas trajetórias das mães universitárias. Por intermédio deste Termo, fica acordada a publicação de dados da pesquisa obtidos nas entrevistas, ao tempo em que lhe são garantidos os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, datas de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar à identificação pessoal; (3) ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; (4) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; (5) desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa. “Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’, e entender que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com o Pesquisador do Programa de mestrado em Serviço Social, do Departamento Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica / PUC-Rio responsável por esta Pesquisa.”

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2023

Nome da Participante: _____

Assinatura da/o Participante: _____

Telefone: _____

Email: _____

Assinatura da Pesquisadora:

Anexo B

ROTEIRO DE ENTREVISTA

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO E PERFIL DA ENTREVISTADA

Nome completo:

Idade:

Curso:

Universidade:

Linha de pesquisa (se tiver):

Estado civil:

Autodeclaração:

FORMAÇÃO ACADÊMICA

NIVEL	AREA	CONCLUSÃO	
		Início	Previsão/ conclusão
Graduação			

Número de filhas/filhos	IDADE
0 e 05 meses	
06 meses a 2 anos	
3 anos a 5 anos	
6 anos a 8 anos	
9 anos a 11 anos	
12 anos a 14 anos	
Acima de 15 anos	

Sua filha/filho tem alguma necessidade de atenção especial?	
Sim	Não
Suas filhas/filhos estão estudando?	
Sim	Não

Em qual fase do seguimento escolar sua/seu (s) filha/filho (s) está (estão) matriculados?	
Creche	
Ensino Infantil	
Ensino Fundamental	
Ensino Médio	

Em qual período suas filhas/filhos estudam	
Manhã	
Tarde	
Noite	
Integral	

Quando você se tornou mãe	
Antes da graduação	
Durante a graduação	
No final da graduação	
Tem rede de apoio?	
Sim/Qual?	Não

Anexo C

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. O que te levou a escolher o curso que está fazendo? Quais eram ou são as suas expectativas?

2. Como foi ou está sendo a sua trajetória acadêmica?

3. Considera que a sua condição de mulher mãe interferiu na sua vida acadêmica? Se sim, me aponte quais foram essas interferências?

4. Segundo Coulon (2008), a “afiliação” ocorre com a superação do tempo e estranhamento ao espaço universitário, com a adaptação e acomodação do tempo e da aprendizagem, e por fim com a afiliação, conceito atribuído ao estudante que passa do *status* de “estudante amador” para “estudante profissional”, recebendo dessa forma legitimação e o reconhecimento dos saberes adquiridos”. Prensando na sua trajetória de mulher mãe estudante, considerando a “afiliação” conforme atribuída por Coulon, você poderia afirmar, ou não, que se sente “afiliada” ao espaço universitário?

5. Você considera que, observando a sua trajetória de mulher mãe estudante, a academia foi um espaço opressor?

6. Quais foram suas maiores dificuldades dentro da academia?

7. Já precisou trancar ou abandonar o ensino superior?

8. Pensando na sua trajetória como mulher mãe universitária, me conta, quais são ou foram os maiores desafios e quais foram as estratégias que você usou para superação desses desafios?

9. Tem conhecimento se sua universidade tem programa de assistência estudantil voltado para estudantes mães? Se sim, já utilizou algum benefício voltado para mães na sua universidade (auxílio creche, berçário, espaço para amamentação...)? Me conte como foi.

10. Quais benefícios no campo da assistência estudantil que você considera necessários para apoiar a permanência universitária das mães estudantes?

11. Durante sua trajetória universitária, o que você considera que foi bom?